

Eletrônico



Estratégia
CONCURSOS

Aula

Atualidades p/ PM-SP (Soldado) Com Videoaulas - Pós-edital

Professor: Leandro Signori, Matheus Signori (Equipe Leandro Signori)



AULA 00 - Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais e internacionais

Caros alunos,

É com imenso prazer que nos encontramos no **ESTRATÉGIA CONCURSOS** para esta jornada em busca de um excelente resultado na disciplina de **ATUALIDADES** no concurso da **POLÍCIA MILITAR DE SÃO PAULO** para o cargo de **SOLDADO**.

Sou o **Professor Leandro Signori**, gaúcho de Lajeado. Ingressei no serviço público com 21 anos e já trabalhei nas três esferas da administração pública – municipal, estadual e federal - o que tem sido de grande valia para a minha formação profissional – servidor e docente. Nas Prefeituras de Porto Alegre e São Leopoldo, desenvolvi minhas atividades nas respectivas secretarias municipais de meio ambiente; na administração estadual, fui servidor da Companhia Riograndense de Saneamento (CORSAN), estatal do governo do Rio Grande do Sul.

Durante muitos anos, fui também servidor público federal, atuando como geógrafo no Ministério da Integração Nacional, onde trabalhei com planejamento e desenvolvimento territorial e regional.

Graduei-me em **Geografia – Licenciatura** - pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e – **Bacharel** - pelo UNICEUB em Brasília. A oportunidade de exercer a docência e poder alcançar o conhecimento necessário para a aprovação dos meus alunos me inspira diariamente e me traz grande satisfação. Como professor em cursos preparatórios *on line* e presencial, ministro as disciplinas de Atualidades, Conhecimentos Gerais, Realidade Brasileira e Geografia.

Feita a minha apresentação, agora vamos falar do curso.

Conforme o edital, serão cobrados os seguintes conteúdos:

ATUALIDADES: Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais, nacionais e internacionais, ocorridos a partir de 6 (seis) meses anteriores à publicação deste Edital, divulgados na mídia local e/ou nacional.

Vejam que é um conteúdo datado. O Edital foi publicado no dia 3 de agosto. Assim, serão cobrados conhecimentos sobre fatos ocorridos em um período anterior a seis meses da data de aplicação da prova. No entanto, a prova será elaborada antes, em torno de trinta dias anteriores a data da sua aplicação, que será dia 24 de novembro. Assim, o que acontecer no mês de novembro dificilmente terá a possibilidade de ser cobrado na nossa prova.



Desta forma, nas aulas 00 e 01, iremos abordar uma seleção de temas e fatos políticos, econômicos, sociais e culturais internacionais e nacionais deste período, com uma explicação completa. Ou seja, quando necessário, faremos uma contextualização maior e vinculação histórica para que você possa compreender por que determinado fato ou sequência de fatos estão ocorrendo no presente.

Na aula 02 teremos vídeos com uma seleção dos principais fatos ocorridos no Brasil e no mundo nos meses de fevereiro de 2019 a outubro de 2019. A aula 03 será uma bateria de questões comentadas sobre fatos recentes ocorridos no período descrito no edital.

A aula 03 será somente em vídeos com provas recentes da Vunesp, onde comentarei as questões aplicadas.

Por fim, teremos uma aula extra, com questões simuladas da Atualidades relacionadas aos principais fatos abordados nas aulas das retrospectivas mensais de Atualidades.

Este é o nosso cronograma:

Aula	Conteúdo Programático
00	Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais e internacionais
01	Questões relacionadas a fatos políticos, econômicos, sociais e culturais nacionais
02	Retrospectiva Mensais de Atualidades
03	Bateria de Questões Comentadas
04	Provas Comentadas da Vunesp (somente em vídeo)
Aula Extra 1	Simulados de Atualidades

Sem mais delongas, vamos aos estudos, porque o nosso objetivo é que você tenha um excelente desempenho em Atualidades.

Para isso, além de estudar, você não pode ficar com nenhuma dúvida. Portanto, não as deixe para depois. Surgindo a dúvida, não hesite em contatar-me no nosso Fórum.

Estou aqui neste curso, muito motivado, caminhando junto com você, procurando passar o melhor conhecimento para a sua aprendizagem e sempre à disposição no Fórum de Dúvidas.

Quem quiser também pode me seguir nas minhas redes sociais: **Instagram:** [profleandrosignori](#), **Facebook:** [Leandro Signori Atualidades](#) e **YouTube:** [Leandro Signori](#). Nelas,



divulgo gabaritos extraoficiais de provas, publico artigos, compartilho notícias e informações importantes do mundo atual.

Ótimos estudos e fiquem com Deus!

Forte Abraço,

Professor Leandro Signori

“Tudo posso naquele que me fortalece.”

(Filipenses 4:13)





Antes de iniciarmos o nosso curso, vamos a alguns AVISOS IMPORTANTES:

1) Com o objetivo de **otimizar os seus estudos**, você encontrará, em **nossa plataforma (Área do aluno)**, alguns recursos que irão auxiliar bastante a sua aprendizagem, tais como **“Resumos”**, **“Slides”** e **“Mapas Mentais”** dos conteúdos mais importantes desse curso. Essas ferramentas de aprendizagem irão te auxiliar a perceber aqueles tópicos da matéria que você precisa dominar, que você não pode ir para a prova sem ler.

2) Em nossa Plataforma, procure pela **Trilha Estratégica e Monitoria** da sua respectiva área/concurso alvo. A Trilha Estratégica é elaborada pela nossa equipe do *Coaching*. Ela irá te indicar qual é exatamente o **melhor caminho** a ser seguido em seus estudos e vai te ajudar a **responder as seguintes perguntas**:

- Qual a melhor ordem para estudar as aulas? Quais são os assuntos mais importantes?
- Qual a melhor ordem de estudo das diferentes matérias? Por onde eu começo?
- *“Estou sem tempo e o concurso está próximo!”* Posso estudar apenas algumas partes do curso? O que priorizar?
- O que fazer a cada sessão de estudo? Quais assuntos revisar e quando devo revisá-los?
- A quais questões deve ser dada prioridade? Quais simulados devo resolver?
- Quais são os trechos mais importantes da legislação?

3) Procure, nas instruções iniciais da “Monitoria”, pelo *Link* da nossa **“Comunidade de Alunos”** no Telegram da sua área / concurso alvo. Essa comunidade é **exclusiva** para os nossos assinantes e será utilizada para orientá-los melhor sobre a utilização da nossa Trilha Estratégica. As melhores dúvidas apresentadas nas transmissões da **“Monitoria”** também serão respondidas na nossa **Comunidade de Alunos** do Telegram.

(*) O Telegram foi escolhido por ser a única plataforma que preserva a intimidade dos assinantes e que, além disso, tem recursos tecnológicos compatíveis com os objetivos da nossa Comunidade de Alunos.





Sumário

1 – Blocos econômicos.....	6
1.1 <i>União Europeia</i>	<i>6</i>
1.2 <i>MERCOSUL</i>	<i>13</i>
1.2.1 <i>Acordo de Livre Comércio com a União Europeia</i>	<i>14</i>
2 – O protecionismo dos Estados Unidos, da China e a “guerra comercial”	16
2.1 <i>A batalha da 5G</i>	<i>19</i>
3 – China	20
3.1 <i>Protestos em Hong Kong em 2019</i>	<i>23</i>
4 – Estados Unidos.....	26
5 - Irã	31
6 – A questão Israel-Palestina	32
7 - Conflito na Caxemira entre Índia e Paquistão	39
8 – Venezuela	42
9 – França – coletes amarelos	46
10 - UNASUL e PROSUL	49
11 – Questões comentadas	51
12 – Lista de questões.....	79
13 – Gabarito.....	91





1 – BLOCOS ECONÔMICOS

Um pilar importante da globalização e do livre-comércio é a formação de **blocos econômicos**. Sob a economia globalizada, esses grupos reforçam a tendência de abrir as fronteiras das nações ao livre fluxo de mercadorias, ao reduzir barreiras alfandegárias e coibir práticas protecionistas e regulamentações nacionais.

A formação de blocos econômicos acelerou o comércio mundial. Antes, qualquer produto importado chegava ao consumidor com um valor significativamente mais alto, em função das taxas impostas pelos países ao passar pelas suas alfândegas. Os acordos entre os países reduziram e, em alguns casos, acabaram com essas barreiras comerciais, processo conhecido como liberalização comercial.

Existem quatro modelos básicos de bloco econômico:

- **Área de livre-comércio** – Um grupo de países concorda em eliminar ou em reduzir os impostos e taxas de importação, quotas e preferências que recaem sobre a maior parte das (ou todas as) mercadorias importadas e exportadas entre esses países.

- **União aduaneira** – É uma área de livre comércio, na qual, além de abrir o mercado interno, os países-membros definem regras para o comércio com nações de fora do bloco. Uma **tarifa externa comum** (TEC) é adotada para boa parte – ou a totalidade – das mercadorias provenientes de outros países, ou seja, todos cobram os mesmos impostos de importação de terceiros.

- **Mercado comum** – É uma união aduaneira na qual, além de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores também podem circular livremente.

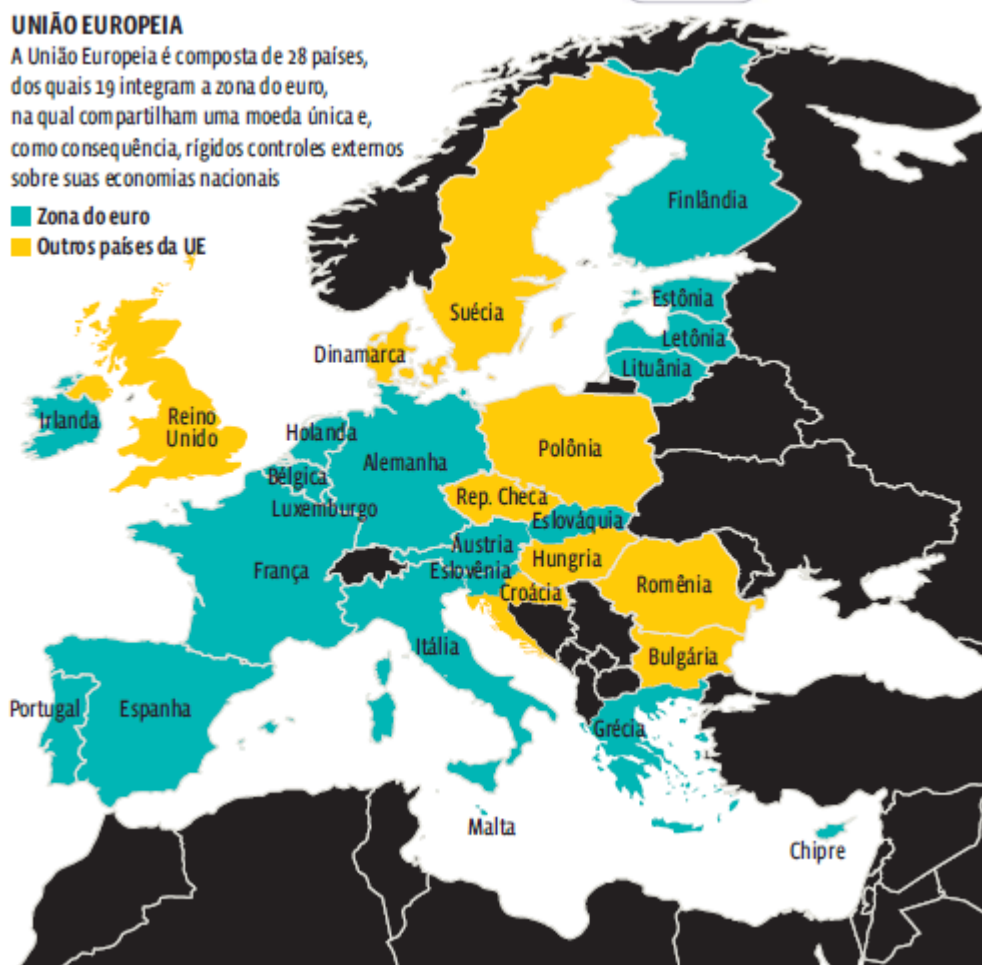
- **União econômica e monetária** – É o estágio final de integração econômica entre países. Além do livre-comércio, da tarifa externa comum e da livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e trabalhadores, os países-membros adotam uma **moeda comum** e a mesma política de desenvolvimento.

Vejamos os principais blocos econômicos regionais, ou melhor, aqueles que mais são cobrados nas provas.

1.1 UNIÃO EUROPEIA

A União Europeia (UE) representa o estágio mais avançado do processo de formação de blocos econômicos no contexto da globalização. Constitui-se em uma **união econômica e monetária**, com 28 países membros (Estados-partes).





As suas origens remontam à Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), criada em 1951, por Alemanha Ocidental (na época, a atual Alemanha estava dividida em Alemanha Ocidental e Alemanha Oriental), França, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Em 1957, esses países criaram a Comunidade Econômica Europeia (CEE). Nos anos que se seguiram, o território da UE foi aumentando de dimensão por meio da adesão de novos Estados-membros, ao mesmo tempo que aumentava a sua esfera de influência por meio da inclusão de novas competências políticas. O Tratado de Maastricht, assinado em 1992, que entrou em vigor em 1993, instituiu a denominação atual de União Europeia.

O **Euro**, moeda única do bloco, não é adotada por todos os países. O **Reino Unido NÃO** faz parte da Zona do Euro, a sua moeda é a libra esterlina.

No âmbito da União Europeia vigora a **livre circulação de pessoas**. Os cidadãos do bloco econômico têm o direito de residir noutro país para procurar emprego e trabalhar sem necessitar de uma autorização de trabalho; permanecer noutro país da UE mesmo após ter deixado trabalhar e de usufruir do mesmo tratamento que os nacionais do país em questão no que se refere ao acesso ao emprego, condições de trabalho e todos os outros benefícios sociais e fiscais. Os controles de passaporte foram abolidos no âmbito da UE. Um cidadão europeu pode entrar e sair livremente de um país do bloco, ali residir e trabalhar.



Contudo, há algumas restrições a esses direitos e em casos excepcionais podem ser retomados o controle das fronteiras pelos países.

Há também o **Espaço Schengen**, formado por 26 países, onde também vigora a **livre circulação de pessoas**. A diferença é que fazem parte dessa zona quatro países que não são membros da União Europeia e seis países membros do bloco econômico não participam dela. No Espaço Schengen foram abolidos os controles de passaporte. Os cidadãos de Schengen podem viajar livremente sem ter que se submeter a controles nas fronteiras.

O fim dos controles das fronteiras internas da União Europeia e de Schengen foi acompanhado por um reforço das fronteiras externas: os Estados-membros que se localizam na linha de frente têm a responsabilidade de realizar rigorosos controles em suas fronteiras e fornecer, dependendo do caso, vistos de curta permanência.



Países que integram o Espaço Schengen

Estados-membros da União Europeia: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Hungria, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, República Tcheca e Suécia.

Estados não membros da União Europeia: Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça.

Estados da União Europeia que não integram o Espaço Schengen: Bulgária, Romênia, Chipre, Croácia, Irlanda e Reino Unido.

A crise econômica mundial de 2008 trouxe enormes desafios à integridade do bloco econômico. A Grécia, envolvida em uma grave crise econômica, ameaçou sair da União Europeia. O grande fluxo de migrantes vindo da África e da Ásia, a partir de 2014, em direção à Europa também tenciona as relações internas. Vários países resistem a receber e dar asilo à parcela desses migrantes.

Neste ambiente de crise – econômica e migratória - cresceu o discurso de partidos nacionalistas de extrema-direita eurocéticos, com resistências a várias das políticas comuns do bloco. Alguns partidos de extrema direita defendem a saída de seus países do bloco. Em vários países europeus, o segmento político da extrema direita tem crescido nas eleições parlamentares e presidenciais.

O Brexit

O **Reino Unido** é um dos países onde a permanência no bloco foi fortemente questionada. É um país formado por quatro países: Inglaterra, Escócia, País de Gales e Irlanda do Norte. Os britânicos – como são chamados - não fizeram parte das origens da União Europeia. Foi somente em 1973 que o Reino Unido ingressou na Comunidade Econômica Europeia (CEE). Dois anos depois, em





1975, renegociou as condições de participação e realizou um referendo sobre a permanência na CEE. Na época, os britânicos votaram por continuar na Comunidade Econômica.

Quatro décadas após o referendo, em junho de 2016, em um **plebiscito**, os britânicos decidiram **sair** da União Europeia, no que é denominado de **“Brexit”**. É uma abreviação das palavras “British” (britânico, em inglês) e “exit” (saída).

Na votação, os eleitores tinham de responder a apenas uma pergunta: "Deve o Reino Unido permanecer como membro da União Europeia ou sair da União Europeia?" 52% dos eleitores votaram por sair, 48% por permanecer.

Os defensores da saída alegaram que o crescimento da União Europeia diminuiu a importância e a soberania britânica. O país tem que seguir regulações nas áreas de economia, política, migrações, entre outras, decididas pelo bloco econômico.

O Reino Unido também enviaria mais dinheiro para a União Europeia do que recebe de volta em investimentos. Saindo, sobraria mais dinheiro para ser investido no país.

A questão da migração de cidadãos europeus ao Reino Unido foi um dos temas polêmicos. Três milhões de migrantes de países do bloco do leste europeu residem e trabalham no país. O argumento utilizado pelos defensores da saída é de que esses migrantes tiram o emprego dos britânicos e têm acesso ao sistema de proteção social, prejudicando a qualidade dos serviços para os nacionais.

Os defensores da permanência argumentaram que sair do bloco vai trazer prejuízos econômicos, como a exigência de novas taxas, regulações e acordos comerciais. Exemplo: O Reino Unido terá que fazer acordos comerciais com países ou blocos econômicos separadamente, inclusive com a União Europeia.

A vitória do sair levou à renúncia do então primeiro-ministro David Cameron. Theresa May assumiu como primeira-ministra.

Por enquanto, o Reino Unido continua fazendo parte da União Europeia, já que a saída não é automática. O artigo 50 do Tratado de Lisboa, um dos tratados constitutivos da União Europeia, regulamenta o processo de saída de um país do bloco econômico. O país que quer sair do bloco tem que notificá-lo formalmente. A partir daí, iniciam-se negociações sobre os termos da saída, que podem durar até dois anos.

O Reino Unido fez a notificação em 29 de março de 2017. A saída estava programada para ocorrer em 29 de março de 2019, mas isso não ocorreu.

Os termos da negociação foram muito criticados por defensores do Brexit. Altos funcionários do governo britânico, inclusive ministros, renunciaram por discordarem de alguns termos da negociação final.

Principais pontos negociados:

- Após a saída do Reino Unido haverá um **período de transição** que irá até **31 de dezembro de 2020** para dar tempo de os dois lados acertarem um acordo quanto às trocas comerciais bilaterais.





- **Fatura de saída do Reino Unido** – Enquanto membro da União Europeia, o país faz parte do orçamento do bloco, recebendo investimentos e contribuindo financeiramente para o cofre geral. A União Europeia possui um orçamento comum e fundos setoriais. Atualmente está em vigor o orçamento do período de 2014-2020. O Reino Unido terá que cumprir com todos os compromissos de aporte financeiro já assumidos, mesmo que alguns aportes tenham que ser realizados após o país já estar fora do bloco europeu. O valor destes compromissos foi calculado em 39 bilhões de libras (R\$ 192 bilhões) que o Reino Unido terá de pagar como uma compensação financeira à União Europeia.

- **Direitos dos cidadãos europeus vivendo no Reino Unido e dos britânicos vivendo na União Europeia:** cidadãos europeus que já estejam no Reino Unido antes do Brexit e do fim do período de transição poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos (o mesmo vale para britânicos que moram em países europeus). Uma das críticas dos defensores do Brexit era justamente sobre o direito de acesso dos cidadãos europeus ao sistema de proteção social britânico.

- **Fronteira entre a Irlanda e a britânica Irlanda do Norte** – A fronteira entre a Irlanda do Norte (parte do Reino Unido) e a República da Irlanda (um país independente, membro da União Europeia) é a única ligação terrestre entre a União Europeia e o Reino Unido.

A Irlanda tornou-se independente do Reino Unido em 1922, após três anos de conflito armado onde se destacou o Exército Republicano Irlandês (IRA), fundado em 1919. A ilha da Irlanda foi dividida em duas, a maior parte formou a República da Irlanda, independente. A parte norte, denominada de Irlanda do Norte, com 75% da população protestante, ficou sob controle do Reino Unido. A Irlanda é um país majoritariamente católico.

▪ Como os protestantes eram maioria no norte, decidiam candidaturas políticas e plebiscitos, entre outros, acabavam impedindo que a vontade católica se manifestasse, além de discriminá-los. Por isso, o IRA continuou a lutar pela independência da região e a sua reanexação a República da Irlanda. Em 2005, o IRA anunciou o fim da luta armada e a entrega de armas. Antes disso, em 1998, foi assinado o Acordo de Belfast, pelos governos britânico e irlandês, e apoiado pela maioria dos partidos políticos norte-irlandeses. O acordo tinha por finalidade acabar com os conflitos entre nacionalistas (separatistas) e unionistas (pró-Reino Unido) sobre a questão da união da Irlanda do Norte com a República da Irlanda, ou sua continuação como parte do Reino Unido.

Uma das medidas determinantes para o término do conflito foi o fim do controle da fronteira entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda, permitindo a livre circulação de pessoas, o que propiciou uma maior integração entre os irlandeses da ilha. Atualmente, milhares de pessoas atravessam a fronteira irlandesa todos os dias, e bens e serviços passam entre as duas jurisdições sem restrições.

A saída do Reino Unido da União Europeia implicará um controle de fronteiras entre ambos. Há um temor de que este controle de fronteira na ilha da Irlanda possa reavivar o movimento separatista na Irlanda do Norte.

Na negociação, o Reino Unido se comprometeu a não estabelecer uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a Irlanda e a Irlanda do Norte. A livre circulação de pessoas e mercadorias vai continuar ocorrendo nessa fronteira, o que é motivo de grande divergência entre os defensores do Brexit. Para esses, haverá duas realidades no Reino Unido, uma em que haverá o controle



fronteiriço com o bloco europeu – Inglaterra, Escócia e País de Gales com a União Europeia – e outra em que o controle fronteiriço será flexível – entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda (membro da União Europeia). Ou seja, entre a Irlanda do Norte e a União Europeia continuará tendo a livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e pessoas, o que, para os defensores do Brexit, pode significar uma ameaça a integridade territorial do Reino Unido.

Irlanda cria impasse no Brexit

Futuro da fronteira entre britânicos e irlandeses é incerto



Gibraltar – Espanhóis e britânicos têm um desentendimento histórico sobre quem tem o direito de exercer soberania sobre esse minúsculo território no sul da Espanha, com 6,8 km² e 32 mil habitantes.

O Tratado de Utrecht, de 1713, estabeleceu o controle britânico sobre o território, conquistado durante a guerra de secessão espanhola junto aos holandeses. A península, desde então, é um território britânico ultramarino.

Para o Reino Unido, controlar Gibraltar é importante por razões militares, uma vez que garante o controle de todas as navegações que entram e saem do Mediterrâneo. Já a Espanha reclama o território, sobretudo por razões históricas - não admite ter perdido sua soberania. Cerca de metade da força de trabalho gibraltina é de espanhóis que, diariamente, atravessam a fronteira.

Porém, com maioria populacional de origem britânica, o governo de Londres não está disposto a abrir mão de um território habitado por seus cidadãos.

Na negociação ficou definido que qualquer decisão sobre o território será tomada em conversas diretas entre a Espanha e o Reino Unido, o que anteriormente era feito com a mediação da União Europeia.

Território britânico de Gibraltar

Área é alvo de disputa com a Espanha



Infográfico elaborado em: 23/11/2018



Após a negociação, a União Europeia e o Reino Unido deveriam aprovar o acordo. O Conselho da União Europeia aprovou o acordo em novembro de 2018. Já o Parlamento britânico rejeitou o acordo em janeiro de 2019. Foram 432 votos contra e 202 a favor. Theresa May reapresentou a proposta em 12 de março, sendo reprovada com 391 votos contra e 242 a favor. A primeira-ministra apresentou a proposta pela terceira vez em 29 de março, sendo novamente recusada, com 344 votos contra e 286 a favor.

Após a primeira derrota, Theresa May solicitou uma ampliação do prazo para a saída do país do bloco europeu, o que foi aceito pela União Europeia. Ficou estabelecido a data de 22 de maio,





mas para isso o Reino Unido deveria aprovar o acordo que foi negociado. Caso ele não fosse aprovado, a data de saída seria em 12 de abril.

Um dos pontos de divergência dos parlamentares favoráveis ao Brexit e que votaram contra o acordo é sobre a questão da fronteira entre a Irlanda e a Irlanda do Norte. May defendia o chamado "backstop", uma solução onde a Irlanda do Norte se manteria parcialmente na União Europeia. De certa forma, isso evitaria postos de controle na fronteira.

Os mais conservadores e eurocéticos não acreditam nessa solução, pois, dessa forma, o Reino Unido se manteria parcialmente submisso à União Europeia, mas numa posição mais desfavorável como Estado não membro.

Após a terceira rejeição ao acordo pelo parlamento britânico, Theresa May solicitou um novo adiamento do Brexit à União Europeia. O Conselho Europeu se reuniu em 10 de abril e concedeu um novo adiamento, até o dia 31 de outubro de 2019. Até lá, o Reino Unido:

- Poderá negociar e **mudar o texto da declaração política**, mas não o do acordo de retirada;
- Continua como **membro pleno da União Europeia**;
- Deverá **participar das eleições para o Parlamento Europeu**, em maio de 2019;
- Terá o **direito de desistir do processo de saída** e, então, **cancelar o Brexit**.

Por outro lado, o **Brexit pode ser antecipado** em dois cenários:

- Caso o **Reino Unido não participe das eleições** para o Parlamento Europeu, o país deixa o bloco em **1º de junho**;
- Se o **Parlamento britânico aprovar o acordo** costurado entre Theresa May e a União Europeia antes de 31 de outubro, o Reino Unido deixa o bloco no **primeiro dia do mês seguinte à aprovação** da proposta.

Theresa May deixa o cargo e assume Boris Johnson

Como fracassou em aprovar a proposta do Brexit, que negociou com a União Europeia, no parlamento britânico, Theresa May deixou o cargo de primeira-ministra. No seu lugar, assumiu em julho de 2019, Boris Johnson, ex-ministro de Relações Exteriores e ex-prefeito de Londres. Ele prometeu que o Reino Unido sairá do bloco europeu até o final de outubro de 2019, com acordo ou sem acordo.

1.2 MERCOSUL

Fundado em 1991, o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) é a mais abrangente iniciativa de integração regional da América Latina, surgida no contexto da redemocratização e reaproximação entre os países da região ao final da década de 1980. Os seus EstadosPartes (membros efetivos ou plenos) fundadores são a **Argentina**, o **Brasil**, o **Paraguai** e o **Uruguai**. A **Venezuela** (Estado-Parte) ingressou no bloco em 2012. O Paraguai foi suspenso do bloco em junho de 2012, mas retornou ao bloco em fevereiro de 2014.





Em dezembro de 2016, **a Venezuela foi suspensa do MERCOSUL**. Quando do seu ingresso no bloco, em 2012, foi concedido ao país um prazo de quatro anos para que adequasse a legislação e as normas internas aos acordos e tratados do bloco econômico. Findado o prazo, o país não cumpriu com a adequação de todas as normas e legislações necessárias à sua adesão como membro pleno do bloco. Dessa forma, a Venezuela foi suspensa do MERCOSUL pelos demais países-membros.

Nova suspensão foi aplicada ao país, em agosto de 2017, com base na **cláusula democrática**, constante do Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL. O bloco entende que há uma **ruptura na ordem democrática do país** e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente.

As suspensões são políticas afetando o direito do país de votar, de ser votado e de exercer a presidência rotativa do bloco. Não afetam as trocas comerciais entre a Venezuela e os demais países do bloco. Os acordos comerciais continuam em vigor.

Para retornar como membro pleno do MERCOSUL, a Venezuela terá que solucionar internamente os fatores que deram causa às duas suspensões. Contudo, não confunda, o país não foi excluído do bloco, suspensão é diferente de exclusão.

Estados-Partes são os que participam dos acordos e tratados do Mercosul e possuem uma maior integração comercial. Possuem direito de voto, são os países que têm poder de decisão sobre os assuntos do bloco econômico.

O MERCOSUL conta, ainda, com **Estados Associados** (membros associados) e **Estados Observadores** (membros observadores). Os Estados Associados são a **Bolívia**, o **Chile**, o **Equador**, o **Peru**, a **Colômbia**, a **Guiana** e **Suriname**. Assim, podemos notar que o MERCOSUL abrange todos os países da América do Sul. **México** e **Nova Zelândia** também são Estados Observadores.

A **Bolívia** é um Estado Associado em processo de adesão ao bloco como Estado Parte. O Protocolo de Adesão de Bolívia ao MERCOSUL já foi assinado pela totalidade dos Estados Parte em 2015 e agora se encontra em vias de incorporação pelos congressos dos Estados-Parte.

Os membros associados fazem parte da área de livre comércio, mas não adotam a Tarifa Externa Comum (TEC). Portanto, não participam integralmente do bloco, aderem, apenas, a alguns acordos comerciais e não possuem poder de voto nas decisões do Mercosul. Podem participar na qualidade de convidado nas reuniões de organismos do bloco e podem assinar acordos sobre matérias comuns.

Um membro observador é aquele que apenas participa das reuniões do bloco, no sentido de melhor acompanhar o andamento das discussões, mas sem poder de participação ou voto.

1.2.1 ACORDO DE LIVRE COMÉRCIO COM A UNIÃO EUROPEIA

Uma das críticas ao MERCOSUL são os poucos acordos de livre-comércio com outros países ou blocos econômicos. Desde o seu surgimento, o bloco econômico tinha conseguido negociar acordos comerciais somente com o Egito, Israel e Palestina, de pouca representação no comércio mundial.





Contudo, em 28 junho de 2019, em Bruxelas, MERCOSUL e União Europeia assinaram um acordo de livre comércio, após 20 anos de negociações entre os dois blocos econômicos.

As conversas começaram em 1999, durante o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, foram interrompidas em 2004, relançadas em 2010 e se aprofundaram durante o governo de Michel Temer (2016-2019) até serem concluídas, conforme já dissemos, em junho de 2019.

O acordo MERCOSUL-União Europeia será uma das maiores áreas de livre comércio do mundo. Porém, vai levar algum tempo para entrar em vigor.

O acordo terá que ser internalizado no ordenamento jurídico da União Europeia e do MERCOSUL. Isso implica ser aprovado no Parlamento Europeu e nos parlamentos nacionais de todos os países dos dois blocos econômicos e ser ratificado pelos poderes executivos. Após as aprovações e ratificações, a redução de tarifas entre os blocos entra em vigor, mas de forma gradativa, ao longo de dez anos.

Aspectos econômicos

O acordo de livre-comércio envolve os 28 países da União Europeia e quatro países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai). Os dois blocos juntos reúnem cerca de 780 milhões de pessoas e 25% do PIB mundial.

A expectativa é de que haverá um incremento do PIB brasileiro de R\$ 87,5 bilhões em 15 anos, podendo chegar a R\$ 125 bilhões se consideradas a redução das barreiras não tarifárias.

O acordo também pode proporcionar uma retomada de fôlego nas relações comerciais entre Brasil e União Europeia. Ao longo dos últimos anos, os europeus têm perdido espaço nas exportações brasileiras. Hoje, a UE representa menos de 20% dos destinos dos produtos brasileiros. Nos anos 1990, representou quase um terço.

O bloco europeu é o segundo maior parceiro comercial do Mercosul, atrás da China. A corrente de comércio entre os dois blocos foi de mais de US\$ 90 bilhões em 2018. O Mercosul vende, principalmente, produtos agropecuários para a UE. Já os europeus exportam principalmente produtos industriais, como autopeças, veículos e farmacêuticos.

Principais pontos

Conforme o que já foi divulgado, os principais pontos do acordo são os seguintes:

Temas tarifários

- Produtos agrícolas brasileiros, como suco de laranja, frutas, café solúvel, peixes, crustáceos e óleos vegetais terão tarifas eliminadas;
- Exportadores brasileiros também terão acesso preferencial para carnes bovina, suína e de aves, açúcar, etanol, arroz, ovos e mel;
- Produtos industriais do Brasil serão beneficiados com a eliminação de 100% nas tarifas de exportação;



- Produtos europeus terão tarifas de exportação eliminadas para diversos setores. Na lista estão veículos e partes, maquinários, produtos químicos e farmacêuticos, vestuário e calçados e tecidos;
- Chocolates e doces, vinhos e outras bebidas alcoólicas e refrigerantes provenientes da União Europeia terão tarifas reduzidas;
- Haverá cotas para importação sem tarifas de produtos lácteos, como queijos, da UE.

Temas não tarifários

- Acordo vai ampliar o grau de liberalização do comércio de serviços. Nesse grupo estão incluídos, os setores de telecomunicações, serviços financeiros, entre outros;
- Nas compras governamentais, haverá maior concorrência em licitações públicas;
- Haverá redução no custo dos trâmites de importação, exportação e trânsito de bens;
- Os blocos vão se comprometer a desburocratizar e reduzir os custos no comércio entre as duas regiões;
- Mercosul e UE se comprometem a reduzir entraves de medidas sanitárias e fitossanitárias;
- Blocos se comprometem a reconhecerem a propriedade intelectual de diversos produtos.

Comércio e desenvolvimento sustentável

Os dois blocos reiteraram os seus compromissos com os acordos multilaterais ambientais e com o respeito aos direitos trabalhistas e proteção dos direitos das populações indígenas.

O comunicado conjunto aponta que o acordo garante os melhores padrões de segurança alimentar e de proteção ao consumidor, e que contém compromissos específicos em relação a direitos trabalhistas e proteção ambiental – incluindo a implantação do **Acordo do Clima de Paris**.

2 – O PROTECIONISMO DOS ESTADOS UNIDOS, DA CHINA E A “GUERRA COMERCIAL”

Sob o governo de Donald Trump, os EUA têm tomado iniciativas que questionam fortemente o livre-comércio internacional, com a adoção de sobretaxas de importação, o questionamento aos termos do acordo do NAFTA e da relação comercial com a China.

Dá-se o nome de **protecionismo** ao conjunto de ações para impedir ou restringir o fluxo de mercadorias e serviços estrangeiros de forma a proteger as empresas nacionais. As principais medidas protecionistas utilizadas para barrar importações são o imposto, a taxa, a cota e o subsídio. A OMC regulamenta a aplicação, os limites e o grau de proteção que podem ser utilizados pelos países-membros.

O imposto e a taxa são tributos cobrados sobre o valor de mercadorias importadas para diminuir a competitividade de produtos estrangeiros no mercado nacional. A cota é a quantidade de





determinada mercadoria que pode entrar em um país proveniente de outro. O subsídio é o auxílio financeiro, direto ou indireto, concedido por um governo aos seus produtores, por diversos motivos (importância da atividade, preservação dos postos de trabalho etc.). Na prática, o subsídio torna a atividade mais competitiva nos mercados local (diante das importações) e global (quando envolve exportações).

O governo americano tem estabelecido sobretaxas (pode também aparecer o termo tarifa) a diversos produtos importados de outros países. Sobretaxa ou tarifa são os termos utilizados pela imprensa, na verdade é a elevação de impostos de importação. Entre esses produtos, ganhou destaque o aumento de impostos de importação de aço e alumínio sobre as compras externas de aço, que passou de 0,9% para 25%, e de alumínio, que subiu de 2% para 10%. A medida prejudicará diretamente a economia dos principais exportadores desses insumos para os EUA, como União Europeia (UE), México, China, Coreia do Sul e o Brasil. O nosso país foi o segundo maior exportador de aço para os norte-americanos em 2017, atrás apenas do Canadá.

Nos meses seguintes ao anúncio, houve negociações bilaterais entre os EUA e os principais exportadores, na tentativa de minimizar os efeitos das taxas. No caso do Brasil, as siderúrgicas nacionais aceitaram a imposição de cotas para limitar as exportações em 4,1 milhões de toneladas – 12% abaixo do que foi exportado em 2017. O setor de alumínio aceitou a sobretaxa de 10%.

Trump justificou a decisão como medida necessária para proteger as siderúrgicas norte-americanas. E, também, por uma questão de segurança nacional: se as siderúrgicas dependerem da importação do aço, em caso de boicote dos exportadores, a indústria bélica norte-americana ficaria com a produção comprometida.

Anteriormente às medidas para o aço e o alumínio, os EUA anunciaram sobretaxas de importação para máquinas de lavar roupa e painéis solares, de 20% e 30% respectivamente, que afetou a Coreia do Sul e China. Em agosto de 2018, o país anunciou uma sobretaxa a canos de metal importado da China, Canadá, Grécia, Índia, Coreia do Sul e Turquia. A União Europeia, a Turquia e a China retaliaram e aplicaram sobretaxas a diversos produtos importados dos norte-americanos.

A proteção do mercado de trabalho americano e o incentivo à indústria nacional foram algumas das principais promessas feitas por Trump durante a campanha eleitoral de 2016. Ao sobretaxar produtos importados, o presidente busca cumprir essas promessas.

Retaliação à China

Trump vê no comércio internacional o ponto fraco da economia norte-americana. Seu diagnóstico é respaldado pelo crescente déficit comercial dos EUA: em 2017, as importações superaram as exportações em 796 bilhões de dólares. O país que mais contribui para esse déficit é a China. Naquele ano, o saldo negativo nas relações comerciais com os chineses foi de 375 bilhões de dólares. Por isso, as medidas para tentar reduzir as importações têm como principal alvo a economia chinesa.

Segundo levantamento da BBC, de março a dezembro de 2018, os Estados Unidos aplicaram tarifas sobre US\$ 250 bilhões em produtos chineses e ameaçaram taxar outros US\$ 267 bilhões. A China, por sua vez, fixou tarifas sobre bens americanos no valor total de US\$ 110 bilhões.





Os EUA acusam a China de suposto roubo de propriedade intelectual. Trump acusa empresas chinesas de adquirir participação em indústrias norte-americanas e, assim, ter acesso aos métodos de produção que depois são reproduzidos livremente, sem remunerar a propriedade intelectual das inovações. Além disso, o governo chinês subsidiaria a produção de bens de alta tecnologia. Assim, a China teria condições de colocar seus produtos no mercado a preços muito mais baixos do que outros países.

O governo chinês é acusado também de **manipulação cambial**, interferindo no valor de sua moeda, o yuan, diante do dólar. Explicando: o dólar é a moeda-base nas transações no mercado internacional. A política cambial de um país são as ações adotadas para estipular a relação entre o valor do dólar e o da moeda nacional. Quando o valor do dólar cai em relação à moeda local, os produtos estrangeiros ficam mais baratos, o que aumenta as importações e diminui as exportações. No sentido contrário, com o dólar mais caro, as exportações se tornam vantajosas e as importações caem.

Essa estratégia é denunciada como uma forma indireta de um país conceder subsídios para estimular artificialmente suas exportações. O problema é que, embora as regras da OMC coloquem limites aos subsídios, não há uma regulamentação específica na entidade com relação à manipulação cambial, o que deixa os chineses livres para alterarem artificialmente a cotação de sua moeda.

Guerra comercial

A atuação dos EUA na defesa de seus interesses comerciais revela o quanto o equilíbrio entre exportações e importações é importante para a economia de cada país. Cada acordo desfeito ou produto barrado é um lance no complexo jogo nas relações comerciais internacionais – e, na maioria das vezes, não fica sem resposta.

A essa **disputa na qual os países utilizam estratégias para restringir a circulação de produtos ou serviços importados para atingir seus objetivos econômicos** damos o nome de **guerra comercial**. E, quando esse conflito envolve as duas maiores potências mundiais, existe um grande risco de contaminação global. Desde a crise econômica mundial de 2008, até 2017, as 60 maiores economias do mundo adotaram mais de 7 mil medidas protecionistas – só em 2017, foram 360 ações para proteger as economias nacionais, o maior índice registrado desde 2011.

O grande perigo da disseminação do protecionismo é a possibilidade de uma retração do comércio mundial, um dos fundamentos da economia globalizada. As exportações são importantes fontes de receita para os países. Mas como vender para o exterior se todas as economias estão adotando restrições ao comércio internacional?

Além disso, medidas protecionistas podem ter efeitos negativos também no país importador. As taxas alfandegárias podem favorecer um ou outro setor industrial, mas devem prejudicar outros setores, que dependem da importação. Sem a opção de importar, as empresas desses setores terão de se submeter à oferta dos fabricantes nacionais. Como a produção doméstica terá grande demanda, os custos de produção tenderão a subir, o que elevará o preço dos bens finais, ameaçando até a sua competitividade no mercado internacional.





2.1 A BATALHA DA 5G

O 5G é a evolução da atual rede de celulares de quarta geração (4G). O 5G tem três principais características: uma grande largura de banda, baixa latência e conexões amplas.

As redes da quarta geração são capazes de entregar uma velocidade média de conexão de, aproximadamente, 33 Mbps (megabytes por segundo). Estima-se que o 5G será capaz de entregar velocidades 50 a 100 vezes maiores, podendo alcançar até 10 Gbps (gigabytes por segundo). Os tempos de conexão entre aparelhos móveis devem ser inferiores a 5 ms (milissegundos), face à latência de 30 ms das redes 4G. Ou seja, poderemos enviar e receber dados de forma quase instantânea.

O aumento do número de aparelhos conectados por área possibilitará uma enorme ampliação da tendência mundial da “internet das coisas”. Sistemas de iluminação pública e residencial, smartphones, smartwatches, eletrodomésticos, dispositivos de monitoramento, sensores de presença, frequencímetros cardíacos, centrais de segurança, guichês de supermercados ou estacionamentos, caixas de supermercados, sensores meteorológicos e muitos outros dispositivos poderão conectar-se mutuamente por meio do uso da quinta geração das redes móveis. Com isso, haverá inúmeras possibilidades, cada vez mais inteligentes e conectadas, para residências, ruas, hospitais, comércio e indústrias.

Sua geladeira, por exemplo, poderá ser programada para avisar quando algum produto estiver acabando, já que sua conexão com a internet das coisas tornará possível programá-la para que ela compre remotamente o produto em falta, se assim você desejar.

O pequeno tempo de latência possibilitado pelas redes 5G permitirá que o sistema de freios de um veículo comunique-se rapidamente aos smartphones ou smartwatches dos pedestres, evitando acidentes quando, por exemplo, houver grandes aproximações entre eles, ou para um cirurgião em Nova York controlar um par de braços robóticos que executam um procedimento em Santiago.

O início da implantação das redes de quinta geração está previsto para 2020, no entanto, espera-se que seu pleno funcionamento ocorra por volta de 2025, pelo menos nas principais metrópoles do mundo.

Atualmente, a empresa chinesa Huawei é a maior fornecedora de sistemas 5G, ultrapassando as tradicionais Ericsson, sueca, e Nokia, finlandesa. A Huawei também é a maior fabricante de equipamentos de telecomunicações do planeta. Em 2018, ultrapassou a Apple e se tornou a segunda maior vendedora de celulares, atrás apenas da coreana Samsung.

Por não possuírem uma grande empresa no setor 5G, os Estados Unidos, principal economia do planeta, viraram o maior mercado para a Ericsson, e o governo norte-americano começou uma campanha de boicote à líder mundial. Os dois países travam uma guerra comercial em que já foram impostos centenas de bilhões de dólares em sobretaxas a produtos importados por ambos, que agora eleva o seu patamar para uma guerra tecnológica.

A Casa Branca acusa a empresa chinesa de roubar propriedade intelectual de empresas norte-americanas; de vender produtos com tecnologia norte-americana a países que sofrem embargo





(como Irã e Coreia do Norte); e, também alegam que a Huawei colabora com governo chinês para espionar outros países, colocando em risco a sua segurança nacional.

Com suas acusações, os EUA conseguiram que Nova Zelândia e Austrália proibissem o uso de tecnologia e equipamentos da empresa por razões de segurança. Canadá, Alemanha, Japão e Coreia do Sul colocaram a empresa sob avaliação.

A Huawei nega todas as acusações de violação das sanções e afirma operar dentro da lei em todos os países onde atua.

Além disso, o governo norte-americano abriu uma ação contra a Huawei e a executiva Meng Wangzhou - filha do fundador da empresa –, acusada de fraude por violar sanções ao Irã impostas pelos EUA. Wangzhou chegou a ficar 11 dias presa no Canadá, em dezembro de 2018, até ter o seu pedido de liberdade condicional aceito.

E, desde 17 de maio de 2019, a Huawei perdeu o acesso a softwares e componentes produzidos nos Estados Unidos e que eram necessários para fabricar seus produtos. A proibição imposto à Huawei pode interromper o lançamento do 5G globalmente. A medida também impacta negócios emergentes da empresa, como a oferta de computação em nuvem.

Entretanto, os ataques norte-americanos à Huawei são apenas o sustentáculo de uma guerra estadunidense contra a empresa que é carro-chefe da ambição chinesa de se tornar uma superpotência tecnológica. A disputa entre Estados Unidos e China transcende o campo comercial. É a principal batalha pelo poder neste milênio – dentro e fora do mundo digital. O domínio na área das telecomunicações é essencial para o domínio político e econômico na atualidade.

3 – CHINA

A civilização chinesa tem mais de quatro mil anos. Após um longo período imperial e uma breve república, uma revolução liderada pelo Partido Comunista Chinês (PCCh), de Mao Tsé-Tung, deu origem à **República Popular da China**, em 1949. O país foi reorganizado nos moldes socialistas.

Com a morte de Mao, em 1976, a China implementou um modelo, ainda vigente, chamado por seus dirigentes de socialismo de mercado. O país manteve o controle estatal das fábricas e da terra, mas permitiu a abertura ao mercado mundial em determinadas regiões, denominadas Zonas Econômicas Especiais.

Nessas zonas se instalaram empresas multinacionais, para produzir artigos para a exportação, atraídas por incentivos fiscais e pela barata e numerosa mão de obra chinesa. Posteriormente, o governo autorizou a propriedade privada em algumas situações e fez maciços investimentos em tecnologia para aperfeiçoar a sua indústria.

Com essas medidas, o país inundou o planeta com seus produtos “made in China”, tornando-se o maior exportador mundial. Se a princípio os produtos chineses eram associados à baixa qualidade, hoje eles já possuem maior valor agregado, como eletroeletrônicos e automóveis. Paralelamente, para suprir sua demanda por alimentos, energia e matérias-primas, a **China** tornou-se um **grande importador de commodities**, como petróleo e minério de ferro.





Com essas ações, a China atrelou seu crescimento à economia de outras nações, firmando parcerias com países da África e da América Latina, incluindo o Brasil. Na crise mundial iniciada em 2008, por exemplo, a queda na demanda chinesa por commodities foi um dos fatores que afetaram a economia brasileira.

Atualmente, o país é a **segunda maior economia do mundo**, respondendo por mais de 11% do PIB mundial, **atrás apenas dos Estados Unidos**.

Por ter uma economia voltada para o comércio exterior, a China passou a ser um dos grandes defensores da globalização e do livre-comércio. É uma defesa que tem sido reafirmada diante de críticas do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a essa mesma globalização e livre-comércio.

Para além das questões econômicas, a China quer se firmar como uma liderança global, capaz de não apenas ser uma potência regional, mas de ameaçar a hegemonia mundial dos EUA. O fato é que se trata de dois aspectos praticamente indissociáveis: com o poder econômico e a expansão comercial, o país cria uma relação de interdependência com os mercados globais, o que aumenta o seu peso nas principais decisões mundiais.

Na tentativa de projetar sua influência pelo mundo, a China investe na chamada “diplomacia econômica”. Com projetos de financiamento, aquisição de matérias-primas e obras de infraestrutura, o país aposta no poder de sua economia para angariar aliados. É uma forma de estabelecer uma relação na qual os outros países se tornem cada vez mais dependentes do capital chinês. A presença chinesa é cada vez maior na América Latina, África, Ásia e Europa.

O projeto mais ambicioso da China responde pelo nome de **“Nova Rota da Seda”**. O objetivo é criar um corredor econômico, composto por estradas, ferrovias, oleodutos e cabos de fibra ótica, que irá conectar, por via terrestre e marítima, a China à Europa e à África. O corredor atravessará a Ásia Central, o Oriente Médio e o Oceano Índico. Para desenvolver este projeto de integração eurasiática, a China criou um fundo com dezenas de bilhões de dólares, que serão investidos em obras de infraestrutura nos países vizinhos. A rota da seda foi um corredor econômico que uniu Oriente e Ocidente no primeiro milênio de nossa era.





Apesar do vertiginoso crescimento econômico, o país convive com problemas que causam instabilidade ao atual modelo político-econômico: significativa desigualdade social, corrupção, degradação ambiental e crescente descontentamento popular.

A China é uma **ditadura que reprime a liberdade de expressão e viola os direitos humanos**. No entanto, há uma resistência interna, e diversos dissidentes desafiam o regime. O país é o principal parceiro comercial e destino das exportações do Brasil.

O atual presidente Xi Jinping já é considerado o homem mais poderoso da China, desde Mao Tsé-Tung. Xi foi reeleito para um segundo mandato presidencial de cinco anos, no período de 2018 a 2023, como chefe da Comissão Militar Central e como secretário-geral do Partido Comunista Chinês.

Em uma alteração constitucional histórica, o parlamento chinês aboliu o limite de dois mandatos presidenciais consecutivos de cinco anos. Com isso, Xi Jinping poderá permanecer no poder por tempo indeterminado. O “Pensamento de Xi Jinping sobre o Socialismo com Características Chinesas na Nova Época”, a teoria do presidente sobre o futuro do país, foi incluído na constituição do PCCh e na constituição do país.

O país disputa com o Japão a posse das ilhas de Senkaku, para os japoneses, ou Diaoyu, para os chineses, localizadas no Mar da China Oriental.

O **Mar do Sul da China** é, atualmente, o foco de maior tensão no Sudeste Asiático. A área é reivindicada pela China, que alega ter precedência histórica com base em um pedido feito em 1947. No entanto, além das Filipinas, países como Vietnã, Brunei, Malásia e Taiwan também disputam a soberania sobre a região e querem negociar com base na convenção da ONU sobre o Direito do Mar,



que define zonas de 200 milhas para cada país. O problema é que, devido à proximidade entre essas nações, as fronteiras marítimas não são bem definidas.

O Mar do Sul da China é fundamental para a indústria da pesca, rica em reservas de petróleo e estratégica para o transporte marítimo. Mesmo com a indefinição das fronteiras, a China ampliou a ofensiva para consolidar a ocupação da área em 2014, ao construir ilhas artificiais em Spratly e instalar plataformas para a exploração de petróleo na região. Essa iniciativa chinesa é vista como uma forma de impor sua hegemonia no Sudeste Asiático.

A disputa foi parar na Corte Permanente de Arbitragem da ONU, que decidiu que a China não tem base legal para reivindicar “direitos históricos” sobre o Mar do Sul da China. O governo de Pequim informou que não reconhece e não irá acatar a decisão.

Outro foco de divergência é sobre a questão da ilha de **Taiwan**, que a China considera uma **província rebelde** e quer reintegrar ao país. Antes da chegada ao poder de Mao Tsé-Tung, em 1949, a China era governada pelo Partido Nacionalista, que foi derrotado, tendo os seus líderes fugidos para a ilha de Taiwan, onde fundaram a República da China.

Quando a Organização das Nações Unidas (ONU) foi criada, em 1945, a China foi um de seus membros fundadores. Mas após o fim da guerra civil, em 1949, foi Taiwan que passou a ocupar o assento destinado à China na ONU.

Essa situação durou até 1971, quando a China continental ingressou na ONU, obrigando Taiwan a deixar a instituição. Desde então, o poder político e econômico da China se impõe, obrigando todos os países com quem mantém relações diplomáticas a cortarem os laços oficiais com Taiwan.

Mas esse isolamento político não significa isolamento econômico. Taiwan possui uma economia dinâmica e se tornou um dos principais exportadores da Ásia, mantendo relações comerciais com todo o mundo e participando de blocos econômicos regionais.

Na prática, Taiwan tem todas as condições que o definem como um país: um governo próprio eleito democraticamente, instituições sólidas, uma moeda nacional, forças armadas e um território delimitado.

Em busca de uma solução pacífica, contudo, a China propõe o conceito de "um país, dois sistemas": o socialista no continente e o capitalista em Taiwan. Em tese, isso permitiria a Taiwan adotar as suas políticas econômicas e manter as suas instituições, com relativa autonomia. Contudo, a maioria da população da ilha é simpática à causa separatista, embora até hoje a independência não tenha sido declarada. Se isso ocorrer poderá haver um ataque militar chinês à ilha.

3.1 PROTESTOS EM HONG KONG EM 2019

O território de Hong Kong, localizado na costa sul da China, é uma **Região Administrativa Especial da China do país**. Com uma pequena área e uma população de cerca de sete milhões de pessoas, é uma das áreas mais densamente povoadas do mundo e um dos principais centros financeiros internacionais, possuindo um dos maiores PIB per capita do mundo.



Macau, ex-colônia de Portugal, também detém o status de Região Administrativa Especial da China.



Elaboração: G1.

A região passou para o domínio britânico em 1842, ao final da Primeira Guerra do Ópio (1839-1842). A cessão ocorreu por meio do **Tratado de Nanquim**, que encerrou o conflito. A partir daí, tornou-se um importante e estratégico entreposto do Reino Unido no continente asiático.

Ao longo das décadas, apresentou um desenvolvimento social, cultural e econômico muito diferente da China. Além disso, serviu como refúgio para muitos dissidentes e opositores do governo chinês.

Nas décadas de 1950 e 1960, a região apresentou grande desenvolvimento da sua indústria. Neste período, a política liberal de Hong Kong atraiu muitos investidores estrangeiros, resultando num boom econômico que a tornou uma das regiões mais ricas e mais produtivas da Ásia.

Na década de 1980, sob o comando de Deng Xiaoping, a China abre conversações com o Reino Unido para a devolução da soberania sobre Hong Kong.

Assim, em 1984, é assinada, em Pequim, a **Declaração Conjunta Sino-Britânica**, onde foi acordado que Hong Kong retornaria à China em 1997, sob o princípio de "**um país, dois sistemas**".

O princípio estabeleceu que o sistema socialista não vigoraria na Região Administrativa Especial (RAE) de Hong Kong, vigorando o sistema capitalista, que ficaria intacto por um período de 50 anos, e que as liberdades individuais deveriam ser garantidas.

Com isso, a região passou a ter um alto grau de autonomia, exceto em assuntos estrangeiros e de defesa. Hong Kong tem seu próprio sistema legal, seus próprios partidos e direitos que, na China, não existem, como o de liberdade de reunião e liberdade de expressão, garantido no seu documento que tem valor de constituição, a **Lei Básica de Hong Kong**.

Esta "autonomia" é objeto de questionamento por parte de seus cidadãos, pois o seu governante é eleito por um pequeno comitê eleitoral que é controlado por Pequim. Assim, todos os



governantes de 1997 até então tem apresentado uma política pró-República Popular da China, aprovando leis que são bastante favoráveis ao governo central chinês.

Em 2014, frente à insatisfação do povo honconguês com a escolha de seus governantes, a China apoiou a realização de eleições para Hong Kong no mesmo ano, mas só entre um grupo de candidatos que ela mesma escolhesse.

A resposta local foi com grandiosos protestos com a exigência do direito de eleger livremente seu próprio líder. Conhecida como **Movimento Guarda-Chuva**, as manifestações duraram várias semanas e acabaram fracassando sem concessões de Pequim. A utilização dos guarda-chuvas tinha como objetivo se proteger das bombas de gás lançadas pelas forças policiais.

O projeto da lei de extradição

Em fevereiro de 2019, o governo local apresentou ao legislativo uma proposição para permitir a extradição de cidadãos de Hong Kong para serem julgados na China Continental, o que foi considerado como uma tentativa de aumento da influência central chinesa na região, uma redução da sua autonomia e das liberdades, bem como uma possibilidade de perseguição de opositores do regime chinês ali residentes.

Nos meses subsequentes, grandiosos protestos foram realizados com centenas de milhares e até milhões de manifestantes contrários à proposição, o que fez com que o governo local suspendesse por tempo indeterminado a sua apreciação pelo parlamento local.

Porém, as grandes manifestações prosseguiram com a exigência da retirada completa do projeto, pela manutenção e garantia das liberdades democráticas de Hong Kong, incluindo a liberdade de expressão, a independência da justiça, e pela renúncia da chefe do executivo, Carrie Lam.

Alguns protestos têm sido marcados por atos de violência, vandalismo e forte repressão policial.

Embora a região seja parte da China, a maioria dos cidadãos locais não se identifica como chinesa. Pesquisas da Universidade de Hong Kong mostram que a maior parte das pessoas se identifica como "Hong Kongers" - e apenas 15% se chamariam "chineses". A diferença é ainda maior para os jovens - uma pesquisa de 2017 sugeriu que apenas 3% das pessoas entre 18 e 29 anos se identificavam como chinesas.

Os habitantes de Hong Kong descreveram diferenças legais, sociais e culturais - e o fato de Hong Kong ter sido uma colônia separada por 150 anos - como razões pelas quais eles não se identificam com seus compatriotas na China continental. Além disso, na China continental e em Hong Kong não são faladas a mesma língua. O idioma oficial da China é o mandarim. No entanto, existem no país uma série de dialetos e outros idiomas, entre eles o cantonês, que se fala em Hong Kong.

Alguns jovens ativistas pedem até mesmo a independência de Hong Kong da China, algo que alarma o governo de Pequim.





4 – ESTADOS UNIDOS

Por ser a maior economia do mundo e a maior potência militar do planeta, o que ocorre nos Estados Unidos interessa bastante ao mundo como um todo. O país também é o mais importante ator da política internacional, e o seu poder, a sua influência e a sua liderança se espalham por todo o globo.

Nas eleições presidenciais de 2016, **Donald Trump**, candidato do **Partido Republicano**, foi eleito Presidente dos Estados Unidos, derrotando **Hillary Clinton**, candidata do **Partido Democrata**.

O atual presidente tomou posse no dia 20/01/2017 e em 20/01/2019 chegou a metade do mandato de quatro anos. Polêmicas à parte, Donald Trump vem buscando implementar as promessas de campanha, que levaram à sua eleição.

Vejamos os principais aspectos e fatos ocorridos no período presidencial até o presente:

Globalização e comércio internacional

A formação e multiplicação de blocos econômicos é uma característica da economia globalizada, a qual os Estados Unidos têm defendido e se integrado. Contudo, Trump foi eleito como expressão de um movimento que questiona a globalização e defende políticas protecionistas que restrinjam as importações como forma de aquecer a economia e gerar empregos. O presidente demonstrou repetidamente que prefere os acordos comerciais bilaterais aos multilaterais.

Cumprindo promessa de campanha, uma das primeiras medidas do seu governo foi a assinatura de uma ordem executiva que **retirou os Estados Unidos do Tratado Transpacífico (TTP)**.

Outro tratado que foi bastante criticado é o **Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta)**. Para Trump, os termos do Tratado eram prejudiciais à economia norte-americana. Críticos do bloco argumentam que o Nafta levou à perda de 600 mil empregos industriais nos Estados Unidos. Para outros economistas, os problemas do setor industrial norte-americano ocorreriam com ou sem a existência do Nafta, e a perda de empregos já era uma realidade em virtude da automação industrial e da integração da China ao comércio mundial, consolidada nos primeiros anos do século XXI.

Na campanha, o presidente prometeu rever os termos do acordo, o que efetivamente ocorreu. As negociações se iniciaram no início do seu mandato e em agosto de 2018, Trump anunciou que os EUA e o México chegaram a um acordo comercial que revisa partes importantes do Nafta. O acordo foi denominado de **"The United States-México Trade Agreement" (Acordo Comercial Estados Unidos-México)**. O Canadá aderiu ao novo acordo em outubro de 2018, que passou a ser denominado de **USMCA (Acordo Comercial Estados Unidos-México-Canadá)** ou de **T-MEC (Tratado México- Estados Unidos-Canadá)**.

Para entrar em vigor, os novos acordos precisam ser aprovados no Congresso dos três países. Por enquanto, o NAFTA continua vigendo.

Por fim, Trump suspendeu as negociações sobre um tratado de livre-comércio entre EUA e União Europeia, denominado de **Parceria Transatlântica (TTIP)**.



Imigração

O presidente é um duro crítico da migração ilegal e dos imigrantes que vivem ilegalmente no país. Também propõe endurecer os critérios para a entrada de migrantes legalmente no país.

A principal promessa é a da **construção de um muro na fronteira com o México**. Para o presidente, a obra é necessária para coibir a entrada de imigrantes ilegais e drogas provenientes do México. Parte da fronteira entre os dois países já está fisicamente separada por um muro. De acordo com Trump, o muro seria pago pelo vizinho do sul, que, por sua vez, tem afirmado peremptoriamente que não pagará pela sua construção.

O decreto autorizando o erguimento da barreira foi assinado em janeiro de 2017. No entanto, para a construção do muro, é necessário alocar uma vultosa quantia de recursos no orçamento federal, o que Trump não tem conseguido até o momento, pois o Congresso norte-americano não aprova essa medida.

Outra promessa de campanha encaminhada foi a **suspensão da entrada de imigrantes muçulmanos nos Estados Unidos**. O presidente justifica que a medida é necessária para evitar a entrada de terroristas no país.

Trump assinou decretos que suspendiam temporariamente a entrada nos Estados Unidos de imigrantes provenientes de alguns países de maioria muçulmana. Muito criticada por organismos internacionais e por governantes de outros países, as medidas acabaram sendo bloqueadas como inconstitucionais pela Justiça dos EUA.

Após idas e vindas judiciais, a Suprema Corte validou a última versão do decreto que proíbe em diferentes graus a entrada em território americano de cidadãos de 7 países - sendo 5 deles de maioria muçulmana: Coreia do Norte, Iêmen, Irã, Líbia, Síria, Somália e Venezuela. As restrições de venezuelanos se centram em funcionários do governo.

O presidente tomou outras medidas em relação à imigração, como o fim do programa Daca e o encerramento do status de proteção que permite que mais de 200 mil cidadãos de El Salvador, Haiti e Nicarágua permaneçam nos EUA. O programa Daca foi criado em 2012, durante a gestão de Barack Obama, para regularizar temporariamente imigrantes em situação ilegal que chegaram aos Estados Unidos quando eram menores de idade.

A política migratória de **“tolerância zero”** com imigrantes irregulares adotada pelo governo foi muito criticada quando imagens de crianças que foram separadas de seus pais e detidas em um armazém texano vieram à tona. Pressionado, Trump teve que dar um passo atrás em sua política migratória, assinando um decreto que ordena a prisão daqueles que entram ilegalmente no país, porém proíbe que estas pessoas sejam separadas de seus filhos e filhas.

Em maio de 2019, o governo americano ameaçou aumentar tarifas sobre produtos mexicanos caso o país vizinho não agisse para deter o fluxo de migrantes na fronteira. Antes da data-limite citada por Trump, os dois governos anunciaram um acordo e não houve retaliações econômicas. O acordo incluiu medidas a serem tomadas pelo México, como detenções, deportações e reforço policial na fronteira.





Para analistas, em julho de 2019, Trump tomou a sua mais dura medida contra a imigração ilegal. Novas regras instituídas, determinaram que estrangeiros que entrarem pela fronteira terrestre com o México não podem mais obter refúgio legal nos EUA caso tenham passado por um terceiro país no trajeto. Dessa forma, pessoas de países da América Central que tenham passado pelo México no caminho até os EUA — a única rota terrestre possível — não poderão receber abrigo oficialmente em território americano.

Existem exceções pontuais. Por exemplo, quando for feita uma solicitação formal de refúgio em um terceiro país (como o próprio México) e o pedido for negado. Na prática, a medida quase inviabiliza as chances de latino-americanos conseguirem refúgio legal nos EUA.

Além do México, Guatemala, Honduras e El Salvador são os principais países de origem das pessoas que tentam cruzar a fronteira terrestre com os EUA, de acordo com dados oficiais de anos recentes. Cidadãos dessas três nações que estejam fugindo em direção aos EUA necessariamente precisam passar antes pelo México. A nova regra pretende desincentivar o fluxo migratório. Ela vale apenas para quem entrar nos EUA a partir de agora, não para quem já está com um pedido de refúgio transcorrendo.

Saúde

Nos EUA, não há um sistema de saúde pública, mas, sim, planos privados de saúde. No governo de Barack Obama, foi aprovada e entrou em vigor a Lei de Proteção ao Paciente e Serviços de Saúde Acessíveis (“The Patient Protection and Affordable Care Act”, em inglês), que ficou conhecida como Obamacare.

A legislação estabelece que todo aquele que vive nos EUA está obrigado a ter um seguro de saúde – quem não tiver terá de pagar uma taxa (chamada de “imposto” pelo texto da lei). O governo se encarregou de subsidiar o pagamento dos planos de saúde para os mais pobres. A reforma da saúde propiciou a 32 milhões de americanos, que não tinham nenhuma cobertura de saúde, a ter um plano privado de saúde.

Para Trump, o Obamacare é uma afronta à livre iniciativa e à liberdade das pessoas, por isso prometeu rever a reforma da saúde de Obama. Um projeto foi aprovado na Câmara dos Representantes, mas ainda não pelo Senado da República.

O presidente se mobilizou de outras maneiras para mudar o sistema criado por seu antecessor. E suspendeu os pagamentos governamentais às companhias de seguro de saúde, que ajudavam a diminuir os preços de planos de saúde para cidadãos de baixa renda e cortou o financiamento para incentivar os americanos a se cadastrarem nos planos de saúde.

No final de 2017, o Congresso norte-americano suspendeu a obrigatoriedade do seguro de saúde, eliminando a multa imposta aos americanos sem plano de saúde.



Meio Ambiente

Trump cumpriu a promessa de campanha e **retirou os EUA do Acordo do Clima de Paris**, relativo à mudança do clima e ao aquecimento global. Também **revogou o Plano de Energia Limpa**, implantado por Barack Obama. O Plano foi adotado para que os Estados Unidos pudessem cumprir com as suas metas voluntárias de redução de emissões de gases intensificadores do efeito estufa, perante o Acordo de Paris. O governo Trump tem adotado medidas que favorecem a indústria do petróleo e do carvão e enfraquecem a regulação ambiental dos Estados Unidos.

Política Externa

Na política externa, Trump ensaiou retomar o isolacionismo que já marcou a posição dos EUA no passado, particularmente antes da II Guerra Mundial (1939-1945). Por essa política, o governo norte-americano deveria se preocupar com o país sem dar prioridade aos conflitos internacionais.

Durante sua campanha eleitoral, cujo slogan era “America First” (América em primeiro lugar), Trump menosprezou a ONU como fórum para discussão e resolução de problemas entre países e chamou a **Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan)**, aliança militar impulsionada pelos EUA, de “obsoleta”, além de reclamar que o governo norte-americano arca com a maior parte dos seus custos. Já como presidente, passou a não considerar mais a Otan como obsoleta, reconhecendo que os EUA apoiam a organização como necessária no combate mundial ao terrorismo. Os Estados Unidos, inclusive, aumentaram a sua participação em dinheiro e em pessoal na defesa do flanco oriental da Aliança Atlântica.

Os EUA se retiraram da UNESCO, agência da ONU para a educação, a ciência e a cultura, com a alegação de que a agência adota um viés anti-Israel e por ter dívidas elevadas. O país também se retirou do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Quando da criação do Conselho, em 2006, os americanos decidiram boicotá-lo. Em 2009, no governo de Barack Obama, o país ingressou no colegiado. Por trás da saída norte-americana está a postura do conselho em relação à Israel. A alegação oficial foi a de que o órgão abriga países com histórico de violações de direitos humanos.

Com relação à **Coreia do Norte**, o avanço do programa nuclear desse país e os testes com mísseis de longo alcance levou o presidente dos EUA a elevar o tom, ameaçando uma ação militar contra o país asiático. Posteriormente os dois países passaram da retórica belicista para o diálogo.

Em junho de 2018, Donald Trump e Kim Jong-un realizaram uma reunião histórica em Cingapura, onde assinaram um documento em que a Coreia do Norte se compromete a trabalhar em direção à completa desnuclearização da península coreana. EUA e Coreia do Norte ainda se comprometeram a unir seus esforços para construir um regime de paz estável e duradouro na península coreana.

Outra crítica de Trump, na campanha, foi o **acordo sobre o programa nuclear iraniano**. Esse acordo foi feito entre os cinco países-membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, mais a Alemanha e o Irã, tendo sido referendado pelo Conselho de Segurança da ONU. Para o presidente, o acordo foi péssimo para os Estados Unidos por não incluir um dispositivo que proibisse o Irã de financiar organizações terroristas. Em maio de 2018, os Estados Unidos anunciaram a sua retirada do acordo e a retomada da aplicação de sanções econômicas ao Irã em seu mais alto nível.





Por fim, diante da crise na **Venezuela** e das ações do governo de Maduro, Trump disse que poderia considerar a opção militar, caso seja necessário.

São sinais de que Trump mudou de posição e de que os EUA não devem abdicar de sua postura intervencionista.

Economia

O desemprego seguiu caindo nos Estados Unidos. Quando George W. Bush deixou o governo, a taxa de desemprego era de 8%. Caiu durante todo o governo de Obama, chegando a 4,8% no final do seu mandato. Em abril de 2019, atingiu o seu menor índice, desde 1969, ficando em 3,6%.

O crescimento do PIB vai bem, que cresce em bons índices durante o governo de Donald Trump. O índice Dow Jones, da Bolsa de Valores, atingiu o seu recorde histórico, com 26,6 mil pontos em setembro de 2018. Nos oito anos do governo Obama, o Dow Jones mais que duplicou, passando de 9 mil pontos para mais que 18 mil pontos.

Outra promessa de campanha cumprida foi a **reforma tributária** assinada em lei no final de dezembro. A reforma reduz a carga fiscal das empresas de 35% para 21% e diminui os impostos sobre a renda dos cidadãos individuais, ao mesmo tempo que dobra os descontos-padrão.

A maior parte desses cortes, no entanto, beneficia empresas e grandes rendas: os contribuintes que ganham mais de 700 mil dólares por ano, que representam 1% do total, receberão 20% do corte de impostos. E enquanto as reduções de impostos para as empresas são permanentes, os cortes para os contribuintes individuais expirarão após dez anos. As reduções fiscais são financiadas com crédito, levando a um aumento do déficit orçamentário americano de cerca de 1 trilhão de dólares nos próximos dez anos.

Investigação

Donald Trump também estava sob investigação devido à acusação de que o governo russo interferiu nas eleições norte-americanas, com o objetivo de ajudá-lo a derrotar Hillary Clinton na eleição presidencial. A interferência teria se dado por meio do ataque de hackers ao sistema de e-mails da campanha e da divulgação de informações falsas sobre Hillary nas redes sociais, por meio de perfis falsos criados pelos russos.

Em março de 2019, o procurador especial do caso, Robert Mueller, enviou uma carta ao Congresso norte-americano informando que não houve interferência russa nas eleições dos EUA em 2016 e que não houve conluio do presidente Donald Trump com a Rússia. Donald Trump comemorou. Pela sua conta do Twitter, postou uma mensagem com o seguinte texto: *nenhum conluio, nenhuma obstrução, completa e total absolvição.*

Eleições de meio de mandato

Em novembro de 2018, ocorreram as eleições de meio de mandato presidencial no país. Todos os 435 assentos na Câmara dos Representantes e 35 das 100 vagas no Senado estavam em





jogo, além dos governos de 39 estados e territórios, bem como inúmeras outras eleições estaduais e locais.

Na Câmara dos Representantes, o Partido Democrata voltou a ter maioria, após oito anos de domínio republicano. O partido de oposição a Trump ganhou 41 assentos, chegando a 235 representantes, registrando seu melhor resultado desde as eleições de 1974. No Senado, o Partido Republicano ampliou a sua maioria, a primeira vez desde 2002 que o partido do presidente elegeu uma bancada maior no Senado em uma eleição de meio de mandato.

Os democratas ainda alcançaram ganhos significativos nas eleições estaduais, retomando os governos de vários estados. As eleições legislativas estaduais também resultaram em um ganho líquido de mais de 350 vagas para os democratas. De modo geral, as eleições de 2018 tiveram participação recorde, com pelo menos 101 milhões de votos sendo contabilizados na disputa pela Câmara dos Representantes.

O número de mulheres para a Câmara dos Representantes foi recorde. Ao todo, 118 mulheres foram eleitas. Elas, que até então ocupavam 84 assentos, conquistaram 98 das 435 cadeiras. A participação feminina foi impulsionada por pelo menos três grandes questões nacionais: o movimento #Metoo contra o assédio; a visão de que o governo Trump é machista; e o número recorde de mulheres candidatas em todo o país. A aprovação do nome de Brett Kavanaugh, indicado pelo presidente para a Suprema Corte mesmo sendo acusado de assédio sexual, ajudou ainda mais no engajamento feminino.

Outras marcas desse processo eleitoral foram a eleição das duas primeiras deputadas federais muçulmanas, da primeira deputada federal indígena, da deputada federal mais jovem da história e do primeiro governador assumidamente homossexual.

5 - IRÃ

O Irã ocupa lugar central no xadrez do Oriente Médio. O regime define-se desde a Revolução de 1979 como uma república islâmica e segue a vertente xiita do Islamismo. Posiciona-se frontalmente contra Israel e é aliado do regime sírio de Bashar al-Assad, exercendo também influência sobre partidos xiitas que estão no governo do Iraque. Dessa forma, busca formar um arco xiita de poder, centrado na oposição a Israel e às monarquias sunitas do Golfo Pérsico, como Arábia Saudita, Barein e Catar.

Desde 2003, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), os EUA e as potências ocidentais tentavam impedir o avanço do programa nuclear iraniano. Eles acusavam o país de desenvolver a tecnologia de enriquecimento de urânio com a intenção de fabricar armas nucleares. O Irã negava.

A ONU exigia que o Irã parasse de enriquecer urânio e autorizasse o acesso irrestrito da AIEA às suas instalações. Diante da negativa do Irã, foram aprovadas quatro rodadas de sanções contra o país, entre 2006 e 2010.





Os EUA e a União Europeia, em 2011, decretaram o embargo ao petróleo iraniano e punições financeiras contra nações que compravam petróleo do país. Foram também estabelecidas sanções contra o sistema bancário do Irã. O embargo levou à queda expressiva nas exportações de petróleo iraniano, comprometendo a obtenção de divisas externas.

Em 2015, o Irã e o grupo de países denominado de 5+1 (EUA, França, Reino Unido, Rússia e China + Alemanha) chegaram a um acordo sobre o programa nuclear do país. O acordo limitou e condicionou o programa, de forma que não seja possível ao país desenvolver armas nucleares, em troca da retirada das sanções internacionais que asfixiavam a economia iraniana. O acordo autorizou o Irã a prosseguir com um programa nuclear civil e abriu o caminho para uma normalização da presença do país no cenário internacional.

Os iranianos se comprometeram a reduzir a sua capacidade nuclear (redução de dois terços do número de centrífugas de urânio em 10 anos, de 19.000 para 6.104 e a diminuição das reservas de urânio enriquecido) e a permitir que os inspetores da AIEA realizem inspeções profundas em suas instalações.

O Irã se comprometeu a limitar suas atividades nucleares em troca do alívio em sanções internacionais. Entre as metas assumidas por Teerã estão a redução do estoque de urânio enriquecido do país — material usado para produzir combustível para reatores e armas nucleares — durante 15 anos, a limitação, no período de 10 anos, do número de centrífugas para enriquecer a substância e a modificação de um reator de água pesada, de modo que não seja capaz de produzir plutônio — substituto para o urânio usado em bombas.

Em maio de 2018, os Estados Unidos anunciaram a sua retirada do acordo. Desde quando era pré-candidato a presidente, Donald Trump vinha criticando o texto, articulado pelo antecessor Barack Obama. Dentre os pontos que os EUA criticam estão o período limitado de restrição às atividades nucleares do Irã, a suposta incapacidade do documento de deter o desenvolvimento de mísseis balísticos pelos iranianos, e, por fim, a liberação de US\$ 100 bilhões de ativos internacionais do país que estaria sendo usada como "um fundo para armas, terror e opressão" no Oriente Médio.

Com a saída do acordo, os EUA retomaram a aplicação de sanções econômicas ao Irã em seu mais alto nível.

6 – A QUESTÃO ISRAEL-PALESTINA

A região da Palestina foi ocupada e conquistada por muitos povos, entre eles os judeus. No século VI a.C., o povo judeu iniciou sua primeira dispersão pelo mundo, mas seu projeto de possuir um território só se concretizou após a Segunda Guerra Mundial.

O Estado de Israel tem sua origem no sionismo (de Sion, colina da antiga Jerusalém), movimento surgido na Europa no século XIX, com objetivo de criar uma pátria para o povo judeu. Colonos judeus da Europa Central e Oriental, onde o antissemitismo (discriminação contra os judeus) era mais intenso, instalaram-se na Palestina, que tinha então população majoritariamente árabe.





O apoio internacional à criação de um Estado judaico aumentou depois da II Guerra Mundial, ao ser revelado o genocídio de cerca de 6 milhões de judeus nos campos de extermínio nazistas, o Holocausto. Em 1947, a Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou a partilha da Palestina em dois Estados – um para os judeus, com 53% do território, outro para os árabes, com 47%. A cidade de Jerusalém permaneceria sob administração internacional. Estes últimos rejeitaram o plano.

Em 14 de maio de 1948, foi criado o Estado de Israel. Imediatamente, cinco países árabes – Egito, Síria, Transjordânia (atual Jordânia), Iraque e Líbano – enviaram tropas para impedir sua fundação. Com o respaldo dos Estados Unidos (EUA) e da União Soviética, Israel conseguiu derrotar esses exércitos, e a guerra se encerrou com um armistício assinado em janeiro de 1949.

O novo Estado ampliou seus domínios em relação às fronteiras originais aprovadas pela ONU. Com a vitória, Israel passou a ocupar 75% da Palestina, e mais de 700 mil árabes palestinos foram expulsos. Esses acontecimentos são lembrados até hoje por eles como a *nakba*, palavra árabe que significa “catástrofe”.

Ao fim da guerra, além da expansão de Israel, o Egito havia ocupado a Faixa de Gaza e a Transjordânia anexara Jerusalém Oriental e Cisjordânia (o nome do país passou a ser Jordânia). Com isso, os palestinos ficaram sem território, tornando-se refugiados na Cisjordânia, na Faixa de Gaza e nos países árabes vizinhos, ou migrando para longe.

Em 1967, diante da aliança militar entre Egito, Síria e Jordânia, Israel, fortemente armado pelos EUA, atacou os três países na Guerra dos Seis Dias. Passou, então, a controlar a Cisjordânia e Jerusalém Oriental, a Faixa de Gaza e a Península do Sinai (que seria devolvida ao Egito em 1982), além das Colinas de Golã, território da Síria ocupado até hoje.

A população árabe-palestina passou a lutar pela configuração de novas fronteiras e pelo reconhecimento de um Estado palestino independente. Em 1964, exilados no Líbano fundaram a Organização para a Libertação da Palestina (OLP). Em 1988, proclamaram seu Estado com o nome de Autoridade Nacional Palestina (ANP).

Depois de muitas guerras e duas intifadas (rebeliões palestinas), os acordos de paz assinados entre os países afirmaram a autonomia dos palestinos na Faixa de Gaza e em parte da Cisjordânia.

Os Acordos de Oslo (1993-1995), assinados entre palestinos e israelenses, com mediação dos EUA, traçaram a meta de dois Estados: um judeu (Israel) e um palestino, formado pela Faixa de Gaza e pela Cisjordânia, ambas ocupadas pelos israelenses em 1967. Definiram ainda a criação da Autoridade Nacional Palestina (ANP), como embrião do futuro Estado.



Evolução territorial

■ Área histórica da Palestina ■ Estado árabe ■ Estado judeu

1921

Domínio britânico



Sob controle britânico desde o final da I Guerra Mundial, o território árabe da Palestina recebe importante imigração de judeus. O movimento sionista se propõe a fundar um Estado judeu na região.

1947

Proposta da ONU



Após a II Guerra Mundial, a ONU aprova a proposta de partilha da região em dois Estados: um judeu e um árabe.

1948

Fundação de Israel



Ao final da Guerra de Independência, Israel ocupa a maior parte da Palestina, e os palestinos ficam sem Estado.

1967

Após a Guerra dos Seis Dias



Na Guerra dos Seis Dias, Israel derrota Egito, Síria e Jordânia e ocupa territórios vizinhos: as Colinas de Golã (Síria), a Cisjordânia (Jordânia), a Faixa de Gaza e a Península do Sinai (Egito). Em 1982, devolve o Sinai.

1993

Tratado de Oslo



Com os acordos de Oslo, os palestinos passam a ter autonomia relativa em partes da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

Apesar de ter sido considerado ilegal pela Assembleia Geral da ONU, **Israel construiu um muro na Cisjordânia com mais de 9 metros de altura, controlando a entrada de não judeus em território israelense**. Esse paredão restringe o direito de ir e vir, anexa áreas palestinas a Israel e impede a circulação normal de pessoas na cidade de Jerusalém.

Em consequência, o Estado palestino independente ainda não se concretizou e os palestinos estão separados, de Israel e entre si, em 21 enclaves. Essa situação perturbou todas as atividades econômicas, pois, decorridos mais de 60 anos, os territórios palestinos ocupados apresentam grande deterioração econômica e baixa qualidade de vida.

Atualmente, os palestinos do Hamas (grupo mais radical de origem guerrilheira, fortemente hostil a Israel) controlam a faixa de Gaza, enquanto a Autoridade Palestina (menos refratária ao Ocidente e a acordos de paz com Israel) domina partes da Cisjordânia, entre elas a cidade de Belém.

Nos últimos 25 anos, essa perspectiva geral dos “dois Estados” é a que tem guiado as negociações de paz. Na prática, porém, não houve avanços. Do lado israelense, o atual governo defende posições que os palestinos consideram inaceitáveis, como a continuidade e a ampliação dos **assentamentos israelenses na Cisjordânia**.

Desde 1967, Israel implanta colônias judaicas na Cisjordânia, onde hoje vivem cerca de 400 mil judeus em mais de cem assentamentos, em meio a 2,9 milhões de palestinos. Israel instalou também colônias judaicas no setor oriental de Jerusalém para justificar a soberania sobre a área.

Dessa forma, o governo israelense mantém a política de criar assentamentos nos territórios destinados ao futuro Estado palestino. Colonos israelenses instalam-se, expulsam os palestinos e formam povoações. Em 2005, Israel decidiu de forma unilateral retirar todos os 21 assentamentos existentes na Faixa de Gaza. Mas a presença judaica na Cisjordânia só tem aumentado.

Outra divergência é sobre o **status da cidade de Jerusalém**. Os palestinos defendem que a parte oriental da cidade, também ocupada pelos israelenses desde 1967, seja a capital de seu futuro Estado. Israel não aceita essa divisão, reivindicando a cidade inteira como a sua própria capital.



Ponto de honra para os árabes nas negociações é o **direito ao retorno dos palestinos expulsos de Israel e seus descendentes pelas guerras** de 1948 e dos Seis Dias (1967). O governo israelense não aceita sequer debater a sua volta, pois o eventual regresso colocaria em xeque a própria existência de Israel tal como é hoje.

São mais de 5 milhões de pessoas que vivem de forma precária em campos de refugiados superpovoados. Segundo a ONU, é o maior contingente de refugiados do mundo.

Os países árabes onde se situam os campos mal garantem o mínimo para sua sobrevivência. Os palestinos continuam reivindicando o retorno às antigas casas e a devolução de suas posses, mas Israel resiste em aceitar a ideia.

A questão demográfica preocupa o país, pois o número de palestinos residentes em Israel e nos territórios palestinos somados já ultrapassou o número de judeus israelenses.

Por fim, há a questão da **desmilitarização da Palestina**. Israel defende que o Estado palestino não possua Forças Armadas e que a segurança inicialmente seja feita pelas tropas israelenses até a transferência para a Otan – a aliança militar ocidental. A proposta não agrada aos palestinos.

Em 2012, a ONU concedeu à Palestina a condição de “Estado observador não membro”. Mais de 140 Estados, inclusive o Brasil, já reconhecem o Estado da Palestina.

A transferência da embaixada dos Estados Unidos de Tel Aviv para Jerusalém

Em dezembro de 2017, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, reconheceu Jerusalém como capital de Israel e anunciou a transferência da embaixada americana de Tel Aviv, primeira capital israelense, para a cidade. A decisão dos Estados Unidos levou a muitas manifestações contrárias da comunidade internacional e da unanimidade dos países islâmicos. A embaixada, em Jerusalém, foi inaugurada em maio de 2018, no mesmo dia que se comemorou os 70 anos de fundação do Estado de Israel.

Jerusalém é uma cidade sagrada para as três grandes religiões monoteístas do mundo: cristianismo, islamismo e judaísmo. Na parte oriental está a cidade velha que abriga o Muro das Lamentações (ruínas do antigo Templo de Salomão), local sagrado do Judaísmo; a Esplanada das Mesquitas, onde se localizam a mesquita de Al-Aqsa e o Domo da Rocha (local onde Maomé teria ascendido aos céus) e a Igreja do Santo Sepulcro (local onde Jesus teria sido crucificado, sepultado e ressuscitado). Os judeus denominam a Esplanada das Mesquitas de Monte do Templo, pois elas foram construídas no local onde se situava o antigo Templo de Salomão.

Após a partilha da Palestina, pela ONU, em 1948, Jerusalém foi colocada sob administração internacional. Na guerra da independência, Israel conquistou a parte ocidental da cidade. A parte oriental ficou sob o controle da Jordânia.

Em 1967, na Guerra dos Seis Dias, Israel conquistou a parte oriental da cidade. Em Jerusalém estão sediados os poderes executivo, legislativo e judiciário de Israel, que a considera como a capital eterna e indivisível dos judeus.





A ONU considera que Israel ocupa ilegalmente a totalidade de Jerusalém e orienta que nenhum país instale a sua embaixada na cidade. Os palestinos consideram Jerusalém como a capital de um futuro Estado próprio, reivindicando para isso a parte oriental da cidade.

Além dos Estados Unidos, a Guatemala também transferiu a sua embaixada para Jerusalém, reconhecendo a cidade como capital de Israel. O Paraguai também tinha transferido a sua embaixada em maio de 2018, mas em agosto do mesmo ano, o novo presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, reverteu a decisão, levando a embaixada de volta para Tel Aviv. Em março de 2019, Romênia e Honduras reconheceram Jerusalém como capital de Israel. O primeiro anunciou a transferência da sua embaixada e o segundo a abertura de um escritório comercial na cidade.

O governo brasileiro e Jerusalém

Jair Bolsonaro defendeu na campanha eleitoral a transferência da embaixada do Brasil para Jerusalém, o que, se efetivada, implicará o reconhecimento do nosso país da cidade como capital de Israel. Atualmente a nossa embaixada está em Tel Aviv.

O presidente fez uma visita a Israel entre 31 de março e 02 de abril de 2019, onde anunciou a **abertura de um escritório de negócios para a promoção do comércio, investimentos e intercâmbio em inovação e tecnologia, uma repartição sem status diplomático**, para estimular negócios entre os países.

O anúncio de Bolsonaro desagradou os defensores da mudança da sede da embaixada brasileira e os contrários, ou seja, desagradou aos dois lados. **O presidente disse que a transferência da embaixada será paulatina e que será realizada no seu governo.**

Segmentos evangélicos, que apoiaram fortemente a candidatura de Bolsonaro, e setores políticos de direita defendem a mudança da embaixada para Jerusalém. Os evangélicos, por questões teológicas, especialmente ligadas ao chamado "dispensacionalismo", doutrina que liga o estabelecimento dos judeus na Palestina à volta de Jesus Cristo, que será em Jerusalém, no templo de Salomão, que terá que ser reconstruído, no lugar onde hoje se localiza a Esplanada das Mesquitas ou Monte do Templo. Para setores políticos de direita, Israel é um símbolo da luta contra o globalismo e da visão de mundo ocidental que possuem.

A proposta de levar a embaixada para Jerusalém contraria a tradição diplomática brasileira de seguir a orientação da ONU e esperar uma resolução do conflito entre israelenses e palestinos para definir o status de Jerusalém, que ambos os povos clamam como sua capital.

O anúncio do escritório de negócios e a hipótese de mudança da embaixada, se concretizada, gera preocupações de que possam afetar as exportações brasileiras para países árabes e islâmicos, com os quais temos grande superávit comercial, de vários bilhões de dólares, que estão entre os principais importadores de açúcar e de carne bovina e de frango, especialmente com o selo halal, que atesta técnica de abate conforme preceitos islâmicos.

No entanto, no curto prazo, por questões técnicas, de produção, de preço competitivo e de conflitos geopolíticos, será difícil substituir as carnes e o açúcar brasileiro pelos produzidos em outros países. Em médio e em longo prazo, dependendo de várias situações e de disputa por parte de outros países sobre o nosso mercado, essa é uma hipótese a ser considerada.



As exportações para Israel representam menos de 0,2% do comércio exterior brasileiro e temos um déficit comercial expressivo. Em 2018 exportamos US\$ 321 milhões e importamos US\$ 1,168 bilhões, com déficit comercial de US\$ 847 milhões. Com este maior alinhamento político com Israel, o governo brasileiro espera desenvolver mais parcerias com o país, como na aquisição de tecnologia nas áreas de agricultura irrigada e segurança.

Destaca-se que, nos governos anteriores, o Brasil sempre teve uma boa relação comercial com Israel, que é, inclusive, um dos poucos países com os quais o MERCOSUL possui um acordo de livre comércio.



O que são carnes halal?



Os animais são abatidos conforme as regras estabelecidas pela lei islâmica. Com uma faca especial afiada, o abatedor corta a traqueia, o esôfago e as principais veias e artérias do pescoço. **O animal deve morrer em segundos, mas continuar a sangrar até o escoamento completo do organismo.**

Animais permitidos



Vacas



Aves de curral



Ovelha



Cabras



Porcos são proibidos

Exportações brasileiras em 2018



FRANGO

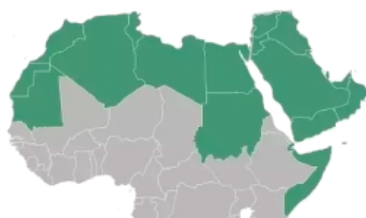
1,966 milhão

de toneladas de frango halal, quase **50%** do total de carne de frango exportado no ano

CARNE BOVINA

341.662

quilos de carne bovina halal – **20,8%** do total de carne bovina exportada



51,9%

da proteína animal importada por países árabes em 2017 foi fornecida pelo Brasil

Fonte: Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC), Centro de Comércio Internacional (ITC).

BBC



7 - CONFLITO NA CAXEMIRA ENTRE ÍNDIA E PAQUISTÃO

A Caxemira indiana (conhecida por Jammu e Caxemira) é o único estado da Índia com a maioria da população muçulmana, em contraste com o predomínio da religião hindu no restante do país. Há décadas o local vive sob protestos populares e ataques violentos de grupos que querem ou uma Caxemira independente ou se juntar ao Paquistão, onde aproximadamente 95% da população segue o islamismo.

As forças de segurança indianas respondem com violência — segundo organizações de direitos humanos, policiais e militares praticam frequentemente execuções, estupros, torturas, agressões, prisões arbitrárias e outras violações.

A Caxemira é uma das regiões mais militarizadas do mundo. Índia e Paquistão têm armas nucleares, portanto a relação entre eles gera maior preocupação internacional. Os demais países que têm bombas atômicas são China, Coreia do Norte, Estados Unidos, França, Israel, Reino Unido e Rússia.

A história entre os dois países

Por quase cem anos, a Índia e o Paquistão fizeram parte da mesma colônia britânica. Movimentos nacionalistas chegaram ao auge da força na década de 1940 e conquistaram a independência em 1947.

O movimento independentista não era unificado. De um lado, o líder político hindu Mahatma Gandhi almejava um só país independente. De outro, o líder político muçulmano Muhammad Ali Jinnah pleiteava uma divisão, com um país de maioria islâmica e outro de maioria hindu.

Nas negociações finais com o Reino Unido, os britânicos decidiram repartir o território com fronteiras religiosas e só depois disso se retiraram do poder.

A divisão por critério religioso impulsionou a violência entre a população dos dois novos países. Famílias inteiras buscaram migrar para um território onde se sentissem seguras e encontrassem apoio de pessoas da mesma religião. Mais de 1 milhão de pessoas morreram pela violência nesse período, e 15 milhões tiveram que deixar as suas casas.

A situação da Caxemira

Dentro do território que tinha sido controlado pelo Reino Unido, havia centenas de pequenos Estados próprios, chamados Estados principescos. Eles colaboravam com os britânicos e, em troca, detinham certa autonomia interna.

Com a independência, esses Estados tiveram de escolher se fariam parte da Índia ou do Paquistão. O maior deles era a Caxemira, na época governada por hindus, mas com a maioria da população muçulmana.

Em 1947, o governante da Caxemira, Hari Singh, avaliou que escolher qualquer um dos dois seria demasiadamente arriscado e decidiu formar um novo país independente.



Com o intuito de controlar a região, forças paramilitares muçulmanas e, mais tarde, o Paquistão atacaram a Caxemira. Singh recorreu à Índia, que o ajudou, sob a condição de que a região passaria a ser momentaneamente indiana. Depois da guerra, a população da Caxemira deveria votar num plebiscito para decidir a que país se unir — a opção de uma Caxemira independente não estava mais na mesa. Essa consulta popular, contudo, nunca aconteceu.

Em 1949, com o fim da guerra e sem plebiscito, as Nações Unidas intercederam para negociar uma fronteira na Caxemira e reparti-la entre os dois países. É praticamente a mesma fronteira em voga hoje, chamada “linha de controle”.

A indefinição e falta de um plebiscito nos anos 1940 está na origem da insatisfação que existe hoje na Caxemira. No lado indiano, que é o mais conflituoso, parte da população deseja independência ou se juntar ao Paquistão. No lado paquistanês, alguns grupos almejam a autonomia.



Tensões de fevereiro de 2019

Em 14 de fevereiro, um ataque suicida com um carro-bomba matou 44 policiais na Caxemira indiana. Foi o ataque mais letal na região em muitos anos.

O grupo que reivindicou a autoria, chamado Jaish-e-Mohammad, segue o islamismo e almeja que toda a Caxemira se torne parte do Paquistão. A Índia, de maioria hindu, afirma que o grupo recebe apoio do governo paquistanês, que sempre negou vínculo com extremistas.





No dia 26 de fevereiro, a Índia respondeu bombardeando um campo de treinamento do Jaish-e-Mohammad na Caxemira paquistanesa, sob o argumento de que o país vizinho não agiu contra o grupo. No dia seguinte, 27 de fevereiro, o Paquistão respondeu atacando o território indiano. No confronto, os paquistaneses informaram terem derrubados dois caças da Força Aérea do país vizinho, que por sua vez informou ter derrubado um caça paquistanês.

Com as tensões em alta, os dois países aumentaram o nível de alerta das suas forças.

Governo nacionalista hindu cassa autonomia da Caxemira indiana

Em 5 de agosto de 2019, O governo do primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, fez passar no parlamento uma lei que revoga a autonomia da região da Caxemira indiana.

Pela nova regra, o governo indiano, nacionalista e hindu, tomou para si o controle total sobre a região. Até então, a Caxemira indiana gozava de alto grau de autonomia política e legislativa. O governo central, em Nova Déli, legislava apenas em matéria de defesa, relações exteriores e comunicação na região. As demais prerrogativas eram todas do parlamento local, que agora, na prática, reclama de ter perdido toda sua função.

O governador também não será mais eleito, passará a ser indicado pelo central da Índia.

A edição da medida — que altera o artigo 370 da Constituição do país — foi acompanhada pelo envio de 35 mil militares das Forças Armadas indianas para Jammu e Caxemira, e da emissão de um alerta para turistas estrangeiros em relação ao aumento do risco de atentados. Além de aumentar o controle sobre a zona, o governo indiano ainda propõe dividir essa porção do território em dois, separando as populações hindu e budista da islâmica.

A nova lei era uma promessa de campanha de Modi, que venceu as eleições nacionais de maio de 2019 e conquistou a maioria absoluta do parlamento, com seu partido nacionalista hindu, o BJP (sigla que, em português, significa Partido do Povo Indiano).

Em discurso no Parlamento, em Nova Déli, o ministro do Interior, Rajya Sabha, disse que o nível de autonomia atual na Caxemira não permite extinguir o terrorismo e a corrupção na região. Por isso, foi preciso retomar o controle central sobre a região.

“Hoje é o dia mais negro da democracia indiana (...) Isto terá consequências catastróficas para a região”, disse, por outro lado, em mensagem no Twitter, a ex-dirigente do governo de Jammu e Caxemira, Mehbooba Mufti, que também é presidente do opositor Partido Democrático do Povo de Jammu e Caxemira. Para ela, a nova lei equivale a uma “ocupação à força”.

Em comunicado, o Ministério das Relações Exteriores do Paquistão disse que a medida é “ilegal” e lembrou que a região da Caxemira é objeto de uma conhecida disputa internacional e não pode ser anexada unilateralmente dessa forma.





8 – VENEZUELA

Hugo Chávez governou a Venezuela de 1999 até sua morte, em 2013. No seu governo, ele aplicou políticas estatizantes e antiliberais, especialmente após 2005, quando declarou seu apoio ao que chamou de “Socialismo do século XXI”. Apesar de governar por eleições regulares, sofreu uma tentativa de golpe de Estado em 2002.

No poder, Chávez colocou em prática o que chamou de “**Revolução Bolivariana**”, em referência a Simón Bolívar (1783-1830), herói da independência na América do Sul. Entre as medidas de maior impacto de sua gestão, destacam-se a regulamentação da reforma agrária, o fortalecimento da empresa estatal de petróleo, a PDVSA, restringindo a participação de multinacionais na exploração, e a estatização de setores considerados estratégicos na economia, como energia elétrica e telecomunicações.

Na área social, ampliou o acesso à saúde, à educação e à habitação para as camadas mais pobres. Essas ações, somadas a uma ampla rede de proteção, que garantiu comida, medicamentos e itens básicos por meio de subsídios e controle de preços, promoveu enormes avanços sociais, reduzindo a pobreza de 49% para 27% da população, entre 1999 e 2012. Nesse período, a renda per capita saltou de 4.105 dólares para 10.810 dólares por ano. A Venezuela tornou-se o país menos desigual da América Latina.

O paradoxo é que, ao mesmo tempo que as desigualdades sociais e a pobreza diminuam, a violência aumentava. Na atualidade, a Venezuela é um dos países com os maiores índices de violência da América Latina.

Boa parte dos avanços sociais foi financiada com a bonança do petróleo, cujo valor atingira preços recordes no período. As receitas com as exportações do produto também foram fundamentais para que a Venezuela projetasse sua influência internacionalmente, liderando um conjunto de países na América Latina que compartilhavam valores em comum, como a proposta estatizante da economia e a oposição à ingerência dos Estados Unidos (EUA) na região, como a Bolívia, Nicarágua e Cuba.

Chávez foi um árduo antagonista da influência norte-americana na região. O seu governo caracterizou-se por manter relações hostis com os Estados Unidos (EUA), a ponto de ambos os países retirarem seus embaixadores das respectivas capitais em 2010. A relação hostil com os norte-americanos prossegue com o presidente sucessor de Hugo Chávez.

No entanto, as conquistas sociais da Era Chávez foram ofuscadas por uma condução política autoritária, marcada por uma série de medidas de concentração de poder. Respalhado por uma bancada favorável no Congresso, Chávez conseguiu aprovar leis que fortaleceram o Poder Executivo e permitiram a reeleição por tempo indeterminado. Além disso, foi acusado de cooptar o Judiciário para ratificar suas medidas e perseguir a oposição. Embora não seja caracterizada como uma ditadura, já que havia eleições livres e justas, a Venezuela tampouco poderia ser considerada uma democracia plena.

Com a morte de Chávez, nova eleição foi realizada na Venezuela, em 2013. Nicolás Maduro, candidato do governista PSUV – Partido Socialista Unido da Venezuela, venceu em uma disputa





acirrada. As tensões entre o governo e a oposição, que cresciam no final da Era Chávez, acentuaram-se significativamente no mandato de Maduro.

Na atualidade, a Venezuela enfrenta uma **grave crise econômica, marcada pela alta inflação, recessão e escassez de alimentos**. Essa situação demonstra que a situação socioeconômica do país regrediu significativamente em poucos anos. Especialistas apontam como causas dois aspectos principais: a **excessiva dependência do país do petróleo** e a **política de controle de preços**.

O petróleo responde por 96% das receitas de exportação da Venezuela. Quando Hugo Chávez assumiu a presidência, o valor do barril estava em 10,75 dólares. Em 2008, durante o auge do chavismo (uma alusão a era Chávez e como são chamados os seus seguidores – chavismo/chavistas), o barril chegou a superar os 120 dólares. Nos anos subsequentes, o seu valor caiu significativamente, recuperando em parte a sua cotação em 2017 e 2018. Porém a produção e a exportação de petróleo conheceram uma significativa queda nos últimos anos. Ou seja, o barril pode ter recuperado o seu preço, entretanto a grande queda nas exportações faz com que as receitas obtidas com a venda do óleo sejam muito menores.

Com menos recursos provenientes das receitas do petróleo, o governo perdeu a capacidade de importar muitos itens de necessidade básica e reduziu os investimentos sociais. Se a economia fosse mais diversificada, o país não ficaria tão vulnerável à flutuação do preço do petróleo.

Uma outra ação tomada desde o período do governo Chávez impediu o desenvolvimento de um setor empresarial mais dinâmico: o **controle de preços**. Adotado inicialmente como medida paliativa para conter a inflação e garantir que a população mais pobre tivesse acesso a produtos essenciais, o congelamento se prolongou por muitos anos sem resolver o problema. Pior: a medida acabou desestimulando os investimentos da iniciativa privada, uma vez que, em muitas situações, os itens acabavam sendo vendidos a preços inferiores ao custo de produção. Consequentemente, os produtos sumiram das prateleiras, gerando a atual crise de abastecimento.

O controle do Estado sobre o câmbio, adotado desde 2003 com o objetivo inicial de impedir a fuga de dólares do país e controlar a inflação, também desestruturou a economia. Esse complexo sistema funciona assim: o governo mantém duas taxas de câmbio, uma delas com a cotação do dólar mais barata para ser utilizada apenas na importação de insumos de primeira necessidade. O problema é que boa parte desses dólares é desviada ilegalmente por militares e membros do governo, que os revendem no mercado paralelo, cuja cotação é dezenas de vezes maior que o câmbio oficial. Essa medida não apenas alimenta a corrupção, como provoca uma escassez de moeda estrangeira que deveria ser utilizada para as importações e para os investimentos do setor produtivo, agravando o problema de abastecimento.

Para Maduro, boa parte da responsabilidade pela crise é da oposição, acusada de desestabilizar o país e cooptar empresários para reter seus produtos. O presidente também culpa os EUA, cujo governo declarou, em 2015, que a Venezuela representa uma “ameaça à segurança nacional e à política externa” do país. No entender de Maduro, essa é uma forma de os EUA pressionarem investidores estrangeiros a desistir da Venezuela e impedir que bancos internacionais concedam empréstimos ao país.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) estima que a inflação chegará à casa dos 10.000.000% no ano de 2019. Isso mesmo pessoal, a altíssima inflação na Venezuela chegou na estratosfera.





Durante o governo de Hugo Chávez, a oposição sofreu sucessivas derrotas eleitorais. No entanto, foi a grande vencedora das eleições para a Assembleia Nacional (AN) realizadas em dezembro de 2015. Reunida na coalizão Mesa da Unidade Democrática (MUD), a oposição é formada por partidos de direita, de centro e de centro-esquerda. Desde a Constituição de 1999, aprovada no primeiro ano do governo Chávez, o parlamento é unicameral. O Senado Federal foi extinto.

Em abril de 2017, o presidente Nicolás Maduro assinou decreto convocando uma Assembleia Nacional Constituinte (ANC), para “reformular o Estado e redigir uma nova Constituição”. A oposição fez várias críticas à forma como a Constituinte foi convocada e ao sistema de escolha dos deputados, decidindo não participar do processo eleitoral, nem da ANC.

As eleições para a Assembleia Constituinte foram realizadas no dia 30 de julho. A composição é de 545 membros. A metade foi eleita por eleitores de segmentos representativos de sindicatos, comunas, missões e movimentos sociais. A outra metade dos membros foi eleita por eleitores de municípios e territórios. Todos os constituintes estão alinhados ou têm proximidade com o Chavismo e com o governo de Maduro.

Conforme a sua constituição, os demais poderes se subordinam à ANC. Os Poderes Executivo, Judiciário, Eleitoral e Cidadão aceitaram a subordinação. O Poder Legislativo negou-se a subordinar-se à Assembleia Constituinte.

Em agosto de 2017, a Assembleia Constituinte aprovou um decreto em que assumiu o poder de aprovar leis, usurpando as competências da Assembleia Nacional, que tem maioria de oposição. Com isso, há dois poderes legislativos na Venezuela, um de maioria governista, a Assembleia Constituinte, e outro, de maioria oposicionista, a Assembleia Nacional.

Eleições presidenciais, posse e contestações

Em maio de 2018 foram realizadas eleições presidenciais. Líderes da Mesa da Unidade Democrática e outros membros da oposição não puderam candidatar-se às eleições por causa de procedimentos administrativos e legais que os deixaram de fora do processo eleitoral. Os principais partidos de oposição foram desqualificados pelo Conselho Nacional Eleitoral. Diante dessa situação, a MUD decidiu boicotar as eleições. Um dos partidos integrantes da MUD, a Ação Popular (AP) decidiu participar das eleições.

Nicolás Maduro foi reeleito com 67,8% dos votos válidos. Henri Falcón (AP) recebeu 21% e Javier Bertucci (político sem partido) 10,3%. A abstenção foi recorde, cerca de 54% dos eleitores venezuelanos não foram votar. Diversos países do mundo e organismos internacionais não reconheceram o pleito, nem a reeleição de Maduro.

Em 10 de janeiro de 2019, Maduro assumiu o seu segundo mandato, que deve durar até 2025. Esse novo mandato **não tem o reconhecimento da Assembleia Nacional venezuelana e de diversos países, entre eles os EUA e o Canadá, e do Grupo de Lima**. A Organização dos Estados Americanos (OEA) também declarou, no dia da posse, que não reconhece mais o governo de Maduro.

O Grupo de Lima foi criado em 2017 por iniciativa do governo peruano com o objetivo de pressionar para o restabelecimento da democracia na Venezuela. Além do **Brasil** e do Peru, mais 11 países integram o grupo – Argentina, Canadá, Colômbia, Costa Rica, Chile, Guatemala, Guiana,





Honduras, México, Panamá e Paraguai. O México, agora sob o governo de esquerda de Andrés Manuel López Obrador, se absteve da decisão de não reconhecer o novo mandato de Nicolás Maduro.

Em 23 de janeiro de 2019, o presidente da Assembleia Nacional, único poder que não é controlado pelo chavismo, Juan Guaidó se declarou presidente interino do país e disse que tem como objetivo de estabelecer um governo de transição e organizar eleições livres. Em torno de 60 países, cujos governos condenam o regime de Nicolás Maduro, reconheceram **Juan Guaidó** como **presidente interino (encarregado) da Venezuela**, entre eles Brasil, Estados Unidos, Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, Guatemala, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, Japão, Espanha, Reino Unido, Suécia, Dinamarca, França, Áustria, Alemanha, Portugal, Holanda, Bélgica, Luxemburgo, Ucrânia e Austrália. De outro lado, por volta de 15 países reconhecem o governo de Maduro, entre eles Rússia, Cuba, México, Bolívia, Nicarágua, Suriname, Turquia, China e Irã.

A Assembleia Nacional da Venezuela declarou Nicolás Maduro "usurpador" do cargo de presidente da república. Na prática, isso significa que a Assembleia assumirá como "juridicamente ineficaz" a Presidência exercida por Maduro. Além disso, os atos do Poder Executivo venezuelano ficam anulados. Em seguida, o Tribunal Supremo de Justiça (TSJ, que é governista) considerou "nulos" todos os atos aprovados pelo Parlamento.

Protestos

O governo de Maduro enfrenta protestos desde seu início e responde violentamente.

Em 2017 o país teve o auge de seus protestos: iniciados em abril e com mais de 100 dias de duração, deixaram um saldo de ao menos 100 mortos. Nicolás Maduro proibiu todas as manifestações públicas e mais opositores foram presos.

Como não surtem o efeito desejado e são violentamente reprimidos, a população passou a boicotar ainda mais os processos eleitorais, como as eleições para prefeito (nas quais muitos partidos foram proibidos de concorrer) e para vereador em dezembro de 2018.

Êxodo

Mesmo os venezuelanos que têm emprego não conseguem adquirir produtos básicos há anos. Em alguns lugares, pessoas **chegam a comprar carne estragada** para consumir proteína, a **escassez de medicamentos em hospitais** alcança 88% e é difícil até **enterrar ou cremar os mortos**. **Em fevereiro de 2018, uma pesquisa mostrou que nove em cada dez venezuelanos viviam abaixo da linha da pobreza, e mais da metade deles estavam no patamar da pobreza extrema.**

De acordo com a Pesquisa sobre Condições de Vida (Encovi), realizada anualmente pelas principais universidades da Venezuela, **os venezuelanos perderam em média 11 quilos em 2017**. Seis em cada dez admitiam já terem ido dormir com fome por falta de comida.

Mais preocupados do que em votar e tentar mudar o país, muitos têm decidido simplesmente ir embora. De acordo com agências da ONU, cerca de três milhões de venezuelanos vivem no





exterior, dos quais pelo menos 2,3 milhões deixaram a Venezuela a partir de 2015. A maioria deles viajou para a Colômbia e o Peru.

A ONU calcula ainda que, até o final de 2019, haverá 5,3 milhões de refugiados e migrantes venezuelanos.

Mercosul e Alba

Em dezembro de 2016, a **Venezuela foi suspensa do MERCOSUL**. Quando do seu ingresso no bloco, em 2012, foi concedido ao país um prazo de quatro anos para que adequasse legislação e normas internas aos acordos e tratados do bloco econômico. Findado o prazo, o país não cumpriu com a adequação de todas as normas e legislações necessárias à sua adesão como membro pleno do bloco. Dessa forma, a Venezuela foi suspensa do MERCOSUL pelos demais países-membros.

Nova suspensão foi aplicada ao país, em agosto de 2017, com base na **cláusula democrática**, constante do Protocolo de Ushuaia do MERCOSUL. O bloco entende que há uma **ruptura na ordem democrática do país** e que os poderes não estão funcionando de modo harmônico e independente.

As suspensões são políticas, afetando o direito do país de votar, ser votado e de exercer a presidência rotativa do bloco. Não afetam as trocas comerciais entre a Venezuela e os demais países do bloco. Os acordos comerciais continuam em vigor.

Para retornar como membro pleno do MERCOSUL, a Venezuela terá que solucionar internamente os fatores que deram causa às duas suspensões. Contudo, não confunda, o país não foi excluído do bloco; suspensão é diferente de exclusão.

A Venezuela lidera a Aliança Bolivariana para as Américas (Alba). Além do país, fazem parte do bloco: Cuba, Bolívia, Granadinas, São Vicente, Antígua e Barbuda, Dominica e Nicarágua. O Equador, que fazia parte, anunciou a sua retirada em agosto de 2018.

A Alba foi criada em 2004, em oposição à Área de Livre Comércio das Américas (Alca), proposta norte-americana para a região, que não chegou a se constituir como um bloco econômico. O acordo de cooperação econômica prioriza o fornecimento de mercadorias e serviços entre os países do bloco. A Venezuela vende a essas nações petróleo a preços subsidiados, em uma estratégia que fez a sua influência na região crescer, com diversos governos adotando linhas políticas semelhantes à sua.

9 – FRANÇA – COLETES AMARELOS

País membro da União Europeia, a França enfrenta desde novembro de 2018 manifestações dos denominados “coletes amarelos”. As manifestações perderam força em 2019, após vários sábados seguidos de protestos em cidades francesas.

Os coletes amarelos é um movimento de protesto espontâneo, sem líderes declarados ou tradicionais, convocado pelas redes sociais, que surgiu protestando contra o aumento do preço dos





combustíveis, por meio de um novo imposto, em rodovias e cidades do interior da França, chegando posteriormente a Paris e outras grandes cidades do país.

Posteriormente, outras pautas foram incluídas nos protestos: o alto custo de vida, a redução do poder de compra da população e a crítica de que as reformas fiscais e sociais propostas pelo governo do presidente francês Emmanuel Macron impactariam diretamente as classes média e baixa, especialmente nas zonas rurais e áreas periurbanas, e favoreceriam os de maior renda.

As principais reivindicações do movimento são a redução nos impostos sobre combustíveis, a reintrodução do imposto sobre fortunas e o aumento do salário mínimo.

Em dezembro de 2018, Macron suspendeu o aumento do preço dos combustíveis, anunciou um aumento de 100 euros no salário mínimo e que as horas extras passarão a ser isentas de impostos e contribuições. Também antecipou sua intenção de estimular as empresas para que paguem aos seus funcionários um abono extraordinário de final de ano, igualmente isento de impostos. As medidas anunciadas por Macron não levaram ao fim das manifestações dos coletes amarelos.

A peça da vestimenta, o colete amarelo – ou, às vezes, verde limão –, virou marca registrada e nome do grupo. Na França, todos os motoristas são obrigados a levar coletes amarelos dentro de seus automóveis. A ideia é que, em caso de acidente ou pane, o condutor use a vestimenta para se fazer visível e evitar acidentes nas vias públicas. Algo que faz da vestimenta algo fácil de acessar.

Em resistência aos coletes amarelos, no último domingo de janeiro de 2019, 10.500 pessoas vestindo lenços e cachecóis vermelhos no pescoço caminharam pelas ruas do centro de Paris pedindo o fim da violência que tem sido recorrente nos protestos dos coletes amarelos. As marchas realizadas pelos coletes amarelos deixaram um rastro de lojas, cafés e restaurantes depredados, carros queimados, paralelepípedos arrancados e até monumentos históricos vandalizados.

Conhecidos por “lenços vermelhos”, esse movimento, lançado em novembro de 2018, para se opor aos bloqueios de rodovias promovidos pelos coletes amarelos, pede que manifestantes e governo encontrem formas de dialogar sem prejudicar a paz, o estado de direito e a economia do país. Os lenços vermelhos têm a participação de políticos influentes do partido de Macron, o République En Marche (República em Movimento).

Pressão à direita e à esquerda

Tanto os coletes amarelos quanto os lenços vermelhos são declaradamente apartidários. Ambos os movimentos sociais dizem representar apenas pautas e ideias populares, não políticas em particular. Isso não significa que ambos não tenham impacto político partidário com suas ações.

De um lado, o surgimento dos coletes amarelos coincide com a queda da popularidade de Macron. Pesquisa publicada no dia 3 de janeiro mostra que o índice de descontentes com o governo Macron chegou a 75%, nível mais baixo desde que ele chegou ao Palácio do Eliseu, sede do governo francês, em 7 de maio de 2017.

De outro lado, os lenços vermelhos reforçam o discurso de que a maior parte da sociedade francesa – referida como “maioria silenciosa” – pode até desaprovar Macron, mas desaprova igualmente a violência dos coletes amarelos. Com isso, o grupo – que tem a participação de





correligionários de Macron – busca aumentar o rechaço público ao maior elemento de desestabilização do atual governo.

Desde novembro de 2018, dois dos candidatos derrotados por Macron nas eleições presidenciais do ano anterior fazem referências elogiosas aos coletes amarelos: Jean-Luc Mélenchon, da esquerdista França Insubmissa, e Marine Le Pen, do Rassemblement National, antiga Frente Nacional, de extrema direita.

Para tentar mitigar os efeitos negativos dos protestos dos coletes amarelos, Macron lançou em janeiro de 2019 uma iniciativa batizada por ele de “grande diálogo nacional”. Os franceses foram convidados a refletir até o dia 15 de março sobre quatro grandes temas: impostos, despesas e ações públicas, a organização do Estado e as autoridades públicas, a transição ecológica e democracia e cidadania. A ideia foi de canalizar o descontentamento popular numa grande jornada nacional de recolhimento de propostas. O discurso do governo coincide com o discurso dos lenços vermelhos quando eles dizem que as ruas não são o lugar para debater o melhor projeto de país.

Em abril de 2019, o presidente da França anunciou uma série de medidas fiscais e econômicas como resultado do “grande diálogo nacional”. Vejamos quais são:

- Redução do imposto de renda, que pode diminuir a arrecadação em 5 bilhões de euros;
- Vinculação das aposentadorias mais baixas à inflação;
- Bônus de até 1 mil euros a assalariados que ganham até 3,6 mil.
- Simplificação das convocações de referendos nacionais;
- Nenhum fechamento de hospitais ou escolas até 2022;
- Maior descentralização das competências do poder entre os territórios na França;
- Criação de um Conselho de Participação Cidadã, que, em um primeiro momento, abordará a transição ecológica.

O presidente também disse ser favorável ao fechamento da Escola Nacional de Administração, considerada elitista e obsoleta por manifestantes "coletes amarelos". O instituto forma a maior parte dos funcionários públicos do país, e o próprio Macron estudou lá.

Além disso, Macron defendeu políticas duras contra a imigração ilegal na Europa – outro aceno aos manifestantes mais identificados a políticos nacionalistas franceses. O presidente afirmou que deseja uma Europa "forte" que proteja as fronteiras, mas que saiba selecionar os requerentes de asilo realmente em perigo em outros países.

Conflito diplomático

O movimento provocou um importante conflito diplomático entre França e Itália, depois que Luigi Di Maio, líder do Movimento 5 Estrelas e número 2 do governo italiano, ter se reunido com Christophe Chalençon, um dos líderes dos "coletes amarelos". Matteo Salvini, vice-primeiro ministro italiano, líder da Liga (partido de extrema direita) também se manifestou publicamente e de forma contundente em apoio aos coletes amarelos.

As manifestações levaram o governo francês a convocar o seu embaixador na Itália, em janeiro de 2019, depois do que chamou de "ataques infundados e sem precedentes" de líderes





políticos italianos nos últimos meses, e exortou a Itália a retomar uma postura mais amistosa com relação à França.

Líderes políticos de oposição na Itália criticaram as declarações de Salvini e Di Maio. Segundo opositores, os comentários seriam uma tentativa de mobilizar a direita e os insatisfeitos com a elite política europeia para a votação para o Parlamento Europeu, que acontece entre os dias 23 e 26 de maio.

10 - UNASUL E PROSUL

A União das Nações Sul-Americanas (Unasul) foi criada em 2008 e entrou em vigor em 11 de março de 2011, quando dez países haviam ratificado a adesão à organização. Surgiu com o objetivo de articular os países sul-americanos em âmbito cultural, social, econômico e político. No seu auge era composta pelos 12 países da América do Sul.

A Unasul foi criada em um momento de maioria de governos de esquerda na América do Sul. Situação que se inverteria a partir de 2015. Na atualidade, a maioria dos países têm governos de direita, conservadores e liberais. Essa mudança de rumos políticos se refletiu na entidade, resultando em divergências entre os países na tomada de decisões.

Em função dessas divergências, em abril de 2018, o Brasil, a Argentina, o Chile, a Colômbia, o Peru e o Paraguai suspenderam as suas participações na entidade. O estopim foi a falta de um acordo sobre a escolha do novo secretário-geral.

O Equador anunciou, em março de 2019, a saída da entidade e pediu a Unasul que devolva o edifício sede da organização, sediada em Quito, sua capital. Em abril de 2019, o Brasil seguiu o caminho do Equador e formalizou a saída da Unasul.

Ato contínuo, foi lançado, em março de 2019, em uma reunião de cúpula, em Santiago, no Chile, o **Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (Prosul)**. O documento de lançamento foi assinado pela Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Guiana. O Chile, autor da iniciativa, vai presidir o Prosul pelos primeiros 12 meses. A seguir, a presidência será ocupada pelo Paraguai.

Bolívia, Uruguai e Suriname não assinaram o documento, mas enviaram representantes que apenas observaram a reunião. A chancelaria chilena informou que estes podem vir a assinar depois, se desejarem. A Venezuela não foi convidada a participar da reunião, nem a assinar o documento.

A ideia é que o Prosul não mantenha a atual estrutura da Unasul, ao buscar soluções mais leves para o aparato que hoje inclui uma sede física em Quito, no Equador, além de secretariados e quadro de funcionários. As nações signatárias entenderam que a Unasul, da forma como funcionou desde seu lançamento em 2008, perdeu efeitos práticos, mantendo custos, e passou a disputar decisões sobre temas que já são tratados em outras instâncias, como o Mercosul. A ideia inicial é que o Prosul não deva ser um tratado e ou um organismo, como a Unasul, e sim, seguir os moldes de um agrupamento de países no formato de um fórum.



Nos debates e decisões, os temas de integração em matéria de infraestrutura, energia, saúde, defesa, segurança e combate ao crime, prevenção de e resposta a desastres naturais serão abordados prioritariamente e de maneira flexível pelo grupo.

Para participar do organismo anunciado, o documento exige como requisitos a "plena vigência da democracia", estratégia que coloca a Venezuela em uma situação de isolamento do grupo, além do respeito ao princípio de separação dos Poderes e o respeito aos direitos humanos, assim como a soberania e a integridade territorial dos Estados.





11 – QUESTÕES COMENTADAS

1. (VUNESP/PREFEITURA DE ITAPEVI/2019 – DIVERSOS CARGOS)

“Este é o melhor acordo possível.” A premiê britânica, Theresa May, tem repetido há semanas essa frase na tentativa de convencer o Parlamento de seu país a aprovar o acordo que ela negociou com a União Europeia, estabelecendo os termos do Brexit - o processo de saída do Reino Unido do bloco. Mas, na segunda-feira [17.dez], a premiê adiou indefinidamente a votação do acordo no Parlamento, reconhecendo que ele seria rejeitado pela maioria dos parlamentares britânicos

(G1. <https://glo.bo/2FTOmUF>. Acesso em 24.jan.2019. Adaptado)

Tem sido considerado como o ponto mais delicado do acordo para viabilizar o Brexit

(A) o retorno imediato dos cidadãos europeus que vivem no Reino Unido para os seus países de origem, fato que provocaria forte déficit de mão de obra no Reino Unido.

(B) a rápida desvalorização da libra nos mercados europeu e mundial, fato que provocaria forte abalo econômico-financeiro para todo o Reino Unido.

(C) o fechamento da fronteira entre a Irlanda do Norte (parte do Reino Unido) e a Irlanda, fato que retomaria antigas tensões entre norte-irlandeses e irlandeses.

(D) a perda do prestígio político do Reino Unido frente à Europa, o que inviabilizaria a permanência do país na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

(E) a obrigação do governo britânico em continuar recebendo grupos de refugiados do Oriente Médio e África mesmo após a saída do bloco econômico europeu.

COMENTÁRIOS:

a) Incorreto. Não há este tópico no acordo. É uma invenção do examinador. Os cidadãos europeus que vivem no Reino Unido não precisarão retornar imediatamente para os seus países de origem. Ficou acordado que cidadãos europeus que já estejam no Reino Unido antes do Brexit e do fim do período de transição poderão manter os atuais direitos de residência e acesso a serviços públicos. O mesmo vale para britânicos que moram em países europeus.

b) Incorreto. Outra invenção do examinador. O acordo não fala nada em relação à moeda britânica, a libra esterlina. Contudo, segundo projeções de economistas, a possibilidade de o Reino Unido deixar a União Europeia sem um acordo pode desvalorizar fortemente a libra esterlina em relação ao euro. Por ora, é só uma projeção, nada ainda concreto.

c) Correto. Esse é o ponto mais delicado no acordo do Brexit. A fronteira entre a Irlanda do Norte (parte do Reino Unido) e a República da Irlanda (um país independente, membro da União Europeia) é a única ligação terrestre entre a Europa e o Reino Unido. Há uma preocupação em não instituir um controle rígido na fronteira, em função de Acordo de Belfast, de 1988. Ficou acordado que será uma fronteira flexível, com livre circulação de mercadorias e pessoas na ilha da Irlanda, ou seja, entre a





União Europeia e a Irlanda do Norte. O mesmo não ocorrerá entre a União Europeia e a outra parte do Reino Unido, na ilha da Grã-Bretanha. Ali haverá controle fronteiriço. Defensores do Brexit são contra esta solução para a Irlanda do Norte, pois argumentam que haverá dois regimes de controle e que parte do Reino Unido continuará vinculado à União Europeia. Será uma solução por tempo indeterminado, até o Reino Unido e a União Europeia chegarem a um acordo definitivo sobre esta fronteira. O Acordo de paz de Belfast encerrou décadas de conflito armado com o grupo separatista ETA que lutava pela independência da Irlanda do Norte e a sua reanexação à Irlanda.

d) Incorreto. A perda do prestígio político do Reino Unido frente à Europa pode vir a ocorrer pós-saída do país do bloco europeu. Mas é outro ponto que nem passou pelo acordo. Além disso, não existe a eminência de sua saída da OTAN. O Reino Unido é um dos principais participantes da organização e continuará membro dela.

e) Incorreto. Invenção do examinador. Nada a ver com o acordo do Brexit.

Gabarito: C

2. (CEBRASPE/PGE PE/2019 – ASSISTENTE DE PROCURADORIA)

Uma questão preocupante para o governo britânico com relação à concretização do Brexit é a fronteira entre Irlanda do Norte e a República da Irlanda.

COMENTÁRIOS:

Este tema gera muita discordância dentro do Reino Unido. Muitos defensores do Brexit não concordam com o que foi acordado pela primeira-ministra Theresa May com a União Europeia de não estabelecer uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a Irlanda e a Irlanda do Norte.

A fronteira entre a Irlanda do Norte (parte do Reino Unido) e a República da Irlanda (um país independente, membro da União Europeia) é a única ligação terrestre entre a Europa e o Reino Unido.

O Acordo de Belfast, 1988, pôs fim a décadas de luta armada do IRA pela independência da Irlanda do Norte do Reino Unido e a sua reanexação à Irlanda. Uma das medidas determinantes para o término do conflito foi o fim do controle da fronteira entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda, permitindo a livre circulação de pessoas, o que propiciou uma maior integração entre os irlandeses da ilha. Atualmente, milhares de pessoas atravessam a fronteira irlandesa todos os dias, e bens e serviços passam entre as duas jurisdições sem restrições.

A saída do Reino Unido da União Europeia implicará um controle de fronteiras entre ambos. Há um temor de que este controle de fronteira na ilha da Irlanda possa reavivar o movimento separatista na Irlanda do Norte.

Nas negociações já realizadas, o Reino Unido se comprometeu a não estabelecer uma "fronteira dura" (com postos de controle) entre a Irlanda e a Irlanda do Norte.

Gabarito: Certo





3. (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ/2019 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO)

A primeira-ministra do Reino Unido, Theresa May, enfrentará nesta quarta-feira (12 de dezembro) um voto de desconfiança de seus próprios correligionários do Partido Conservador, em nova reviravolta da barroca trama política que mobiliza o país. A imprensa local notícia que ao menos 48 parlamentares da legenda submeteram a um comitê partidário cartas nas quais questionam a liderança de May.

(Folha de S.Paulo, 12 dez.18. Adaptado)

O impasse entre a primeira-ministra e os membros de seu próprio partido teve como pano de fundo

- (A) a crise econômica que vive o Reino Unido e o consequente aumento do desemprego.
- (B) a possível abertura do país aos imigrantes em geral e, em especial, aos refugiados sírios.
- (C) o veto imposto pela chefe de governo ao Orçamento pouco enxuto proposto pelo Parlamento.
- (D) a defesa que a líder conservadora fez de pautas historicamente associadas aos trabalhistas.
- (E) a dificuldade do Reino Unido em negociar e aprovar a sua saída da União Europeia.

COMENTÁRIOS:

A notícia do enunciado fala de uma “trama política que mobiliza o país”. A trama política que tem mobilizado o Reino Unido nos últimos meses e nos últimos anos é o Brexit, a saída do Reino Unido da União Europeia. O fato presente no enunciado diz respeito a uma votação realizada para decidir se Theresa May continuaria sendo líder de seu partido e se continuaria no posto de primeira-ministra, que assumiu em 2016, após a aprovação da saída do Reino Unido da União Europeia. Desde então, Theresa May tem coordenado as negociações do Brexit.

Gabarito: E

4. (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ/2019 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO)

Os departamentos de trânsito dos estados e do Distrito Federal (DF) terão até o dia 30 de junho de 2019 para implantar o novo modelo de placas. O adiamento do prazo foi publicado pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) no Diário Oficial da União da última sexta-feira (28 de dezembro). No início de dezembro, o conselho havia alterado as datas de implantação e determinado que alguns estados teriam até hoje (31 de dezembro) para implantar o novo sistema de placas.

(R7, 31 dez.18. Adaptado)

O novo modelo de placas atende a um padrão adotado entre os países

- (A) ibero-americanos.



- (B) da América Latina.
- (C) da OEA.
- (D) do Mercosul.
- (E) da Unasul.

COMENTÁRIOS:

O novo modelo de placas atende a um padrão adotado entre os países do Mercosul.

As novas placas do Mercosul são inspiradas no sistema integrado adotado pelos países da União Europeia. Eles serão aplicadas de maneira padronizada a veículos de cinco países: Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela. A intenção é, no futuro, criar um banco de dados único entre tais países, o que teoricamente facilitará o trânsito e o controle de infrações de trânsito por motoristas de um país que estejam em deslocamento em outros países do bloco econômico.

Gabarito: D

5. (QUADRIX/CREF-SE/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

O G20 reconheceu, no dia 1.º de dezembro de 2018, que a Organização Mundial de Comércio (OMC) não consegue cumprir com seus objetivos atualmente e, por isso, defendeu, na declaração final aprovada na cúpula realizada desde ontem, em Buenos Aires, na Argentina, uma reforma para revitalizar o comércio mundial.

Internet: <<https://noticias.uol.com.br>> (com adaptações).

Tendo a reunião do G20, mencionada no texto acima, apenas como referência inicial, julgue o item.

Não obstante a divergência ideológica entre Donald Trump e o regime chinês, as relações comerciais entre os dois países vivem momento excepcional, sem quaisquer restrições ao livre comércio.

COMENTÁRIOS:

Estados Unidos e China travam, atualmente, uma guerra comercial, com restrições ao livre comércio. As relações comerciais entre os dois países passam por um período de forte tensionamento.

Gabarito: Errado

6. (FCC/AFAP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)



O processo complicado chamado de Brexit teve início em junho de 2016, cujos desdobramentos continuaram em 2017 e 2018, prossegue em 2019 com muitas polêmicas entre as partes atingidas. Sobre o Brexit é correto afirmar que

- a) em um referendo, mais da metade dos britânicos decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia; após a decisão tiveram início as difíceis negociações para a saída do bloco, antevendo-se problemas políticos e econômicos para ambos os lados.
- b) o movimento de saída do Reino Unido da União Europeia está relacionado ao fato de o país ter sido impedido de utilizar o euro como moeda oficial; a negativa tem sido apontada como fator dificultador para ampliar as exportações britânicas.
- c) a saída do Reino Unido da União Europeia tem sido apontada como o estopim para a continuidade do bloco econômico, pois vários países, como a Alemanha e a França, têm referendos programados para decidir o caminho a seguir no próximo ano.
- d) a recente decisão de sair do bloco econômico provocou muitos conflitos internos no Reino Unido, abalando, inclusive, a liderança da Família Real, que teve grande participação quando da entrada do Reino Unido na União Europeia.
- e) o principal motivo da saída do Reino Unido do bloco econômico europeu está relacionado à forte pressão dos britânicos no sentido de barrar a chegada de imigrantes africanos e asiáticos, considerados pouco preparados para o mercado de trabalho britânico.

COMENTÁRIOS:

- a) Correto.** Uma imprecisão do examinador, foi por meio de um plebiscito que os britânicos escolheram decidiram saída do Reino Unido da União Europeia. Após a decisão tiveram início as difíceis negociações para a saída do bloco, antevendo-se problemas políticos e econômicos para ambos os lados.
- b) Incorreto.** O Brexit não tem relação com o país ter sido impedido de utilizar o Euro como moeda oficial. O Reino Unido não utiliza o Euro por uma escolha própria, não por uma imposição da União Europeia. Sua moeda é a libra esterlina.
- c) Incorreto.** A saída do Reino Unido da União Europeia não tem sido apontada como o estopim para a continuidade do bloco econômico. Não há nenhum plebiscito ou referendo marcado em nenhum outro país do bloco para decidirem sobre a continuidade ou não na União Europeia.
- d) Incorreto.** A recente decisão de sair do bloco econômico provocou muitos conflitos internos no Reino Unido, é verdade. Entretanto, não abalou a liderança da Família Real. A Família Real não teve grande participação quando da entrada do Reino Unido na União Europeia.
- e) Incorreto.** É uma invenção do examinador. Em maior ou menor escala, a grande maioria dos países da União Europeia são bastante resistentes a entrada no bloco europeu e nos seus países de imigrantes africanos e asiáticos.

Gabarito: A





(CEBRASPE/PGE-PE/2019 – ANALISTA JUDICIÁRIO)

O Oriente Médio é a região de confluência de três continentes (Europa, Ásia e África), berço das primeiras civilizações (egípcia, suméria e babilônica) e das religiões monoteístas (cristianismo, judaísmo e islamismo). Além de rivalidades interimperialistas no passado, com tentativas tardias de renascimento e modernização, a região foi alvo de rivalidades também das megacorporações petrolíferas. Além disso, em pequenos Estados fracos — de fácil controle —, essa região foi afetada pela fragmentação promovida pelos ingleses e, em menor escala, pelos franceses. No século XXI, voltou a ser palco de disputas entre potências industrializadas do Atlântico Norte e em acelerada industrialização da Ásia Oriental e Meridional. Esse conjunto de países abrange o essencial do mundo árabe e muçulmano, interagindo em um único cenário histórico e geopolítico.

Paulo Fagundes Visentini. O grande Oriente Médio. Campus, 2014, p. 4-5 (com adaptações).

Tendo como referência o assunto abordado no texto, julgue os itens a seguir, dentro de um contexto geopolítico contemporâneo.

7. Em meio à tensão que envolve a guerra na Síria, o Estado iraniano é um dos principais apoiadores do regime de Bashar al-Assad.

COMENTÁRIOS:

O Irã é o país com a maior população muçulmana xiita do mundo. Na Síria, a grande maioria da população é sunita, mas o presidente Bashar al-Assad é um alauíta, uma das divisões dos xiitas, o que faz com que seu governo seja apoiado pelo Irã.

O estado iraniano e a Rússia são os principais apoiadores do regime de Assad.

Gabarito: Certo

8. O reconhecimento pelos EUA de Jerusalém como capital de Israel gerou aumento imediato da tensão e de mortes entre judeus e palestinos.

COMENTÁRIOS:

Israel considera Jerusalém como a capital eterna e indivisível do seu país. A Autoridade Nacional Palestina (ANP) reivindica que a parte oriental da cidade venha a fazer parte de um futuro estado palestino e ser a sua capital.

Em dezembro de 2017, os Estados Unidos anunciaram o reconhecimento de Jerusalém como a capital do Estado de Israel e a transferência da sua capital de Tel Aviv para a cidade, o que se concretizou em maio de 2018.

A decisão do presidente americano, Donald Trump, gerou um aumento imediato da tensão e de mortes entre judeus e palestinos.



Gabarito: Certo

9. A instabilidade vivida no Iraque, na Síria e na Jordânia tem causado o avanço territorial do grupo extremista Estado islâmico no Oriente Médio.

COMENTÁRIOS:

O grupo extremista Estado Islâmico (EI) havia conquistado extensos territórios no Iraque e na Síria, mas foi duramente combatido e expulso de todas as áreas que ocupou e onde proclamou o seu Califado islâmico. Na Jordânia, o EI não conquistou territórios, apesar de ter realizado atentados terroristas. A Jordânia foi, inclusive, membro da coalizão internacional liderada pelos Estados Unidos que combateu o Estado Islâmico nos vizinhos Iraque e Síria. Territorialmente, o grupo não tem se expandido no Oriente Médio, está bastante enfraquecido na região.

Gabarito: Errado

10. A finalidade do alinhamento irrestrito entre os Estados islâmicos da Arábia Saudita e do Irã é o combate ao Estado israelense.

COMENTÁRIOS:

A Arábia Saudita e o Irã não são aliados. Os dois países disputam áreas de influência no Oriente Médio. A Arábia Saudita não é inimiga do Estado israelense. O Irã é o principal adversário do estado judeu na região.

Gabarito: Errado

11. A aliança estratégica de Washington com Riad e de Moscou com Damasco contribui para o aumento da tensão geopolítica no Oriente Médio entre os EUA e a Rússia.

COMENTÁRIOS:

No passado, na época da Guerra Fria, Estados Unidos e Rússia, então URSS, foram inimigos, lutando pela hegemonia global. Com a queda do Muro de Berlim, a Guerra Fria teve seu fim e a Rússia se enfraqueceu, passando a adotar o sistema econômico capitalista. Lentamente, a Rússia voltou a crescer e a expandir sua área de influência, voltando a contrastar com os Estados Unidos e apresentando divergências geopolíticas com o país, sobretudo no Oriente Médio, região onde os Estados Unidos e a Rússia buscam aumentar sua influência.

A aliança da Rússia com Damasco (capital da Síria) e dos Estados Unidos com Riad (capital da Arábia Saudita) contribui para o aumento da tensão geopolítica no Oriente Médio. A Rússia é um dos principais aliados de Bashar al-Assad na Síria, contribuindo decisivamente para a sua vitória na



guerra civil. Já os EUA são o principal aliado ocidental da Arábia Saudita, principal potência da região junto com o Irã.

Gabarito: C

12. A estabilidade da governabilidade venezuelana tem como resultado a legitimidade do poder social de oposição.

COMENTÁRIOS:

A situação política na Venezuela é de instabilidade, com fortes divergências entre o governo de Nicolás Maduro e a oposição. Em janeiro de 2019, Juan Guaidó, líder opositor, autoproclamou-se presidente interino do país, tendo o reconhecimento internacional de mais de cinquenta países, entre eles o Brasil e os Estados Unidos.

A oposição possui um grande apoio social, mas quem tem o controle da estrutura administrativa é o governo de Nicolás Maduro. Politicamente, o país está cindido e fraturado.

Gabarito: Errado

(LEANDRO SIGNORI/PC DF – SIMULADO/2019)

“O presidente Jair Bolsonaro se reuniu com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, nesta terça-feira, 19 de março, na Casa Branca, em Washington. Antes do encontro privado, no Salão Oval, os dois presidentes posaram para as primeiras fotos, trocaram camisa das seleções de futebol e responderam a algumas perguntas [...]”

Disponível em: <https://bit.ly/2Y95A6D>. Acesso em 07/05/2019.

As ideias do novo presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, e do presidente norte-americano, Donald Trump, assemelham-se em muitos aspectos e refletem as mudanças que ocorrem no cenário global atual.

Acerca das relações exteriores dos Estados Unidos, do Brasil e dos seus múltiplos aspectos relacionados, julgue os itens a seguir:

13. Ao retirar os Estados Unidos do acordo com o Irã, o governo de Donald Trump expõe o mundo à possibilidade de um conflito nuclear histórico, já que o principal objetivo do programa nuclear iraniano é de desenvolver mísseis nucleares.

COMENTÁRIOS:

O Irã nega que o seu programa nuclear tem como finalidade o desenvolvimento de mísseis nucleares. O país também não possui armas nucleares.





A saída dos EUA do acordo sobre o programa nuclear iraniano contribui para elevar as tensões no Oriente Médio, mas, de forma alguma, expõe o mundo à possibilidade de um conflito nuclear histórico, pois, como já dissemos, o Irã não possui armas nucleares.

Gabarito: Errado

14. Para analistas de relações internacionais, o apoio do presidente brasileiro Jair Bolsonaro serviu como uma das bases para fortalecer a reeleição do premiê de Israel, Benjamin Netanyahu, muito embora os dois países possuam diferenças nas relações diplomáticas com os países árabes.

COMENTÁRIOS:

O presidente brasileiro Jair Bolsonaro tem manifestado o desejo de transferir a embaixada brasileira de Tel Aviv para Jerusalém, em um gesto que demonstraria o reconhecimento do Brasil de que Jerusalém é a capital de Israel.

Bolsonaro fez uma visita oficial a Israel poucos dias antes das eleições parlamentares, cujo resultado foi favorável aos partidos que apoiam o premiê Benjamin Netanyahu, que seguirá liderando o país por mais um mandato. Na visita oficial que fez, ocorreram atividades que podem ter passado despercebidas para os brasileiros que não são profundos conhecedores da política israelense, mas simbolizaram o apoio a Netanyahu e à sua política. A imprensa israelense também noticiou que a visita oficial de Bolsonaro, no momento em que foi realizada, serviu de apoio à campanha de primeiro-ministro.

Está correto dizer que Brasil e Israel possuem diferenças nas relações diplomáticas com os países árabes. A questão não deixa claro qual diferença, está dizendo, que há diferenças, de uma forma genérica. Ora, é claro que existem. Nenhum país concorda em tudo com o outro na esfera das relações internacionais. Só para citar um exemplo, na questão da Síria, o Brasil possui boas relações diplomáticas com esse país. Já Israel e Síria possuem um histórico de conflitos. Os israelenses, inclusive, ocuparam e anexaram um território sírio ao seu país, as Colinas de Golã, o que de forma alguma é aceito pela Síria, que reivindica o retorno de Golã ao seu país.

Gabarito: Certo

15. A decisão de transferência da embaixada para Jerusalém implicou, consequentemente, o fim do reconhecimento brasileiro ao Estado da Palestina, o que é reconhecido por mais da metade dos países do mundo, sendo um Estado não membro observador da ONU.

COMENTÁRIOS:

Apesar do desejo do presidente brasileiro Jair Bolsonaro de transferência da embaixada para Jerusalém, essa decisão ainda não foi oficializada. E, caso venha a ocorrer, não implicará, consequentemente, o fim do reconhecimento brasileiro ao Estado da Palestina. Implica apenas o reconhecimento do Brasil de que Jerusalém é a capital de Israel.





A Autoridade Nacional Palestina declarou a Palestina como um Estado nacional, e essa declaração é reconhecida por mais da metade dos países do mundo. Atualmente, a Palestina é um Estado não membro observador da ONU. O Brasil reconhece a Palestina como um Estado nacional.

Gabarito: Errado

16. (CEBRASPE/PGE PE/2019 – ANALISTA ADMINISTRATIVO)

O fato de os países árabes serem grandes importadores de produtos da cadeia produtiva do agronegócio brasileiro pode influenciar a política externa brasileira relativa ao Oriente Médio.

COMENTÁRIOS:

Países árabes e islâmicos são grandes importadores de produtos da cadeia produtiva do agronegócio brasileiro. A intenção, manifestada na campanha eleitoral, do presidente Jair Bolsonaro de transferir a embaixada do país para Jerusalém gera preocupações de que possa afetar as exportações brasileiras para países árabes e islâmicos, com os quais temos grande superávit comercial, de vários bilhões de dólares, que estão entre os principais importadores de açúcar e de carne bovina e de frango, especialmente com o selo halal, que atesta técnica de abate conforme preceitos islâmicos.

Israel controla a totalidade da cidade de Jerusalém, porém, os palestinos reivindicam que a parte oriental da cidade venha a ser a sua futura capital e a pertencer a um futuro estado palestino. Os palestinos são árabes e na sua quase totalidade muçulmanos. Os países árabes e a grande maioria da comunidade internacional condenam a ocupação de Jerusalém Oriental por parte de Israel.

As preocupações do agronegócio brasileiro podem influenciar a política externa brasileira para o Oriente Médio, no sentido de não transferir a embaixada brasileira para Jerusalém ou retardar a sua transferência.

O presidente fez uma visita a Israel entre 31 de março e 02 de abril de 2019, onde anunciou a abertura de um escritório de negócios para a promoção do comércio, investimentos e intercâmbio em inovação e tecnologia, uma repartição sem status diplomático, para estimular negócios entre os países.

O anúncio de Bolsonaro desagradou os defensores da mudança da sede da embaixada brasileira e os contrários, ou seja, desagradou aos dois lados. O presidente disse que a transferência da embaixada será paulatina e que será realizada no seu governo.

Gabarito: Certo

(QUADRIX/CREF-SE/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

Jerusalém já foi ocupada, destruída, sitiada, atacada e capturada muitas vezes por diferentes povos – entre eles egípcios, babilônios, romanos, árabes e judeus – em cerca de três mil anos de história.



Internet: <www.bbc.com>.

A respeito dos aspectos políticos da Jerusalém atual, julgue os itens.

- 17.** Além, obviamente, de Israel, três países consideram Jerusalém, atualmente, como a capital do Estado judeu: Estados Unidos; Guatemala; e Paraguai.

COMENTÁRIOS:

Até a data da aplicação da prova em questão, somente os Estados Unidos e a Guatemala reconheciam Jerusalém, na sua totalidade, como a capital do Estado judeu. O Paraguai havia reconhecido também, ao transferir a sua embaixada para Jerusalém em maio de 2018, mas em agosto do mesmo ano, o novo presidente do Paraguai, Mario Abdo Benítez, reverteu a decisão, levando a embaixada de volta para Tel Aviv.

Gabarito: Errado

- 18.** A cidade é considerada como sagrada para os adeptos de três grandes religiões monoteístas do mundo.

COMENTÁRIOS:

Jerusalém é uma cidade sagrada para as três grandes religiões monoteístas do mundo: cristianismo, islamismo e judaísmo. Na parte oriental está a cidade velha, que abriga o Muro das Lamentações (ruínas do antigo Templo de Salomão), local sagrado do Judaísmo; a mesquita de Al-Aqsa e o Domo da Rocha (local onde Maomé teria ascendido aos céus) e a Igreja do Santo Sepulcro (local onde Jesus teria sido crucificado, sepultado e ressuscitado).

Gabarito: Certo

- 19.** Para a Organização das Nações Unidas, o status de Jerusalém deverá ser definido nas negociações entre israelenses e palestinos.

COMENTÁRIOS:

A ONU defende a posição de que o conflito entre os dois estados deve ser resolvido por meio de negociações diretas entre as duas partes, com base em resoluções relevantes do Conselho de Segurança e da Assembleia Geral, levando em conta as preocupações legítimas tanto do lado palestino como israelense.

Gabarito: Certo





20. Empresários do agronegócio mostraram preocupação com a possibilidade de reconhecimento de Jerusalém, pelo Brasil, como capital de Israel, aventada pelo presidente Jair Bolsonaro, ainda durante a transição, em 2018.

COMENTÁRIOS:

O Brasil possui grande superávit comercial com os países árabes, que estão entre os principais importadores de carne bovina e de frango do Brasil, especialmente com o selo halal, que atesta técnica de abate conforme preceitos islâmicos.

A relação entre Israel e a maioria dos países árabes é muito delicada. Portanto, a possibilidade de o Brasil reconhecer Jerusalém como a capital do Estado de Israel pode prejudicar as exportações de carne bovina, frango e de outros produtos do agronegócio para os países árabes.

Gabarito: Certo

(QUADRIX/CRO-AM/2019 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO FISCAL)

O presidente Jair Bolsonaro e representantes de outros sete países sul-americanos assinaram, no dia 22 de março último, um documento com proposta para a criação do fórum para o Progresso da América do Sul (Prosul), que visa à construção de relações baseadas no livre comércio.

Internet: <www.poder360.com.br> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens.

21. O Equador se manteve, por anos, alinhado ao bloco de governos de esquerda na América Latina. Com a ascensão de Lenin Moreno, aproximou-se de governantes conservadores, sendo um dos signatários da proposta de criação do Prosul.

COMENTÁRIOS:

Em março de 2019, em uma reunião de cúpula, em Santiago, no Chile, foi lançado o Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (Prosul). O documento de lançamento, denominado **Declaração de Santiago**, foi assinado pela Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru e Guiana. O Chile, autor da iniciativa, vai presidir o Prosul pelos primeiros 12 meses. A seguir, a presidência será ocupada pelo Paraguai.

De acordo com líderes desta articulação, o Prosul se constitui em um fórum regional de diálogo organizado por países sul-americanos frente aos impasses e divergências da Unasul (União de Nações Sul-Americanas).

A Unasul se consolidou em um momento de maioria de governos de esquerda na América do Sul. Na atualidade, em 2019, a maioria dos países têm governos de direita, conservadores e liberais.





Essa mudança de rumos políticos se refletiu na entidade, culminando com a suspensão das participações de diversos países da entidade, em 2018, incluindo o Brasil.

O Equador se manteve alinhado a esse bloco de governos de esquerda, e situava em sua capital, Quito, o edifício sede da Unasul. Com a ascensão de Lenin Moreno à presidência do Equador, o país aproximou-se de governantes conservadores, retirou-se da entidade e foi um dos signatários da proposta de criação do Prosul. Inclusive, pediu que a Unasul devolva ao país o edifício-sede da organização.

Gabarito: Certo

22. Por decisão dos integrantes do futuro fórum, a Venezuela não integrará o Prosul, haja vista o governo de Nicolás Maduro ser considerado como ilegítimo pelos mandatários presentes no encontro.

COMENTÁRIOS:

A Venezuela não foi convidada a participar do encontro de criação do Prosul, sob a justificativa de não ser uma democracia. O governo de Nicolás Maduro é considerado ilegítimo pelos mandatários presentes no encontro.

Gabarito: Certo

23. Com a abertura do processo de sua criação, o Prosul deverá substituir a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), criada em 2008, quando os governos de esquerda eram maioria na região.

COMENTÁRIOS:

A Unasul foi criada em 2008, quando os governos de esquerda eram ampla maioria na América do Sul. A intenção dos países signatários do Prosul é que ele venha a substituir aquela entidade.

Gabarito: Certo

24. Bolívia e Uruguai integram o grupo de países que assinaram a declaração conjunta de criação do Prosul.

COMENTÁRIOS:

Representantes do Uruguai e da Bolívia participaram da reunião em Santiago, mas não assinaram a declaração conjunta de criação do Prosul. Apesar disso, os dois países se colocaram dispostos ao diálogo.



Gabarito: Errado

25. (VUNESP/TRANSERP/2019 - CONTADOR)

Fugir das gangues já não é suficiente para obter asilo

Desde junho, a violência doméstica ou de gangues no país de origem do requerente não é mais suficiente como único motivo para superar o filtro que permite pedir proteção nos EUA. O resultado foi uma enorme queda na aceitação inicial, o que deverá reduzir ainda mais as concessões de asilo. Em seus 21 meses de presidência, o republicano Donald Trump adotou múltiplas medidas para reduzir a entrada de estrangeiros.

(El País. Publicado em: 26.10.2018. Acessível em: <https://bit.ly/2Ngopj1>. Adaptado)

No contexto norte-americano, a notícia refere-se particularmente

- (A) aos dissidentes de grupos radicais islâmicos que buscam proteção em território americano.
- (B) à onda de violência causada por atiradores intercambistas nas escolas da Flórida.
- (C) às pessoas que caminham desde países da América Central até a fronteira norte-americana.
- (D) às vítimas da recessão que escasseou empregos e financiamentos de moradias populares, gerando nova bolha imobiliária.
- (E) à crise migratória da Líbia, cujos refugiados têm, por intermédio da ONU, solicitado asilo nos EUA.

COMENTÁRIOS:

Nos meses finais de 2018, caravanas de migrantes, provenientes de países pobres da América Central, principalmente de El Salvador, Honduras e Guatemala, deslocaram-se até a fronteira dos Estados Unidos para pedir asilo no país. Entretanto, devido às duras políticas anti-imigratórias de Donald Trump, grande parte dos migrantes não conseguiu refúgio no país. A manchete da notícia "*Fugir das gangues já não é suficiente para obter asilo*" faz referência a uma das causas pelas quais os migrantes buscavam refúgio no país.

Assim, nossa alternativa é a letra "C". No contexto norte-americano, a notícia refere-se particularmente às pessoas que caminham desde países da América Central até a fronteira norte-americana.

Se você não estava por dentro da situação retratada pelo enunciado, poderia resolver a questão por eliminação de alternativas. Vamos analisar o erro de cada uma das demais alternativas:

a) Incorreta. Dissidentes de grupos radicais islâmicos não têm buscado proteção em território americano. Desde o atentado de 7 de setembro, os Estados Unidos são extremamente hostis com grupos radicais islâmicos. Além disso, Donald Trump suspendeu a entrada de migrantes de alguns países de maioria islâmica: da Síria, Líbia, Iêmen, Irã e Somália.

b) Incorreta. Se houvesse uma onda de violência causada por atiradores intercambistas nos EUA, nós saberíamos, pois certamente seria um dos fatos mais noticiados pelas mídias do mundo inteiro.





Em fevereiro de 2018, um atirador matou 17 pessoas em uma escola da Flórida, mas não há uma onda de violência causada por atiradores intercambistas nas escolas da Flórida, e o atirador desse massacre em questão era norte-americano.

d) Incorreta. Não houve recessão nos EUA. A economia do país está estável e a taxa de desempregos chegou a atingir seu menor índice em abril de 2019, ficando em 3,6%

e) Incorreta. Como mencionado anteriormente, Donald Trump suspendeu a entrada de migrantes da Líbia nos Estados Unidos. Quem chega da Líbia aos EUA só pode permanecer se comprovar alguma “relação autêntica” com uma pessoa ou entidade no país – ter um familiar ou ser contratado por uma empresa norte-americana, por exemplo.

Gabarito: C

26. (VUNESP/TRANSERP/2019 - AGENTE ADMINISTRATIVO)

Venezuela mantém surto da doença, reforçando alerta de risco ao Brasil. O país vizinho registrou 1559 casos e 270 mortes de 2016 até o momento; há chance de reintrodução da doença no país, com baixa cobertura vacinal.

“A doença está praticamente controlada no Brasil. O grande problema é a grande circulação do vírus em um país vizinho. O Brasil apresenta baixa cobertura vacinal, em torno de 80%, abaixo da meta de 95%”, afirma.”

(r7. 23.01.2019. Acessível em <https://bit.ly/2FY6Gfw>. Adaptado)

A notícia alerta para o risco de que, neste momento, assim como ocorreu com o sarampo, ocorra a reintrodução

- (A) da tuberculose.
- (B) da febre amarela.
- (C) da meningite.
- (D) do escorbuto.
- (E) da difteria.

COMENTÁRIOS:

A doença que a questão se refere é a difteria. A difteria é uma doença causada por uma bactéria que se instala nas amídalas, faringe, laringe e nariz, provocando dificuldade de respirar. Ela é transmitida pelo contato direto, por meio de gotículas eliminadas pela tosse, espirro e ao falar.

A Venezuela passa por um surto de difteria, que teve início em 2016. Foram registrados 1.559 casos de 2016 até janeiro de 2019, sendo que 270 resultaram em morte. Devido à situação socioeconômica da Venezuela, a cobertura vacinal do país está muito baixa e várias doenças estão ressurgindo. A forma mais eficaz de prevenção da difteria é a vacina.

Gabarito: E





27. (VUNESP/TRANSERP/2019 - CONTADOR)

Cerca de 10500 “lenços vermelhos”, segundo autoridades francesas, manifestaram-se neste domingo (27.01.2019) em Paris para “defender a democracia e as instituições”.

(Jornal do Brasil. 27.01.2019. Acessível em <https://bit.ly/2DEFHmV>. Adaptado)

As manifestações citadas foram uma reação

- (A) às ações impopulares do presidente Macron.
- (B) à tentativa de tomar o poder por parte da oposição ao governo.
- (C) à política de imigração que tem aceitado refugiados de todo o mundo.
- (D) às declarações de Macron favoráveis a deixar a União Europeia.
- (E) à violência dos protestos dos “coletes amarelos”.

COMENTÁRIOS:

O movimento dos "lenços vermelhos" surgiu em resposta ao movimento dos "coletes amarelos", pedindo o fim da violência que tem sido recorrente nos protestos dos coletes amarelos. O movimento dos lenços vermelhos se opõe aos bloqueios de rodovias promovidos pelos coletes amarelos e pedem que manifestantes e governo encontrem formas de dialogar sem prejudicar a paz, o estado de direito e a economia do país.

O movimento dos lenços vermelhos reforça o discurso de que a maior parte da sociedade francesa – referida como “maioria silenciosa” – pode até desaprovar Macron, mas desaprova igualmente a violência dos coletes amarelos. Com isso, o grupo – que tem a participação de correligionários de Macron – busca aumentar o rechaço público ao maior elemento de desestabilização do atual governo.

Gabarito: E

28. (VUNESP/TRANSERP/2019 - CONTADOR)

O acordo para três semanas de gastos alcançado com os líderes do Congresso – que passou rapidamente e sem enfrentar oposição pelo Senado liderado pelos republicanos e pela Câmara dos Deputados controlada pelos democratas, para depois ser assinado por Trump – abre o caminho para negociações difíceis com os parlamentares sobre como lidar com a segurança ao longo da fronteira dos Estados Unidos com o México.

(Terra. 26.01.2019. Acessível em <https://bit.ly/2sSkiAj>. Adaptado)

O acordo de Trump vem após uma paralisação dos serviços públicos nos EUA devido a sua exigência de

- (A) prever no orçamento a construção do muro na fronteira com o México.



- (B) realizar cortes no orçamento referentes à assistência médica de Servidores.
- (C) endurecer a fiscalização contra os imigrantes na fronteira com o Canadá.
- (D) cobrar do governo mexicano os gastos com imigrantes que cruzam a fronteira.
- (E) que o Senado aprove leis mais rígidas contra a sonegação fiscal.

COMENTÁRIOS:

Donald Trump é um duro crítico da migração ilegal e dos imigrantes que vivem ilegalmente no país. Durante sua campanha presidencial e após assumir a presidência, uma de suas principais promessas é a da construção de um muro na fronteira com o México para coibir a entrada de imigrantes ilegais, contrabando e drogas provenientes do México.

Para a construção do muro, é necessário alocar uma vultosa quantia de recursos no orçamento federal, o que Trump não tem conseguido até o momento, pois o Congresso norte-americano não aprova essa medida.

Em dezembro de 2018, Donald Trump se recusou a concordar com a aprovação do projeto de orçamento para 2019, pelo Congresso americano, já que não incluía o financiamento do muro na fronteira mexicana. Devido a não aprovação em tempo hábil do orçamento, os serviços de muitos ministérios e agências governamentais dos EUA, tiveram de parar suas atividades, o que é conhecido como "shutdown".

Essa não foi a única paralisação da história, mas foi a mais longa: durou 35 dias. Posteriormente, sem possibilidade de vitória, Trump concordou com a aprovação do orçamento sem a inclusão do montante de recursos que desejava para a construção do muro.

Gabarito: A

29. (VUNESP/TRANSERP/2019 - CONTADOR)

Diante de uma manifestação gigantesca, que superou amplamente as expectativas da oposição, o presidente da Assembleia Nacional (AN), Juan Guaidó, declarou assumir “formalmente as competências do Executivo Nacional como presidente encarregado” do país. O jovem líder opositor, de apenas 35 anos, vinha sendo pressionado para tomar esta decisão, mas claramente esperou a reação popular desta quarta-feira para dar o passo que a maioria da oposição esperava.

(O Globo. 23.01.2019. Acessível em <https://glo.bo/2Eeo5OZ>. Adaptado)

A situação inédita no país coloca mais apreensão ao mundo em relação ao futuro da

- (A) Costa Rica.
- (B) Nicarágua.
- (C) Argentina.
- (D) Venezuela.



(E) Colômbia.

COMENTÁRIOS:

Quem é o tal de Juan Guaidó, pessoal? Ele é o líder da oposição na Venezuela, que se autoproclamou como presidente interino e que busca tirar Nicolás Maduro do poder por considerá-lo um governante ilegítimo. Fácilima essa questão.

Gabarito: D

30. (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ/2019 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO)

Sem alcançar um acordo no Congresso, a administração Donald Trump enfrenta, a partir deste sábado (22 de dezembro), sua terceira paralisação parcial, que fechará um quarto do governo federal, colocará 380 mil empregados em férias coletivas e fará outros 420 mil trabalharem sem receber. O Congresso tinha até sábado para passar leis ou aprovar uma medida provisória de interesse do governo. Senadores republicanos e democratas se reuniram desde o meio-dia desta sexta (21 de dezembro), mas não chegaram nem sequer a iniciar a votação da lei.

(Folha de S.Paulo, 22 dez.18. Adaptado)

O impasse entre o Congresso e Donald Trump está relacionado à polêmica proposta presidencial de

- (A) ataque militar dos EUA tendo a Coreia do Norte como alvo.
- (B) construção de um muro na fronteira entre os EUA e o México.
- (C) retomada das relações diplomáticas entre os EUA e Cuba.
- (D) boicote às relações comerciais entre os EUA e a China.
- (E) retirada das tropas norte-americanas da Síria e do Iraque.

COMENTÁRIOS:

A questão pode ser resolvida tendo conhecimento do fato do enunciado ou do conhecimento do contexto geopolítico dos EUA na atualidade sob o governo de Donald Trump.

Não houve nenhuma proposta de Donald Trump para realizar um ataque militar dos EUA tendo a Coreia do Norte como alvo. Os dois países estão em um processo de aproximação diplomática.

A retomada das relações diplomáticas entre os EUA e Cuba ocorreu no governo do ex-presidente Barack Obama. Donald Trump, um crítico do regime cubano e do socialismo, congelou a gradativa aproximação diplomática e comercial entre os dois países.

O governo de Donald Trump instituiu sobretaxas em relação a uma grande quantidade de produtos importados da China, mas isso não caracteriza um boicote às relações comerciais entre os dois países, que são grandes parceiros comerciais.





A decisão de Donald Trump de retirar as tropas norte-americanas da Síria no mês de dezembro de 2018 recebeu algumas críticas, mas não causou impasse entre o congresso e Donald Trump. Diante das críticas, o presidente voltou atrás na sua decisão. Os EUA ainda mantêm tropas no Iraque.

Donald Trump e o Congresso norte-americano entraram num impasse a respeito da polêmica proposta de construção de um muro na fronteira dos Estados Unidos com o México. A proposta foi incluída por Donald Trump no projeto orçamento anual, que não aceitou retirá-la. Com isso, a peça orçamentária não foi votada pelo Congresso em tempo hábil de início do ano orçamentário subsequente. Sem um orçamento aprovado, diversos serviços públicos foram paralisados total ou parcialmente. Após mais de um mês de paralisação, Donald Trump recuou e, sem a proposta de construção do muro, o orçamento foi votado e aprovado.

Gabarito: B

31. (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ/2019 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO)

O presidente afirmou nesta quarta-feira (23 de janeiro) que não deixará a presidência, culpou os EUA por “mais uma tentativa de golpe” e anunciou o rompimento das relações com os EUA. As declarações, feitas durante discurso de 58 minutos, ocorreram momentos depois que o líder opositor e presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, se autodeclarou presidente interino.

(UOL, 23 jan.19. Adaptado)

A notícia aborda a crise política

- (A) no Paraguai.
- (B) na Nicarágua.
- (C) na Guatemala.
- (D) na Colômbia.
- (E) na Venezuela.

COMENTÁRIOS:

A notícia aborda a crise política na Venezuela, um assunto que tem despencado nas provas de atualidades nos últimos anos. Creio que ninguém errou essa questão, que ainda trouxe como dica o nome de Juan Guaidó, líder da oposição ao governo de Nicolás Maduro. Juan Guaidó se autodeclarou presidente interino da Venezuela e conta com apoio dos Estados Unidos. Maduro acusa os EUA de uma tentativa de golpe para derrubar o seu governo.

Gabarito: E

32. (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ/2019 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO)



Os manifestantes na França, denominados “coletes amarelos”, reúnem aposentados, artesãos, diaristas, camareiras, desempregados, operários e pequenos empresários. Eles lideraram por três semanas uma onda de protestos no país, protagonizando cenas de violência em Paris.

(Agência Brasil, 5 dez.18. Adaptado)

O estopim das manifestações dos “coletes amarelos” na França foi

- (A) o encarecimento do preço dos combustíveis.
- (B) o aumento do fechamento dos postos de trabalho.
- (C) o valor da passagem do transporte público.
- (D) a proposta de privatização dos serviços de saúde.
- (E) o excessivo gasto militar promovido pelo governo.

COMENTÁRIOS:

O estopim das manifestações dos “coletes amarelos” na França foi o encarecimento do preço dos combustíveis.

O movimento surgiu protestando contra o aumento do preço dos combustíveis, por meio de um novo imposto. Posteriormente, outras pautas foram incluídas nos protestos: o alto custo de vida, a redução do poder de compra da população e a crítica de que as reformas fiscais e sociais propostas pelo governo do presidente francês Emmanuel Macron impactariam diretamente as classes média e baixa, especialmente nas zonas rurais e áreas periurbanas, e favoreceriam os de maior renda.

As principais reivindicações do movimento são a redução nos impostos sobre combustíveis, a reintrodução do imposto sobre fortunas e o aumento do salário mínimo.

Em dezembro de 2018, Macron suspendeu o aumento do preço dos combustíveis, anunciou um aumento de 100 euros no salário mínimo e que as horas extras passarão a ser isentas de impostos e contribuições.

Gabarito: A

(QUADRIX/CONRERP-SP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

Em janeiro último, a Venezuela, que possui uma das maiores reservas de petróleo do mundo e vive uma crise econômica, política e social, passou a ter dois líderes, que afirmavam possuir o poder político ao mesmo tempo.

A respeito do país mencionado no texto acima e de seus aspectos políticos e econômicos, julgue os itens a seguir.

33. Um momento de crucial importância para a crise atual foi a vitória de Nicolás Maduro nas eleições de 2018, em um processo que foi boicotado por boa parte da oposição.



COMENTÁRIOS:

Nicolas Maduro assumiu pela primeira vez como presidente da Venezuela, em 2013, sucedendo Hugo Chávez. Em maio de 2018, foi reeleito presidente, em eleições antecipadas, consideradas ilegítimas por segmentos da oposição e não reconhecidas pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e diversos países no mundo, inclusive o Brasil.

Grande parte da oposição boicotou a eleição por considerar o processo eleitoral ilegítimo e por ter sofrido restrições a sua livre participação por parte de instituições oficiais da Venezuela, alinhadas com o regime de Nicolás Maduro.

A abstenção foi recorde: cerca de 54% dos eleitores venezuelanos não foram votar.

Gabarito: Certo

34. Após o anúncio da reeleição de Maduro, os Estados Unidos anunciaram sanções contra importantes membros do governo e contra empresas venezuelanas.

COMENTÁRIOS:

Logo após o anúncio da reeleição de Maduro, em maio de 2018, os Estados Unidos anunciaram mais sanções à Venezuela. O presidente Donald Trump assinou uma ordem executiva proibindo cidadãos norte-americanos de participarem de negociações de títulos da dívida pública venezuelana e de outros ativos.

Gabarito: Certo

35. Juan Guaidó, até então presidente da Assembleia Nacional, se autoproclamou presidente em 23 de janeiro último, assumindo o compromisso de convocar novas eleições.

COMENTÁRIOS:

Em 23 de janeiro de 2019, o presidente da Assembleia Nacional, único poder que não é controlado pelo chavismo, Juan Guaidó se declarou presidente interino do país e assumiu os compromissos de estabelecer um governo de transição e de organizar eleições livres.

O país conta atualmente com dois presidentes (Maduro e Guaidó), dois parlamentos (Assembleia Nacional e Assembleia Constituinte) e duas supremas cortes (uma em Caracas e outra no exílio).

Gabarito: Certo





36. Maurício Macri, Iván Duque e Miguel Díaz-Canel, presidentes, respectivamente, da Argentina, da Colômbia e de Cuba, reconheceram imediatamente o novo governo venezuelano.

COMENTÁRIOS:

A Argentina e a Colômbia, membros do Grupo de Lima, não reconhecem o novo governo de Nicolás Maduro, reconhecem o autoproclamado Juan Guaidó como presidente. Cuba, presidida por Miguel Díaz-Canel, aliada de primeira hora do chavismo, reconhece o segundo governo de Nicolás Maduro.

Gabarito: Errado

37. O dia 23 de fevereiro último, que ficou conhecido como o “Dia D” da chegada da ajuda humanitária à Venezuela, foi marcado por confrontos e mortes, inclusive em áreas próximas à fronteira com o Brasil.

COMENTÁRIOS:

O dia 23 de fevereiro de 2019, que ficou conhecido como o "Dia D" da chegada de ajuda humanitária estrangeira à Venezuela, principalmente dos EUA, foi marcado por confrontos e mortes, inclusive em áreas de fronteira com o Brasil.

A operação foi articulada pelo líder da oposição e autodeclarado presidente interino da Venezuela, Juan Guaidó, em coordenação com a Colômbia, Estados Unidos e Brasil. A ajuda humanitária era para ter ingressado no país pelas cidades de Cúcuta, na Colômbia, e por Pacaraima, em Roraima, no Brasil.

No entanto, Nicolás Maduro ordenou o fechamento das fronteiras com o Brasil e com a Colômbia. O presidente chavista considerou a ajuda humanitária como sendo uma forma de preparar uma intervenção estrangeira no país.

Como resposta, os manifestantes lançaram coquetéis molotov contra base do Exército da Venezuela na fronteira com o Brasil. Na fronteira com a Colômbia, 2 caminhões com ajuda humanitária foram incendiados. Os caminhões não conseguiram atravessar a fronteira e tiveram que voltar. Três pessoas morreram e ao menos 15 ficaram feridas em Santa Elena de Uairén, cidade venezuelana a 15 km da fronteira com o Brasil

Gabarito: Certo

38. (FCC/AFAP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

Em junho de 2018, foram divulgadas notícias como esta:

A política de 'tolerância zero' implementada pelo governo de Donald Trump vem sendo alvo de inúmeras críticas. Até mesmo membros do Partido Republicano têm se manifestado contra a medida.



A política de tolerância zero

- a) dificultou a entrada de imigrantes africanos sob o pretexto de reduzir o descontentamento dos grupos que defendem a supremacia branca.
- b) revogou milhares de certidões de cidadania obtidos por imigrantes durante o período de governo do presidente Barack Obama.
- c) proibiu a prática de abortos entre mulheres adolescentes, mesmo em estados onde as leis já garantiam esse procedimento.
- d) tornou ilegal a presença dos imigrantes que vivessem nos Estados Unidos há menos de 3 anos, mesmo aqueles que trabalhassem.
- e) foi implementada na fronteira dos EUA com o México e uma de suas características era o fato de separar filhos de imigrantes ilegais de seus pais.

COMENTÁRIOS:

A política de tolerância zero foi implementada na fronteira dos Estados Unidos com o México e uma de suas características era o fato de separar filhos menores de 18 anos de imigrantes ilegais de seus pais.

A política de tolerância zero de Donald Trump foi posta em prática em abril de 2018. Por meio dessa política, se um adulto fosse pego atravessando a fronteira sem um visto, ele era levado a um centro federal de detenção de imigrantes até que fosse apresentado a um juiz e seu caso avaliado.

Como as crianças não podiam ser mantidas nessas instalações junto aos adultos, elas foram separadas dos pais e levadas a abrigos, enquanto se aguardava a apresentação ao juiz do caso.

A política de tolerância zero causou caos nas cortes federais americanas e lotou os centros de detenção de imigrantes, além do fato de separar filhos de imigrantes ilegais de seus pais. Com isso, poucas semanas após a sua implementação, o governo desistiu de dar continuidade a ela.

Gabarito: E

(QUADRIX/CREF-SE/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

O G20 reconheceu, no dia 1.º de dezembro de 2018, que a Organização Mundial de Comércio (OMC) não consegue cumprir com seus objetivos atualmente e, por isso, defendeu, na declaração final aprovada na cúpula realizada desde ontem, em Buenos Aires, na Argentina, uma reforma para revitalizar o comércio mundial.

Internet: <<https://noticias.uol.com.br>> (com adaptações).

Tendo a reunião do G20, mencionada no texto acima, apenas como referência inicial, julgue os itens.

- 39.** A maioria dos membros do G20, em especial os que integram a União Europeia, fez, na última reunião do grupo, uma enfática defesa do unilateralismo.



COMENTÁRIOS:

Unilateralismo ocorre quando uma decisão é tomada apenas por um lado, sem aprovação ou resposta de terceiros. Essa prática tem norteado várias tomadas de decisão de alguns países no mundo atual, em contraposição ao multilateralismo, característico do mundo pós-Segunda Guerra Mundial, intensificado na fase atual da globalização.

No cenário geopolítico internacional, os Estados Unidos, comandado por Donald Trump, um crítico de aspectos da globalização, têm tomado decisões políticas, econômicas e sociais de relevância internacional de forma unilateral, como as sobretaxas para produtos importados, a retirada do país do Acordo do Clima de Paris e da Parceria Transpácífica. O protecionismo econômico é uma prática unilateral, pois não é adotada por meio de acordo ou negociação comercial.

A União Europeia é defensora do multilateralismo na esfera internacional. Na 13ª reunião de cúpula do G20, realizada em 30 de novembro e 1º de dezembro de 2018, em Buenos Aires, Argentina, a grande maioria dos seus membros fez uma defesa do multilateralismo.

Gabarito: E

40. Embora abordada de maneira superficial na última reunião do G20, a questão das tarifas sobre aço e alumínio é um dos temas candentes do comércio internacional.

COMENTÁRIOS:

O governo norte-americano estabeleceu sobretaxas a diversos produtos importados de outros países, como o aço e o alumínio. A medida prejudicará diretamente a economia dos principais exportadores desses insumos para os EUA, como União Europeia (UE), México, China, Coreia do Sul e o Brasil.

Sendo assim, a questão das tarifas sobre aço e alumínio é um dos temas candentes do comércio internacional. É uma decisão que foi tomada de forma unilateral pelos Estados Unidos e, para alguns países, violou acordos sobre o comércio internacional no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Gabarito: C

41. Refugiados, imigração e mudanças climáticas, temas espinhosos, não foram abordados na reunião citada no texto, cujo foco foi o livre comércio.

COMENTÁRIOS:

Os temas dos refugiados, da imigração e das mudanças climáticas foram abordados na reunião do G20.





Ao final do encontro, foi divulgado um documento de 40 páginas, assinado por todos os países, detalhando pontos como a reforma do sistema tributário, acordos comerciais e climáticos, igualdade de gênero e fluxos migratórios.

No documento, o grupo afirma que "grandes movimentos de refugiados são uma preocupação global com as questões humanitárias, políticas, sociais e consequências econômicas".

Em relação às mudanças climáticas, o documento diz que "continuaremos a combater as mudanças climáticas, promovendo o desenvolvimento sustentável e crescimento". Outro ponto abordado foi o estímulo a fontes limpas de energia.

Gabarito: E

42. (VUNESP/TJ SP/2019 – CONTADOR JUDICIÁRIO)

Milhares de pessoas foram às ruas para manifestarem-se contra o aumento de combustíveis. São chamados de “coletes amarelos”.

As forças de segurança lançaram gás lacrimogêneo e usaram um canhão de água para conter o avanço dos manifestantes que tentavam ultrapassar o perímetro de segurança determinado pela polícia. Os manifestantes gritam palavras de ordem e carregam cartazes pedindo a renúncia do presidente. Para as autoridades, facções de extrema-direita podem ter se infiltrado entre os manifestantes para radicalizar o movimento.

Os protestos mantêm os bloqueios de centros logísticos e estradas iniciados há uma semana, mas com menos intensidade que no sábado passado, quando eram estimados quase 300 mil manifestantes.

(<http://agenciabrasil.ebc.com.br>, 24.11.2018. Adaptado)

A notícia refere-se a acontecimento

- (A) no Peru.
- (B) na França.
- (C) no México.
- (D) na Índia.
- (E) na Hungria.

COMENTÁRIOS:

A notícia se refere aos coletes amarelos, movimento de protesto espontâneo, sem líderes, convocado pelas redes sociais, na França, que começou com manifestações em outubro de 2018 e continuava no mês de fevereiro de 2019, mas perdendo muita força e poder de mobilização. O movimento teve origem com o protesto contra o aumento do preço dos combustíveis. Os protestos se iniciaram em rodovias e cidades do interior da França, chegando posteriormente a Paris e outras grandes cidades francesas.





Posteriormente, outras pautas foram incluídas nos protestos: o alto custo de vida, a redução do poder de compra da população e a crítica de que as reformas fiscais e sociais propostas pelo governo do presidente francês Emmanuel Macron impactariam diretamente as classes média e baixa, especialmente nas zonas rurais e áreas periurbanas, e favoreceriam os de maior renda.

As principais reivindicações do movimento são a redução nos impostos sobre combustíveis, a reintrodução do imposto sobre fortunas e o aumento do salário mínimo.

Gabarito: B

43. (VUNESP/TJ SP/2019 – CONTADOR JUDICIÁRIO)

A respeito das eleições legislativas estadunidenses, realizadas em novembro de 2018, é correto afirmar que

- (A) os republicanos elegeram quase todos os governadores dos estados, com exceção dos estados do Novo México, Kansas e Nevada.
- (B) surpreendeu negativamente o pequeno número de mulheres participando do processo eleitoral, seja como candidatas ou eleitoras.
- (C) os democratas conquistaram a maioria da Câmara dos Representantes, e os republicanos mantiveram a maior parte dos assentos no Senado.
- (D) a pequena participação do eleitorado, a menor dos últimos 30 anos, garantiu a vitória dos candidatos apoiados pelo presidente Trump.
- (E) os republicanos reconquistaram a maioria tanto na Câmara dos Representantes como no Senado.

COMENTÁRIOS:

a) Incorreto. Os republicanos não elegeram quase todos os governadores dos estados. Os republicanos ganharam em 18 estados e os democratas em 15 estados.

b) Incorreto. Nas eleições legislativas de 2018, dos Estados Unidos, o número de mulheres eleitas, foi recorde. Ao todo, 118 mulheres foram eleitas; na Câmara, elas, que até então ocupavam 84 assentos, conquistaram 98 das 435 cadeiras. A participação feminina foi impulsionada por pelo menos três grandes questões nacionais: o movimento #Metoo contra o assédio; a visão de que o governo Trump é machista; e o número recorde de mulheres candidatas em todo o país. A aprovação do nome de Brett Kavanaugh, indicado pelo presidente para a Suprema Corte mesmo sendo acusado de assédio sexual, ajudou ainda mais no engajamento feminino.

c) Correto. Os democratas retomaram a maioria na Câmara dos Representantes (equivalente a Câmara dos Deputados, no Brasil), e os republicanos mantiveram a maior parte dos assentos do Senado.

d) Incorreto. A participação do eleitorado não foi pequena e nem a menor dos últimos 30 anos. Invenção do examinador.





e) Incorreto. Os republicanos já possuíam maioria no Senado e a mantiveram. Na Câmara dos Representantes, os republicanos perderam a maioria para os democratas.

Gabarito: C

44. (VUNESP/TJ SP/2019 – ENFERMEIRO JUDICIÁRIO)

As eleições de meio de mandato nos Estados Unidos, que ocorreram nesta terça-feira, 6 de novembro, vão eleger representantes para as 435 cadeiras da Câmara e um terço do Senado, além de 36 dos 50 governadores.

(Estado de S.Paulo, 6 nov.18. Adaptado)

As eleições de meio de mandato marcaram o controle

- (A) Democrata sobre a Câmara e simbolizaram a eleição de um Congresso mais diverso.
- (B) Republicano sobre a Câmara e simbolizaram a eleição de um Congresso mais belicista.
- (C) Republicano sobre a Câmara e simbolizaram a eleição de um Congresso mais conservador.
- (D) Democrata sobre a Câmara e simbolizaram a eleição de um Congresso mais autoritário.
- (E) Democrata sobre a Câmara e simbolizaram a eleição de um Congresso mais isolacionista.

COMENTÁRIOS:

Nas eleições legislativas de novembro de 2018, nos Estados Unidos, na metade do mandato presidencial, os Democratas elegeram a maioria dos deputados, voltando a ter o controle da Câmara dos Representantes, que estava sob o controle dos Republicanos, que mantiveram o controle do Senado.

Na Câmara dos Representantes, o número de mulheres eleitas foi recorde. Pela primeira vez, foram eleitos representantes de minorias como muçulmanos, indígenas e refugiados. Também foi escolhido o primeiro governador abertamente homossexual. Ou seja, as eleições simbolizam um Congresso mais diverso.

Gabarito: A

45. (VUNESP/TJ SP/2019 – MÉDICO JUDICIÁRIO)

O perfil dos candidatos que concorreram a uma vaga no Poder Legislativo aponta para maior participação feminina e jovem. Os primeiros resultados da eleição mostram o novo perfil eleito: o país elegeu as duas primeiras deputadas federais muçulmanas, a primeira mulher indígena, além da deputada mais jovem da história.

(Estado de S.Paulo, 6 nov.18. Adaptado)

A notícia citada está relacionada às eleições

- (A) no Canadá.



- (B) na Alemanha.
- (C) nos EUA.
- (D) na França.
- (E) na Inglaterra.

COMENTÁRIOS:

A notícia citada está relacionada às eleições nos EUA, marcadas pelo recorde de mulheres eleitas, pela eleição das duas primeiras deputadas federais muçulmanas, da primeira mulher indígena, da deputada mais jovem da história e do primeiro governador assumidamente homossexual.

Gabarito: C





12 – LISTA DE QUESTÕES

1. (VUNESP/PREFEITURA DE ITAPEVI/2019 – DIVERSOS CARGOS)

“Este é o melhor acordo possível.” A premiê britânica, Theresa May, tem repetido há semanas essa frase na tentativa de convencer o Parlamento de seu país a aprovar o acordo que ela negociou com a União Europeia, estabelecendo os termos do Brexit - o processo de saída do Reino Unido do bloco. Mas, na segunda-feira [17.dez], a premiê adiou indefinidamente a votação do acordo no Parlamento, reconhecendo que ele seria rejeitado pela maioria dos parlamentares britânicos

(G1. <https://glo.bo/2FTOmUF>. Acesso em 24.jan.2019. Adaptado)

Tem sido considerado como o ponto mais delicado do acordo para viabilizar o Brexit

(A) o retorno imediato dos cidadãos europeus que vivem no Reino Unido para os seus países de origem, fato que provocaria forte déficit de mão de obra no Reino Unido.

(B) a rápida desvalorização da libra nos mercados europeu e mundial, fato que provocaria forte abalo econômico-financeiro para todo o Reino Unido.

(C) o fechamento da fronteira entre a Irlanda do Norte (parte do Reino Unido) e a Irlanda, fato que retomaria antigas tensões entre norte-irlandeses e irlandeses.

(D) a perda do prestígio político do Reino Unido frente à Europa, o que inviabilizaria a permanência do país na OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte).

(E) a obrigação do governo britânico em continuar recebendo grupos de refugiados do Oriente Médio e África mesmo após a saída do bloco econômico europeu.

2. (CEBRASPE/PGE PE/2019 – ASSISTENTE DE PROCURADORIA)

Uma questão preocupante para o governo britânico com relação à concretização do Brexit é a fronteira entre Irlanda do Norte e a República da Irlanda.

3. (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ/2019 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO)

A primeira-ministra do Reino Unido, Theresa May, enfrentará nesta quarta-feira (12 de dezembro) um voto de desconfiança de seus próprios correligionários do Partido Conservador, em nova reviravolta da barroca trama política que mobiliza o país. A imprensa local notícia que ao menos 48 parlamentares da legenda submeteram a um comitê partidário cartas nas quais questionam a liderança de May.

(Folha de S.Paulo, 12 dez.18. Adaptado)

O impasse entre a primeira-ministra e os membros de seu próprio partido teve como pano de fundo



- (A) a crise econômica que vive o Reino Unido e o consequente aumento do desemprego.
- (B) a possível abertura do país aos imigrantes em geral e, em especial, aos refugiados sírios.
- (C) o veto imposto pela chefe de governo ao Orçamento pouco enxuto proposto pelo Parlamento.
- (D) a defesa que a líder conservadora fez de pautas historicamente associadas aos trabalhistas.
- (E) a dificuldade do Reino Unido em negociar e aprovar a sua saída da União Europeia.

4. (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ/2019 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO)

Os departamentos de trânsito dos estados e do Distrito Federal (DF) terão até o dia 30 de junho de 2019 para implantar o novo modelo de placas. O adiamento do prazo foi publicado pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran) no Diário Oficial da União da última sexta-feira (28 de dezembro). No início de dezembro, o conselho havia alterado as datas de implantação e determinado que alguns estados teriam até hoje (31 de dezembro) para implantar o novo sistema de placas.

(R7, 31 dez.18. Adaptado)

O novo modelo de placas atende a um padrão adotado entre os países

- (A) ibero-americanos.
- (B) da América Latina.
- (C) da OEA.
- (D) do Mercosul.
- (E) da Unasul.

5. (QUADRIX/CREF-SE/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

O G20 reconheceu, no dia 1.º de dezembro de 2018, que a Organização Mundial de Comércio (OMC) não consegue cumprir com seus objetivos atualmente e, por isso, defendeu, na declaração final aprovada na cúpula realizada desde ontem, em Buenos Aires, na Argentina, uma reforma para revitalizar o comércio mundial.

Internet: <<https://noticias.uol.com.br>> (com adaptações).

Tendo a reunião do G20, mencionada no texto acima, apenas como referência inicial, julgue o item.

Não obstante a divergência ideológica entre Donald Trump e o regime chinês, as relações comerciais entre os dois países vivem momento excepcional, sem quaisquer restrições ao livre comércio.

6. (FCC/AFAP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)



O processo complicado chamado de Brexit teve início em junho de 2016, cujos desdobramentos continuaram em 2017 e 2018, prossegue em 2019 com muitas polêmicas entre as partes atingidas. Sobre o Brexit é correto afirmar que

- a) em um referendo, mais da metade dos britânicos decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia; após a decisão tiveram início as difíceis negociações para a saída do bloco, antevendo-se problemas políticos e econômicos para ambos os lados.
- b) o movimento de saída do Reino Unido da União Europeia está relacionado ao fato de o país ter sido impedido de utilizar o euro como moeda oficial; a negativa tem sido apontada como fator dificultador para ampliar as exportações britânicas.
- c) a saída do Reino Unido da União Europeia tem sido apontada como o estopim para a continuidade do bloco econômico, pois vários países, como a Alemanha e a França, têm referendos programados para decidir o caminho a seguir no próximo ano.
- d) a recente decisão de sair do bloco econômico provocou muitos conflitos internos no Reino Unido, abalando, inclusive, a liderança da Família Real, que teve grande participação quando da entrada do Reino Unido na União Europeia.
- e) o principal motivo da saída do Reino Unido do bloco econômico europeu está relacionado à forte pressão dos britânicos no sentido de barrar a chegada de imigrantes africanos e asiáticos, considerados pouco preparados para o mercado de trabalho britânico.

(CEBRASPE/PGE-PE/2019 – ANALISTA JUDICIÁRIO)

O Oriente Médio é a região de confluência de três continentes (Europa, Ásia e África), berço das primeiras civilizações (egípcia, suméria e babilônica) e das religiões monoteístas (cristianismo, judaísmo e islamismo). Além de rivalidades interimperialistas no passado, com tentativas tardias de renascimento e modernização, a região foi alvo de rivalidades também das megacorporações petrolíferas. Além disso, em pequenos Estados fracos — de fácil controle —, essa região foi afetada pela fragmentação promovida pelos ingleses e, em menor escala, pelos franceses. No século XXI, voltou a ser palco de disputas entre potências industrializadas do Atlântico Norte e em acelerada industrialização da Ásia Oriental e Meridional. Esse conjunto de países abrange o essencial do mundo árabe e muçulmano, interagindo em um único cenário histórico e geopolítico.

Paulo Fagundes Visentini. O grande Oriente Médio. Campus, 2014, p. 4-5 (com adaptações).

Tendo como referência o assunto abordado no texto, julgue os itens a seguir, dentro de um contexto geopolítico contemporâneo.

- 7. Em meio à tensão que envolve a guerra na Síria, o Estado iraniano é um dos principais apoiadores do regime de Bashar al-Assad.
- 8. O reconhecimento pelos EUA de Jerusalém como capital de Israel gerou aumento imediato da tensão e de mortes entre judeus e palestinos.





9. A instabilidade vivida no Iraque, na Síria e na Jordânia tem causado o avanço territorial do grupo extremista Estado islâmico no Oriente Médio.
10. A finalidade do alinhamento irrestrito entre os Estados islâmicos da Arábia Saudita e do Irã é o combate ao Estado israelense.
11. A aliança estratégica de Washington com Riad e de Moscou com Damasco contribui para o aumento da tensão geopolítica no Oriente Médio entre os EUA e a Rússia.
12. A estabilidade da governabilidade venezuelana tem como resultado a legitimidade do poder social de oposição.

(LEANDRO SIGNORI/PC DF – SIMULADO/2019)

“O presidente Jair Bolsonaro se reuniu com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, nesta terça-feira, 19 de março, na Casa Branca, em Washington. Antes do encontro privado, no Salão Oval, os dois presidentes posaram para as primeiras fotos, trocaram camisa das seleções de futebol e responderam a algumas perguntas [...]”

Disponível em: <https://bit.ly/2Y95A6D>. Acesso em 07/05/2019.

As ideias do novo presidente brasileiro, Jair Bolsonaro, e do presidente norte-americano, Donald Trump, assemelham-se em muitos aspectos e refletem as mudanças que ocorrem no cenário global atual.

Acerca das relações exteriores dos Estados Unidos, do Brasil e dos seus múltiplos aspectos relacionados, julgue os itens a seguir:

13. Ao retirar os Estados Unidos do acordo com o Irã, o governo de Donald Trump expõe o mundo à possibilidade de um conflito nuclear histórico, já que o principal objetivo do programa nuclear iraniano é de desenvolver mísseis nucleares.
14. Para analistas de relações internacionais, o apoio do presidente brasileiro Jair Bolsonaro serviu como uma das bases para fortalecer a reeleição do premiê de Israel, Benjamin Netanyahu, muito embora os dois países possuam diferenças nas relações diplomáticas com os países árabes.
15. A decisão de transferência da embaixada para Jerusalém implicou, consequentemente, o fim do reconhecimento brasileiro ao Estado da Palestina, o que é reconhecido por mais da metade dos países do mundo, sendo um Estado não membro observador da ONU.





16. (CEBRASPE/PGE PE/2019 – ANALISTA ADMINISTRATIVO)

O fato de os países árabes serem grandes importadores de produtos da cadeia produtiva do agronegócio brasileiro pode influenciar a política externa brasileira relativa ao Oriente Médio.

(QUADRIX/CREF-SE/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

Jerusalém já foi ocupada, destruída, sitiada, atacada e capturada muitas vezes por diferentes povos – entre eles egípcios, babilônios, romanos, árabes e judeus – em cerca de três mil anos de história.

Internet: <www.bbc.com>.

A respeito dos aspectos políticos da Jerusalém atual, julgue os itens.

17. Além, obviamente, de Israel, três países consideram Jerusalém, atualmente, como a capital do Estado judeu: Estados Unidos; Guatemala; e Paraguai.

18. A cidade é considerada como sagrada para os adeptos de três grandes religiões monoteístas do mundo.

19. Para a Organização das Nações Unidas, o status de Jerusalém deverá ser definido nas negociações entre israelenses e palestinos.

20. Empresários do agronegócio mostraram preocupação com a possibilidade de reconhecimento de Jerusalém, pelo Brasil, como capital de Israel, aventada pelo presidente Jair Bolsonaro, ainda durante a transição, em 2018.

(QUADRIX/CRO-AM/2019 – ASSISTENTE ADMINISTRATIVO FISCAL)

O presidente Jair Bolsonaro e representantes de outros sete países sul-americanos assinaram, no dia 22 de março último, um documento com proposta para a criação do fórum para o Progresso da América do Sul (Prosul), que visa à construção de relações baseadas no livre comércio.

Internet: <www.poder360.com.br> (com adaptações).

Tendo o texto acima apenas como referência inicial, julgue os itens.

21. O Equador se manteve, por anos, alinhado ao bloco de governos de esquerda na América Latina. Com a ascensão de Lenin Moreno, aproximou-se de governantes conservadores, sendo um dos signatários da proposta de criação do Prosul.





22. Por decisão dos integrantes do futuro fórum, a Venezuela não integrará o Prosul, haja vista o governo de Nicolás Maduro ser considerado como ilegítimo pelos mandatários presentes no encontro.

23. Com a abertura do processo de sua criação, o Prosul deverá substituir a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), criada em 2008, quando os governos de esquerda eram maioria na região.

24. Bolívia e Uruguai integram o grupo de países que assinaram a declaração conjunta de criação do Prosul.

25. (VUNESP/TRANSERP/2019 - CONTADOR)

Fugir das gangues já não é suficiente para obter asilo

Desde junho, a violência doméstica ou de gangues no país de origem do requerente não é mais suficiente como único motivo para superar o filtro que permite pedir proteção nos EUA. O resultado foi uma enorme queda na aceitação inicial, o que deverá reduzir ainda mais as concessões de asilo. Em seus 21 meses de presidência, o republicano Donald Trump adotou múltiplas medidas para reduzir a entrada de estrangeiros.

(El País. Publicado em: 26.10.2018. Acessível em: <https://bit.ly/2Ngopj1>. Adaptado)

No contexto norte-americano, a notícia refere-se particularmente

(A) aos dissidentes de grupos radicais islâmicos que buscam proteção em território americano.

(B) à onda de violência causada por atiradores intercambistas nas escolas da Flórida.

(C) às pessoas que caminham desde países da América Central até a fronteira norte-americana.

(D) às vítimas da recessão que escasseou empregos e financiamentos de moradias populares, gerando nova bolha imobiliária.

(E) à crise imigratória da Líbia, cujos refugiados têm, por intermédio da ONU, solicitado asilo nos EUA.

26. (VUNESP/TRANSERP/2019 - AGENTE ADMINISTRATIVO)

Venezuela mantém surto da doença, reforçando alerta de risco ao Brasil. O país vizinho registrou 1559 casos e 270 mortes de 2016 até o momento; há chance de reintrodução da doença no país, com baixa cobertura vacinal.

“A doença está praticamente controlada no Brasil. O grande problema é a grande circulação do vírus em um país vizinho. O Brasil apresenta baixa cobertura vacinal, em torno de 80%, abaixo da meta de 95%”, afirma.”

(r7. 23.01.2019. Acessível em <https://bit.ly/2FY6Gfw>. Adaptado)



A notícia alerta para o risco de que, neste momento, assim como ocorreu com o sarampo, ocorra a reintrodução

- (A) da tuberculose.
- (B) da febre amarela.
- (C) da meningite.
- (D) do escorbuto.
- (E) da difteria.

27. (VUNESP/TRANSERP/2019 - CONTADOR)

Cerca de 10500 “lenços vermelhos”, segundo autoridades francesas, manifestaram-se neste domingo (27.01.2019) em Paris para “defender a democracia e as instituições”.

(Jornal do Brasil. 27.01.2019. Acessível em <https://bit.ly/2DEFHmV>. Adaptado)

As manifestações citadas foram uma reação

- (A) às ações impopulares do presidente Macron.
- (B) à tentativa de tomar o poder por parte da oposição ao governo.
- (C) à política de imigração que tem aceitado refugiados de todo o mundo.
- (D) às declarações de Macron favoráveis a deixar a União Europeia.
- (E) à violência dos protestos dos “coletes amarelos”.

28. (VUNESP/TRANSERP/2019 - CONTADOR)

O acordo para três semanas de gastos alcançado com os líderes do Congresso – que passou rapidamente e sem enfrentar oposição pelo Senado liderado pelos republicanos e pela Câmara dos Deputados controlada pelos democratas, para depois ser assinado por Trump – abre o caminho para negociações difíceis com os parlamentares sobre como lidar com a segurança ao longo da fronteira dos Estados Unidos com o México.

(Terra. 26.01.2019. Acessível em <https://bit.ly/2sSkiAj>. Adaptado)

O acordo de Trump vem após uma paralisação dos serviços públicos nos EUA devido a sua exigência de

- (A) prever no orçamento a construção do muro na fronteira com o México.
- (B) realizar cortes no orçamento referentes à assistência médica de Servidores.
- (C) endurecer a fiscalização contra os imigrantes na fronteira com o Canadá.
- (D) cobrar do governo mexicano os gastos com imigrantes que cruzam a fronteira.
- (E) que o Senado aprove leis mais rígidas contra a sonegação fiscal.





29. (VUNESP/TRANSERP/2019 - CONTADOR)

Diante de uma manifestação gigantesca, que superou amplamente as expectativas da oposição, o presidente da Assembleia Nacional (AN), Juan Guaidó, declarou assumir “formalmente as competências do Executivo Nacional como presidente encarregado” do país. O jovem líder opositor, de apenas 35 anos, vinha sendo pressionado para tomar esta decisão, mas claramente esperou a reação popular desta quarta-feira para dar o passo que a maioria da oposição esperava.

(O Globo. 23.01.2019. Acessível em <https://glo.bo/2Eeo5OZ>. Adaptado)

A situação inédita no país coloca mais apreensão ao mundo em relação ao futuro da

- (A) Costa Rica.
- (B) Nicarágua.
- (C) Argentina.
- (D) Venezuela.
- (E) Colômbia.

30. (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ/2019 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO)

Sem alcançar um acordo no Congresso, a administração Donald Trump enfrenta, a partir deste sábado (22 de dezembro), sua terceira paralisação parcial, que fechará um quarto do governo federal, colocará 380 mil empregados em férias coletivas e fará outros 420 mil trabalharem sem receber. O Congresso tinha até sábado para passar leis ou aprovar uma medida provisória de interesse do governo. Senadores republicanos e democratas se reuniram desde o meio-dia desta sexta (21 de dezembro), mas não chegaram nem sequer a iniciar a votação da lei.

(Folha de S.Paulo, 22 dez.18. Adaptado)

O impasse entre o Congresso e Donald Trump está relacionado à polêmica proposta presidencial de

- (A) ataque militar dos EUA tendo a Coreia do Norte como alvo.
- (B) construção de um muro na fronteira entre os EUA e o México.
- (C) retomada das relações diplomáticas entre os EUA e Cuba.
- (D) boicote às relações comerciais entre os EUA e a China.
- (E) retirada das tropas norte-americanas da Síria e do Iraque.

31. (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ/2019 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO)

O presidente afirmou nesta quarta-feira (23 de janeiro) que não deixará a presidência, culpou os EUA por “mais uma tentativa de golpe” e anunciou o rompimento das relações com os EUA. As declarações, feitas durante discurso de 58 minutos, ocorreram momentos depois que o líder



opositor e presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, se autodeclarou presidente interino.

(UOL, 23 jan.19. Adaptado)

A notícia aborda a crise política

- (A) no Paraguai.
- (B) na Nicarágua.
- (C) na Guatemala.
- (D) na Colômbia.
- (E) na Venezuela.

32. (VUNESP/PREFEITURA DE ARUJÁ/2019 – AUXILIAR ADMINISTRATIVO)

Os manifestantes na França, denominados “coletes amarelos”, reúnem aposentados, artesãos, diaristas, camareiras, desempregados, operários e pequenos empresários. Eles lideraram por três semanas uma onda de protestos no país, protagonizando cenas de violência em Paris.

(Agência Brasil, 5 dez.18. Adaptado)

O estopim das manifestações dos “coletes amarelos” na França foi

- (A) o encarecimento do preço dos combustíveis.
- (B) o aumento do fechamento dos postos de trabalho.
- (C) o valor da passagem do transporte público.
- (D) a proposta de privatização dos serviços de saúde.
- (E) o excessivo gasto militar promovido pelo governo.

(QUADRIX/CONRERP-SP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

Em janeiro último, a Venezuela, que possui uma das maiores reservas de petróleo do mundo e vive uma crise econômica, política e social, passou a ter dois líderes, que afirmavam possuir o poder político ao mesmo tempo.

A respeito do país mencionado no texto acima e de seus aspectos políticos e econômicos, julgue os itens a seguir.

33. Um momento de crucial importância para a crise atual foi a vitória de Nicolás Maduro nas eleições de 2018, em um processo que foi boicotado por boa parte da oposição.

34. Após o anúncio da reeleição de Maduro, os Estados Unidos anunciaram sanções contra importantes membros do governo e contra empresas venezuelanas.





35. Juan Guaidó, até então presidente da Assembleia Nacional, se autoproclamou presidente em 23 de janeiro último, assumindo o compromisso de convocar novas eleições.

36. Maurício Macri, Iván Duque e Miguel Díaz-Canel, presidentes, respectivamente, da Argentina, da Colômbia e de Cuba, reconheceram imediatamente o novo governo venezuelano.

37. O dia 23 de fevereiro último, que ficou conhecido como o “Dia D” da chegada da ajuda humanitária à Venezuela, foi marcado por confrontos e mortes, inclusive em áreas próximas à fronteira com o Brasil.

38. (FCC/AFAP/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

Em junho de 2018, foram divulgadas notícias como esta:

A política de 'tolerância zero' implementada pelo governo de Donald Trump vem sendo alvo de inúmeras críticas. Até mesmo membros do Partido Republicano têm se manifestado contra a medida.

A política de tolerância zero

a) dificultou a entrada de imigrantes africanos sob o pretexto de reduzir o descontentamento dos grupos que defendem a supremacia branca.

b) revogou milhares de certidões de cidadania obtidos por imigrantes durante o período de governo do presidente Barack Obama.

c) proibiu a prática de abortos entre mulheres adolescentes, mesmo em estados onde as leis já garantiam esse procedimento.

d) tornou ilegal a presença dos imigrantes que vivessem nos Estados Unidos há menos de 3 anos, mesmo aqueles que trabalhassem.

e) foi implementada na fronteira dos EUA com o México e uma de suas características era o fato de separar filhos de imigrantes ilegais de seus pais.

(QUADRIX/CREF-SE/2019 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO)

O G20 reconheceu, no dia 1.º de dezembro de 2018, que a Organização Mundial de Comércio (OMC) não consegue cumprir com seus objetivos atualmente e, por isso, defendeu, na declaração final aprovada na cúpula realizada desde ontem, em Buenos Aires, na Argentina, uma reforma para revitalizar o comércio mundial.

Internet: <<https://noticias.uol.com.br>> (com adaptações).

Tendo a reunião do G20, mencionada no texto acima, apenas como referência inicial, julgue os itens.





39. A maioria dos membros do G20, em especial os que integram a União Europeia, fez, na última reunião do grupo, uma enfática defesa do unilateralismo.

40. Embora abordada de maneira superficial na última reunião do G20, a questão das tarifas sobre aço e alumínio é um dos temas candentes do comércio internacional.

41. Refugiados, imigração e mudanças climáticas, temas espinhosos, não foram abordados na reunião citada no texto, cujo foco foi o livre comércio.

42. (VUNESP/TJ SP/2019 – CONTADOR JUDICIÁRIO)

Milhares de pessoas foram às ruas para manifestarem-se contra o aumento de combustíveis. São chamados de “coletes amarelos”.

As forças de segurança lançaram gás lacrimogêneo e usaram um canhão de água para conter o avanço dos manifestantes que tentavam ultrapassar o perímetro de segurança determinado pela polícia. Os manifestantes gritam palavras de ordem e carregam cartazes pedindo a renúncia do presidente. Para as autoridades, facções de extrema-direita podem ter se infiltrado entre os manifestantes para radicalizar o movimento.

Os protestos mantêm os bloqueios de centros logísticos e estradas iniciados há uma semana, mas com menos intensidade que no sábado passado, quando eram estimados quase 300 mil manifestantes.

(<http://agenciabrasil.ebc.com.br>, 24.11.2018. Adaptado)

A notícia refere-se a acontecimento

- (A) no Peru.
- (B) na França.
- (C) no México.
- (D) na Índia.
- (E) na Hungria.

43. (VUNESP/TJ SP/2019 – CONTADOR JUDICIÁRIO)

A respeito das eleições legislativas estadunidenses, realizadas em novembro de 2018, é correto afirmar que

- (A) os republicanos elegeram quase todos os governadores dos estados, com exceção dos estados do Novo México, Kansas e Nevada.
- (B) surpreendeu negativamente o pequeno número de mulheres participando do processo eleitoral, seja como candidatas ou eleitoras.
- (C) os democratas conquistaram a maioria da Câmara dos Representantes, e os republicanos mantiveram a maior parte dos assentos no Senado.



(D) a pequena participação do eleitorado, a menor dos últimos 30 anos, garantiu a vitória dos candidatos apoiados pelo presidente Trump.

(E) os republicanos reconquistaram a maioria tanto na Câmara dos Representantes como no Senado.

44. (VUNESP/TJ SP/2019 – ENFERMEIRO JUDICIÁRIO)

As eleições de meio de mandato nos Estados Unidos, que ocorreram nesta terça-feira, 6 de novembro, vão eleger representantes para as 435 cadeiras da Câmara e um terço do Senado, além de 36 dos 50 governadores.

(Estado de S.Paulo, 6 nov.18. Adaptado)

As eleições de meio de mandato marcaram o controle

(A) Democrata sobre a Câmara e simbolizaram a eleição de um Congresso mais diverso.

(B) Republicano sobre a Câmara e simbolizaram a eleição de um Congresso mais belicista.

(C) Republicano sobre a Câmara e simbolizaram a eleição de um Congresso mais conservador.

(D) Democrata sobre a Câmara e simbolizaram a eleição de um Congresso mais autoritário.

(E) Democrata sobre a Câmara e simbolizaram a eleição de um Congresso mais isolacionista.

45. (VUNESP/TJ SP/2019 – MÉDICO JUDICIÁRIO)

O perfil dos candidatos que concorreram a uma vaga no Poder Legislativo aponta para maior participação feminina e jovem. Os primeiros resultados da eleição mostram o novo perfil eleito: o país elegeu as duas primeiras deputadas federais muçulmanas, a primeira mulher indígena, além da deputada mais jovem da história.

(Estado de S.Paulo, 6 nov.18. Adaptado)

A notícia citada está relacionada às eleições

(A) no Canadá.

(B) na Alemanha.

(C) nos EUA.

(D) na França.

(E) na Inglaterra.



13 – GABARITO

- | | |
|-------|-------|
| 1. C | 42. B |
| 2. C | 43. C |
| 3. E | 44. A |
| 4. D | 45. C |
| 5. E | |
| 6. A | |
| 7. C | |
| 8. C | |
| 9. E | |
| 10. E | |
| 11. C | |
| 12. E | |
| 13. E | |
| 14. C | |
| 15. E | |
| 16. C | |
| 17. E | |
| 18. C | |
| 19. C | |
| 20. C | |
| 21. C | |
| 22. C | |
| 23. C | |
| 24. E | |
| 25. C | |
| 26. E | |
| 27. E | |
| 28. A | |
| 29. D | |
| 30. B | |
| 31. E | |
| 32. A | |
| 33. C | |
| 34. C | |
| 35. C | |
| 36. E | |
| 37. C | |
| 38. E | |
| 39. E | |
| 40. C | |
| 41. E | |



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.